



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**Regionalismo no Sudeste Europeu: o cooperativismo no  
processo de integração dos Balcãs Ocidentais**

Rui Samarcos Lora

Orientador(es) | Evanthia Balla

Irene Viparelli

Évora 2023

---

---

---

---



---

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**Regionalismo no Sudeste Europeu: o cooperativismo no  
processo de integração dos Balcãs Ocidentais**

Rui Samarcos Lora

Orientador(es) | Evanthia Balla

Irene Viparelli

Évora 2023

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Sílvia Roque (Universidade de Évora)

Vogais | Evanthia Balla (Universidade de Évora) (Orientador)  
Silvério Carlos Rocha-Cunha (Universidade de Évora) (Arguente)

## **Agradecimentos**

Nenhuma caminhada em Évora durante um período tão desafiador como foi durante a pandemia poderia ser realizada sozinho e por isso sou grato a muitas pessoas por tornar este trabalho possível. Em primeiro lugar, agradeço a minhas orientadoras, Professora Doutora Evanthia Balla e Professora Doutora Irene Viparelli, por aceitarem minha proposta de investigação e pelo incrível apoio, conselhos e dedicação que recebi ao longo de todo o processo. Mesmo com toda a dificuldade e distância experimentada, a Universidade de Évora me proporcionou oportunidade valiosa de apresentar e discutir minhas ideias em um ambiente integrador que, sem dúvida, contribuiu para refletir e discutir o conteúdo desta investigação.

O interesse pelo estudo do cooperativismo e sua contribuição foi despertado em mim há muitos anos por meio do Professor Doutor Roberto Rodrigues com quem tive o privilégio de trabalhar durante três anos. Sua contribuição e dedicação ao cooperativismo não só inspiraram esta investigação como seu apoio, incentivo e constante disposição motivaram a continuação deste trabalho em uma investigação de doutoramento. Por essa razão, necessito agradecer a constante troca de mensagem, os muitos livros enviados pelo correio e a amizade, que este ano completa vinte anos.

Nesse mesmo sentido, preciso agradecer ao Doutor Mohammed El Zoghbi pela amizade, pela generosa e valiosa contribuição e, acima de tudo, pela oportunidade única que me concedeu ao me permitir dar sequência aos meus estudos e vida acadêmica. Seu apoio incondicional, confiança e preocupação serão sempre impossíveis de descrever e mesmo de agradecer.

Durante os anos do mestrado foram inúmeras as vezes que consultei, conversei e discuti meus cansativos questionamentos com os amigos – verdadeiros craques – Bruno Gonçalves, Rafael Guimarães Requião e Ricardo Dias da Silva. Foram incansáveis nesta jornada ao discutir e apresentar sempre alternativas melhores do que eu havia pensado. Portanto, muito agradeço pela paciência, rapidez e tempo dedicado a mim.

Agradeço, ainda, ao meu afilhado -padrinho, meu irmão, Juliano Vieira, e sua querida família, pelo incentivo, força, apoio, dedicação e, acima de tudo, constante presença, mesmo com toda distância física e temporal interposta entre nós.

Reservo este último parágrafo para as pessoas mais importantes da minha vida: minha família e, claro – nela incluída – minha esposa Paula Locatelli, pela paciência na leitura e revisão desses capítulos e, mais importante, pelos incríveis anos vividos entre Évora e Alicante. Impossível imaginar qualquer momento sem ela. Quanto à minha família, tenho muita sorte de ter a todos por perto e sempre comigo, não importa a distância. Muito obrigado.

*From everything that man erects and builds in his urge for living nothing is in my eyes better and more valuable than bridges. They are more important than houses, more sacred than shrines.*

Ivo Andrić

Regionalismo no Sudeste Europeu:  
o cooperativismo no processo de integração dos Balcãs Ocidentais

**Resumo**

Os países dos Balcãs Ocidentais têm identificado a adesão à União Europeia como a sua principal prioridade política. No entanto, ainda enfrentam inúmeros desafios comuns. Dentre eles, a condição prévia do Bloco europeu de que os Balcãs Ocidentais precisam se integrar regionalmente. O cooperativismo, como empreendimento local vinculado ao sistema internacional por meio da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) têm contribuído em diversos aspetos e cenários. Nesse sentido, a investigação procura verificar o efeito do cooperativismo em processos de integração, assim como o contributo do movimento cooperativo para o caso específico dos Balcãs Ocidentais. Para tanto, a proposta é analisar, por meio de um estudo de caso, a atuação do cooperativismo no processo de integração da região a partir do Conselho de Cooperação Regional (RCC). Com isso, será possível verificar o papel das cooperativas no processo de integração, assim como as lacunas e em quais desafios elas podem atuar.

**Palavras-chaves:** Integração Regional. Cooperação regional. Cooperativismo. Balcãs Ocidentais. Conselho de Cooperação Regional (RCC).

Regionalism in Southern Europe:  
The cooperativism in the Western Balkans' integration process

**Abstract**

The countries of the Western Balkans have identified their accession to the European Union as their main political priority. However, they still face numerous common challenges. These include the European Union's precondition that the Western Balkans need to integrate regionally. Cooperativism, as a local enterprise linked to the international system through the International Cooperative Alliance (ICA), has contributed in various aspects and scenarios. In this sense, the research seeks to verify the effect of cooperativism on integration processes, as well as the contribution of the cooperative movement to the specific case of the Western Balkans. To this end, the proposal is to analyse, by means of a case study, the role of cooperativism in the region's integration process through the Regional Cooperation Council (RCC). Thus, it will be possible to verify the role of cooperatives in the integration process, as well as the gaps and the challenges they can address.

**Keywords:** Regional Integration. Regional cooperation. Cooperativism. Western Balkans. Regional Cooperation Council (RCC)

## Índice Geral

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1. Relevância e Motivação da Investigação .....	1
1.2. Objetivo geral e Objetivos Específicos .....	4
1.3. Revisão de Literatura .....	4
1.4. Metodologia .....	8
1.4.1. Estudo de caso e análise de conteúdo .....	8
1.4.2. Coleta, categorização e análise de dados .....	9
<b>2. Integração Regional: Interdisciplinaridade Dialogante no Debate Teórico das Relações Internacionais.....</b>	<b>12</b>
2.1. As Perspetivas Teóricas Funcionais, Neofuncionais e Pós-Funcionais da Integração .....	14
2.1.1. Paz Funcional e o Conceito de <i>Peace by Pieces</i> no Processo de Integração....	14
2.1.2. Transacionalismo e Comunidades de Segurança.....	16
2.1.3. Transbordamento como efeito neofuncionalista da integração regional .....	18
2.1.4. Perspetivas pós-funcionalistas sobre a integração regional.....	21
2.2. Intergovernamentalismo: Cooperação e Competição entre os Governos Nacionais	23
2.2.1. A resiliência do Estado-Nação frente ao processo de integração regional .....	24
2.2.2. Intergovernamentalismo liberal e a Teoria do <i>jogo de dois níveis</i> .....	25
2.2.3. Governança multinível como cenário moderno para análise da integração regional .....	27
2.2.4. As crises europeias a partir das perspetivas de integração regional .....	29
2.3. A Perceção Construtivista e a Influência de Agentes Locais em Questões Internacionais: O Problema Agente-Estrutura como Coconstituente nas Relações Internacionais.....	33
<b>3. Cooperativismo como Ator das Relações Internacionais.....</b>	<b>37</b>
3.1. Cooperativismo: Contexto Histórico, Estrutura e Normatização .....	38
3.1.1. Formação do movimento cooperativo: a cooperação como gênese do movimento .....	38
3.1.2. O conceito de cooperativa, os valores e os sete princípios cooperativos .....	40
3.1.3. O Direito Cooperativo como necessidade cooperativa.....	42
3.1.4. Formação e estrutura das cooperativas .....	45
3.2. A Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) e o Movimento Internacional Cooperativo .....	46
3.3. Iniciativas Internacionais Cooperativas: o <i>Cosmopolitismo Subalterno Insurgente</i>	50
3.4. A Agenda Internacional e o Cooperativismo: O Comitê das Nações Unidas para a Promoção e o Avanço das Cooperativas (COPAC) .....	52
<b>4. A fragmentação da Jugoslávia e a Integração Regional nos Balcãs Ocidentais ..</b>	<b>55</b>
4.1. A Fragmentação da República Socialista Federativa da Jugoslávia.....	56
4.1.1. A Guerra da Bósnia .....	57
4.1.2. O cenário estabelecido no pós-guerra.....	59
4.2. A Iniciativa de Cooperação do Sudeste da Europa (SECI) e o Pacto de Estabilidade .....	62
4.3. O Processo de Estabilização e Associação (SAP): As Relações União Europeia - Balcãs Ocidentais .....	67

4.4. O Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEECPE): O Fórum em Alto-Nível da Região .....	73
4.5. O Conselho Regional de Cooperação (RCC) .....	75
4.6. Do <i>Berlin Process</i> à <i>Open Balkan Initiative</i> : Prospektos para Possível Integração..	78
<b>5. A Participação do Cooperativismo na Integração dos Balcãs Ocidentais.....</b>	<b>81</b>
5.1. Perspetiva Internacional da Atuação das Cooperativas no Processo de Integração Regional.....	82
5.1.1. O movimento cooperativista nos Balcãs Ocidentais. ....	82
5.1.2. As cooperativas como instrumento catalisador de integração europeia .....	84
5.2. Regionalismo e Cooperativismo: A Participação de um Ator Local Não Evidente	89
<b>6. Conclusão .....</b>	<b>97</b>
<b>7. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>99</b>
<b>8. Anexos.....</b>	<b>116</b>
8.1. Anexo I – Mapa da Bósnia-Herzegovina.....	116
8.2. Anexo II – Relação de Países e participação nas iniciativas de Integração Regional .	117

## Lista de Siglas e Acrónimos

ARJM	Antiga República Jugoslava da Macedónia
BEI	European Investment Bank (Banco Europeu de Investimento)
BERD	European Bank for Reconstruction and Development (Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento)
CCW	Consumer Co-operatives Worldwide (Cooperativa Mundial de Consumidores)
CEDP	Cooperatives Europe Development Platform (Plataforma de Desenvolvimento das Cooperativas da Europa)
CEFTA	Central European Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio da Europa Central)
CHI	Cooperative Housing International (Cooperativa Internacional de Habitação)
CICOPA	International Organisation of Cooperatives in Industry and Services (Organização Internacional para Indústria e Serviços Cooperativos)
COPAC	Committee for the Promotion and Advancement of Cooperatives (Comitê para a Promoção e o Avanço das Cooperativas)
CRM	Common Regional Market (Mercado Regional Comum)
DAS	Democratic Alternative of Serbs (Alternativa Democrática dos Sérvios)
DG NEAR	Directorate-General for Neighborhood and Enlargement Negotiations (Direção-Geral para a Vizinhança e Negociações de Alargamento)
ECOSOC	United Nations Economic and Social Council (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas)
ELK	Ushtria Çlirimtare e Kosovës (Exército de Libertação do Kosovo)
ESAP	Employment and Social Affairs Platform (Plataforma de Assuntos Trabalhistas e Sociais)
EULEX	European Union Rule of Law Mission in Kosovo (Missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo)
EUPM	European Union Police Mission (Missão de Polícia da União Europeia)
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
GEC	Group of Experts on Co-operatives (Grupo de Especialistas em Cooperativas)

HDZ	Croatian Democratic Union (União Democrática Croata)
ICA	International Cooperative Alliances (Aliança Internacional das Cooperativas)
ICACCR	International Centre for Advanced Cooperative Studies (Centro Internacional de Estudos Avançados em Cooperativas)
ICAO	International Co-operative Agricultural Organisation (Organização Internacional Cooperativa para Agricultura)
ICBA	International Cooperative Bank Association (Associação Internacional de Bancos Cooperativos)
ICDP	International Cooperative Development Program (Programa Internacional de Desenvolvimento Cooperativo)
ICMIF	International Cooperative and Mutual Insurance Federation (Federação Internacional Cooperativa de Seguros Mútuos)
ICYT	International Commission for the Hydrology of the Rhine Basin (Comissão Internacional para a Hidrologia da Bacia do Reno)
IFAD	International Fund for Agricultural Development (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola)
IFAP	International Federation of Agricultural Producers (Federação Internacional de Produtores Agrícolas)
IFCO	International Fishery Cooperative Organization (Organização Internacional Cooperativa para Pesca)
IFPAAW	International Federation of Plantation, Agricultural and Allied Workers (Federação Internacional de Trabalhadores em Plantações, Agricultura e Setores Afins)
IHCO	International Health Cooperative Organization (Organização Internacional de Saúde Cooperativa)
ILO	International Labour Organization (Organização Internacional do Trabalho)
ITC	International Trade Centre (Centro de Comércio Internacional)
JNP	Jugoslav National Movement (Movimento Jugoslavo Nacional)
NATO	North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
OCHA	United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários)
ODS	Sustainable Development Goals (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

ONU	United Nations (Organização das Nações Unidas)
OSCE	Organization for Security and Co-operation in Europe (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa)
RCC	Regional Cooperation Council (Conselho de Cooperação Regional)
REA	Regional Environmental Agency (Agência Ambiental Regional)
SAA	Stabilization and Association Agreement (Acordo de Estabilização e Associação)
SAP	Stabilization and Association Process (Processo de Estabilização e Associação)
SDS	Serbian Democratic Party (Partido Democrático Sérvio)
SECI	Southeast European Cooperation Initiative (Iniciativa de Cooperação do Sudeste Europeu)
SEE	Southeastern Europe (Sudeste Europeu)
SEECF	South East Europe Cooperation Process (Processo de Cooperação do Sudeste Europeu)
SWP	Stabilization and Association Process (Processo de Estabilização e Associação)
TUE	Treaty on European Union (Tratado sobre a União Europeia)
UNDESA	United Nations Department of Economic and Social Affairs (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas)
UNECE	United Nations Economic Commission for Europe (Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa)
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial)
UNRISD	United Nations Research Institute for Social Development (Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social)

## 1. Introdução

### 1.1. Relevância e Motivação da Investigação

Os processos de integração regional são atualmente uma realidade observada nas Relações Internacionais em praticamente todos os continentes do mundo com diferentes níveis de aplicação. No caso europeu, a profundidade desse processo é conhecidamente avançada e caracterizada como uma união económica e política de 27 Estados membros<sup>1</sup>. Embora ao longo deste processo a União Europeia tenha passado por muitos desafios, e até mesmo ter experimentado a desintegração – como no caso do Brexit<sup>2</sup> –, a integração europeia é considerada um caso de sucesso no âmbito da integração regional (Begg 2021). Por essa razão, muitos dos países vizinhos alimentam a expectativa e pleiteiam o ingresso no bloco europeu há alguns anos, especialmente no que diz respeito aos países dos Balcãs Ocidentais que têm declarado e considerado a adesão à União Europeia como principal prioridade política (Volk et al 2014:11).

Os Balcãs Ocidentais é o nome geográfico utilizado para designar a região sudeste da Europa que engloba a Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia e o autoproclamado independente Kosovo. Além de compartilharem o lado ocidental da península balcânica, possuem história em comum por terem sido agrupados na antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia, com exceção da Albânia, assim como por sofrerem as consequências do subsequente processo de desintegração em razão dos conflitos na região durante a década de 1990<sup>3</sup>. Após os conflitos e com o fim da ex-Jugoslávia, os países dos Balcãs Ocidentais a exemplo dos demais países da região, passam a estabelecer como objetivo e meta política a adesão à União Europeia, principalmente em razão dos benefícios e possibilidades de desenvolvimento regional que a integração vem a oferecer.

---

<sup>1</sup> União Europeia. EU in brief. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values\\_en](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_en). Acesso em 24 de julho de 2023.

<sup>2</sup> Após o Parlamento britânico aprovar o *European Union Referendum Act*, no ano de 2016 - que tratava da permanência do Reino Unido na União Europeia – a então primeira-ministra Theresa May denunciou o Tratado da União Europeia e negociações foram realizadas para a saída do país do Bloco europeu. Uma das decisões mais importantes do país nos últimos anos, fez com que o primeiro-ministro à época do Referendo, David Cameron, renuncia-se ao cargo um dia após o resultado (Curtice 2017).

<sup>3</sup> A Guerra Civil na Jugoslávia foi uma sequência de confrontos que se desenvolveram na região da ex-República Socialista Federativa da Jugoslávia entre os anos de 1991 e 2001. As raízes do conflito estavam ligadas a questões étnicas e territoriais, predominantemente envolvendo as comunidades sérvias, croatas e bósnias. Este período de guerra interna resultou em considerável empobrecimento, desordens econômicas e instabilidade persistente.

Por sua vez, a Comissão Europeia estabeleceu recentemente que a cooperação regional nesta região, é uma condição prévia fundamental para a adesão à União Europeia<sup>4</sup>. Apesar de a região ter feito progressos nesse sentido ao longo dos anos (Falcetti 2004:3), os países ainda enfrentam inúmeros desafios comuns<sup>5</sup>, sobretudo no que diz respeito às reformas econômicas, políticas e na administração pública (Attströr 2018:9).

É neste cenário de desafios para a região que observar o cooperativismo pode ser viável no sentido de discutir outros atores em processos cujo protagonismo é tradicionalmente atribuído aos Estados ou entidades supranacionais, assim como perceber o cooperativismo como um empreendimento capaz de contribuir para o processo de integração. Nesse sentido, essa capacidade cooperativa é ressaltada em razão de sua estrutura estar baseada historicamente em sete princípios constitutivos - os chamados princípios cooperativos - que são pautados pela ideia de democracia, liberdade, equidade, solidariedade e justiça social, assim como seu vínculo histórico com o movimento cooperativista hoje organizado internacionalmente por meio da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA).

Este modelo desenvolvido pelo movimento cooperativo - que para alguns teóricos têm sido visto como uma espécie de *Terceira Via*, surgindo como uma opção intermediária entre as dinâmicas de mercado e a supervisão estatal (Namorado 1999:06) – têm contribuído em regiões conflituosas para estabilidade local e regional (CEDP 2019), assim como no oferecimento de serviços sociais e econômicos nas questões relacionadas à pobreza (Birchall e Simmons 2009; Penrose-Buckley 2007), no estabelecimento de liderança democrática ou mesmo na promoção do diálogo local inclusivo entre diferentes grupos étnicos (MacPherson e Emmanuel 2013:121), no acesso a serviços essenciais e bens comuns, assim como na geração de emprego e aprendizagem (MacPherson e Paz 2007:152-153; CEDP 2019:128), dentre outros.

Dessa forma, considerando os desafios do processo de integração dos Balcãs Ocidentais, é possível argumentar que a troca de experiências e o trabalho das cooperativas - seja localmente ou regionalmente - podem auxiliar, estabelecer sinergias, e até mesmo contribuir para a integração da região. Afinal, a capacidade das cooperativas em estabelecer relações de confiança (Kaswan 2014:5) e de compreender os desafios de forma

---

<sup>4</sup> European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation_en). Acesso em 25 de maio de 2021.

<sup>5</sup> Communication on EU enlargement policy. Communication from the commission to the European Parliament, the council, the European economic and social Committee, and the committee of the regions. Brussels, 6.10.2020.

compartilhada (Namorado 2005:40) pode promover não só o desenvolvimento, mas também a estabilidade e reconciliação de comunidades gravemente afetadas por conflitos. Assim, investigar o papel e participação das cooperativas no processo de integração no sudeste europeu se faz necessário no sentido de apresentar resultados que possibilitem um olhar diferenciado para o processo prévio de adesão dos países à União Europeia, assim como para instrumentos e atores locais que potencializem a cooperação e integração regional.

Com relação ao contexto das Relações Internacionais, especialmente no caso dos Estudos Europeus, é necessário mencionar que, geopoliticamente, a investigação se reveste de elevada importância pelo fato de o referido processo ser particularmente uma prioridade da Comissão Europeia<sup>6</sup>. Ademais, há que se mencionar a interdisciplinaridade entre áreas pouco afetadas - como é o caso do cooperativismo e das Relações Internacionais - e pelas lacunas consideráveis existentes entre ambas disciplinas quanto ao papel do cooperativismo em processos de integração regional.

Com isso, a relevância do estudo se dá, especificamente com relação ao cooperativismo, pelo protagonismo que ele tem despertado nas instituições europeias, principalmente por meio do Parecer INT 875, emitido em 15 de maio de 2019, pelo Comité Económico e Social Europeu, que ressalta a valiosa contribuição das empresas do setor da economia social para uma Europa mais unida e democrática<sup>7</sup>. Nessa mesma linha de pensamento, a mensagem transmitida pela Comissão Europeia ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, datada de 23 de fevereiro de 2004, sobre a promoção de sociedades cooperativas na Europa, também destaca o contributo e o potencial das cooperativas para o desenvolvimento dos países membros e candidatos<sup>8</sup>. Da mesma forma, vale comentar, ainda, que o cooperativismo foi reconhecido, recentemente, como meio de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização Internacional do Trabalho (ILO) (Wanyama 2015).

Nesse sentido, a investigação procurará se dedicar especificamente à participação das cooperativas nos desdobramentos da Iniciativa Cooperativa do Sudeste Europeu (SECI), assim como ao Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEECp), ambos lançados em

---

<sup>6</sup> Comissão Europeia. *Western Balkans Summit in Sofia: Important steps taken to advance regional cooperation to boost socio-economic recovery and convergence with the EU*. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_20\\_2051](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_2051). Acesso em: 25 de maio de 2021

<sup>7</sup> Comité Económico e Social Europeu. Parecer INT/875 sobre contributo das empresas da economia social para uma Europa mais coesa e democrática. Carta de 20 de setembro de 2018.

<sup>8</sup> Comissão Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52004DC0018>. Acesso em 06 de setembro de 2023.

1996 - que culminaram com o estabelecimento, em 2009, do Conselho de Cooperação Regional (RCC), cuja missão é a de fortalecer a paz, a democracia, a economia e a integração regional entre os países da região por meio de atividades de cooperação, assim como auxiliar no processo prévio de integração com o resto da Europa<sup>9</sup>.

## **1.2. Objetivo geral e Objetivos Específicos**

O objetivo geral desta investigação é o de identificar como as cooperativas têm contribuído para o avanço do processo de integração inter- e intra- região. Sendo assim, será necessário analisar a atuação e o papel das cooperativas no contexto de integração regional dos Balcãs Ocidentais, notadamente no Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEEC), assim como no Conselho de Cooperação Regional (RCC).

Dessa forma, como objetivos específicos, a investigação pretende a) identificar e caracterizar as formas com as quais as relações entre cooperativas e o Conselho de Cooperação Regional (RCC) são refletidas no processo de integração da região; b) mapear os processos e formas de relacionamento entre as cooperativas e o RCC, assim como c) verificar como as cooperativas são representadas dentro do referido organismo internacional; d) discutir como as relações entre cooperativas e outros organismos internacionais, especialmente a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), impactam em um processo de integração, e) analisar como as discussões relacionadas à integração da região são articuladas e estabelecidas na RCC; e f) observar como os diversos atos e documentos formulados pelo organismo internacional afetam e são refletidos nas cooperativas.

## **1.3. Revisão de Literatura**

A investigação pretende desenvolver um caminho dialogante e inclusivo dentro do debate teórico das Relações Internacionais face à interdisciplinaridade proposta entre os estudos de integração regional e do cooperativismo. Para isso, será necessário buscar um pluralismo teórico integrador (Dunne, Hansen e Wight 2013:405-425) que permita maior diálogo intrateórico ao longo da investigação, principalmente pela falta de discussões relacionadas ao especificamente ao cooperativismo nas Relações Internacionais. Afinal, os estudos de regionalismo precisam ser interdisciplinares, metodologicamente flexíveis e criativos (Mahoney e Katz 2008).

---

<sup>9</sup> Regional Cooperation Council (RCC). Disponível em: <https://www.rcc.int/>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.

Dessa forma, tendo em vista a necessidade de situar o movimento cooperativo como um agente relevante no processo de integração regional e até mesmo nas Relações Internacionais, a perspectiva do construtivismo poderá endereçar de melhor forma os questionamentos propostos na investigação. A esse respeito, importante lembrar que Katzenstein (1996), Jepperson e Wendt (1996) reforçam a ideia de que questões domésticas podem influenciar e complementar o entendimento da condução das questões internacionais. Nesse sentido, ressalta-se que as cooperativas podem ser consideradas um instrumento de desenvolvimento econômico e bem-estar social da comunidade onde estiver inserida (Ilha 2008; Dumond 2010). Portanto, esta relação intrínseca entre cooperativas e a sociedade (Leopoldino 2011) compõe e reforça a agenda de questões domésticas de um país e, por sua vez, observada em um contexto internacional, permite uma análise construtivista. Afinal, o argumento construtivista pode ser aqui lembrado por negar antecedência ontológica tanto aos agentes quanto à estrutura e assim perceber esse debate das Relações Internacionais como um processo de coconstituição entre os agentes e as estruturas sociais (Nogueira e Messari 2005:163) (Baylis, Smith e Owens 2014:141).

É nesse sentido que os argumentos construtivistas de que “a realidade é socialmente construída” (Wendt 1992; 1995; 2011); e de que o mundo é uma construção social em que a interação constrói os interesses e preferências dos agentes (Risse-Kappen 1995) contribuem para perceber e observar o cooperativismo como um agente internacional. A esse respeito, cabe destacar a participação e contribuição das cooperativas em questões internacionais, principalmente relacionadas à democracia e até mesmo em iniciativas de consolidação da paz (CEDP 2019).

Com relação às visões teóricas específicas de integração europeia, será necessário destacar o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo como os pensamentos dominantes nos esforços para teorizar processo de integração na região (Pollack 2001). A visão neofuncionalista muito contribui para entender o movimento cooperativista a partir da atuação da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA)<sup>1011</sup>. No entanto, ao afirmar que as instituições supranacionais são mais promissoras do que as instituições nacionais na

---

<sup>10</sup> Organização internacional independente, não governamental, que reúne, representa e atende cooperativas em todo o mundo. Seus membros são cooperativas em todos os setores de atividades, totalizando 221 organizações membros de 87 países, representando mais de 800 milhões de pessoas no mundo. A ICA tem como objetivo promover e proteger os valores e princípios cooperativos, facilitar o desenvolvimento econômico e outras relações mutuamente benéficas entre seus membros. Foi o Organismo que encampou e liderou o chamado movimento internacional cooperativo ao longo dos anos desde sua fundação.

<sup>11</sup> International Cooperative Alliance. Disponível em: <https://www.ica.coop/sites/default/files/basic-page-attachments/ica-bylaws17112017english-1532978942.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.

realização de seus interesses (Haas 1958/2004: xiv) abre espaço para questionar a ausência da participação dos atores locais, como, por exemplo os empreendimentos cooperativos, em um processo de integração. Pode-se argumentar que a perspectiva em apreço parte de uma visão de “cima-para-baixo”, exclusivamente do ponto de vista das instituições supranacionais ou dos Estados, o que inviabilizaria observar o comportamento das cooperativas no processo. Nesse mesmo sentido, a abordagem intergovernamentalista vê a integração a partir do ponto de vista dos Estados, ou seja, a integração regional é resultado da cooperação e da competição entre os governos nacionais (Hooghe e Marks 2019). Porém, mesmo que as preferências do governo sejam resultado de pressões provenientes de grupos de interesse (Moravcsik 1998), a perspectiva intergovernamentalista não prevê a observação do fenômeno nem a participação de atores como as cooperativas no cenário de integração regional.

É nessa lacuna entre neofuncionalistas e intergovenamentalistas que o argumento pós-funcionalista sobre o processo de integração europeia também interessa ser mencionado aliado ao debate construtivista. O pós-funcionalismo entende o processo como forma de o Estado obter benefícios em diversas escalas, do local ao nacional e ao internacional (Marks 2012). Ademais, percebe que o processo de tomada de decisão no regionalismo leva em consideração outros atores, tais como o governo, sociedade civil, organismos, grupos de interesse, partidos políticos, movimentos sociais, dentre outros (Hooghe e Marks 2019:1114), o que possibilita entender as cooperativas como parte deste processo; de modo que a abordagem pós-funcionalista poderá, igualmente, auxiliar a observar o contributo e o papel das cooperativas com maior nível de detalhamento. Isso porque o pós-funcionalismo considera a governança também como uma expressão de comunidade, neste caso, um processo de “baixo-para-cima”.

Com relação ao cooperativismo, no debate teórico estabelecido, é possível perceber, ainda, proximidade e características semelhantes com conceito de *cosmopolitismo insurgente* (Santos 1997), principalmente quando as cooperativas podem ser pensadas como um instrumento catalisador capaz de dar voz aos excluídos, marginalizados e subalternos no processo de globalização por meio do sistema internacional. Nesse sentido, a cooperativa pode ser lembrada como uma ferramenta de integração regional em razão da sua capacidade de mobilizar pessoas, da sua versatilidade em fornecer e distribuir serviços às comunidades, promover o diálogo inclusivo entre grupos étnicos diferentes e ainda a habilidade em restaurar a estabilidade local e regional por meio da construção de liderança democrática (CEDP 2019:128). Isso porque as referidas características estão próximas dos desafios atuais

enfrentados pelos Balcãs Ocidentais no processo de integração e até mesmo no processo prévio de adesão à União Europeia, elencados nos diversos relatórios e comunicados recentes da Comissão Europeia, assim como de organismos internacionais a respeito das negociações para alargamento do Bloco<sup>12</sup>.

A esse respeito, MacPherson e Emmanuel (2013) reforçam que as principais atividades de uma cooperativa estão relacionadas a operações que levam em consideração aspectos inter-regional e interagências, o que reflete, mais uma vez, o argumento construtivista a respeito de que agente e estrutura se constituem conjuntamente (Nogueira e Messari 2005:163) (Baylis, Smith, Owens 2014:141). MacPherson e Paz acrescentam, ainda, que as cooperativas têm promovido situações de desenvolvimento mutuamente benéficos, principalmente pelos laços regionais e internacionais que as unem (2007:152-153).

Por fim, no que diz respeito aos Balcãs Ocidentais, o capítulo 4 procurará desenvolver o aspecto histórico do processo de integração na região ao destacar o forte legado das cooperativas no sudeste europeu (Spear, Aiken, Noya e Clarence, 2012) (Galera, 2009) e detalhar os principais mecanismos de integração regional desenvolvidos desde a desintegração da Jugoslávia. No entanto, será necessário comentar que esse legado cooperativo está relacionado ao passado comunista (Stancic e Vukovic 2016) que, por sua vez, associa o cooperativismo ao trauma vivenciado pela população durante a ex-Jugoslávia (Šimleša 2016). O cooperativismo de outrora estava dissociado de sua essência autónoma. Era voltado para um instrumento do Estado (Babos, Clarence e Noya 2007:8). Por essa razão, ainda há certa dificuldade em entender e até mesmo vislumbrar o cooperativismo desvinculado do comunismo por parte da população (Zoehrer 11:2017) (Vukovic 2016) o que pode se revestir em um desafio. Porém, ao longo dos últimos anos diversas iniciativas têm possibilitado o surgimento de integração laboral de grupos sociais vulneráveis e de arranjos e modelos jurídicos de organização cooperativas no sudeste europeu (Comissão Europeia, 2014b:42-46), como será apresentado.

O último capítulo será dedicado à triangulação dos dados e a realizar uma análise de modo que procurará argumentar que, apesar de as cooperativas participarem e contribuir para o processo de integração regional, no caso dos Balcãs Ocidentais, elas não são atores evidentes. Da mesma forma, o capítulo também discutirá o contributo do cooperativismo em

---

<sup>12</sup> European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation_en). Acesso em 25 de maio de 2021 e Communication on EU enlargement policy. Communication from the commission to the European Parliament, the council, the European economic and social Committee, and the committee of the regions. Brussels, 6.10.2020. 2020

processos de integração e apresenta os desafios dos processos de integração quanto à participação das cooperativas, assim como os desafios atuais enfrentados pelas cooperativas na região dos Balcãs Ocidentais.

## **1.4. Metodologia**

### **1.4.1. Estudo de caso e análise de conteúdo**

A investigação será estruturada a partir de uma metodologia qualitativa baseada em um estudo de caso em que a unidade maior de análise serão o Conselho de Cooperação Regional (RCC) e a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). A seleção dos métodos de estudo de caso conjugada com a técnica de análise de conteúdo se justifica em razão de proporcionar uma abordagem robusta e abrangente para a proposta de investigar o cooperativismo no processo de integração dos Balcãs Ocidentais.

O estudo de caso como método de pesquisa explora um contexto complexo e multifacetado, como é o processo de integração regional nos Balcãs Ocidentais. Ele se reveste em um dos métodos mais adequados Para analisar um evento atual dentro de seu ambiente concreto, onde a distinção entre o evento e o ambiente não é imediatamente evidente (Gil 2002:54). Da mesma forma, o estudo de caso oferece como vantagem o fato de permitir uma investigação aprofundada e holística do fenômeno das cooperativas nessa região, o que é crucial quando se trata de compreender as relações específicas, como a proposta em apreço. Além disso, o estudo de caso permite examinar as interações, dinâmicas e contextos únicos que caracterizam a situação específica dos Balcãs Ocidentais.

No que diz respeito à análise de conteúdo, ela complementa o estudo de caso ao oferecer uma ferramenta para examinar e interpretar dados textuais, documentos e materiais relevantes para a investigação. Essa abordagem é particularmente interessante quando se trata de analisar documentos de políticas, relatórios e outras fontes relacionadas ao processo de integração regional e ao papel das cooperativas. Ademais, a análise de conteúdo permite identificar padrões, verificar tendências e reunir temas emergentes nos documentos analisados, o que contribui para essa compreensão profunda oferecida pelo estudo de caso (Franco 2021). Além disso, tanto o método quanto a técnica são interessantes para os objetivos específicos da investigação que se propõem a identificar, caracterizar, mapear, verificar, analisar e observar as interações das cooperativas no contexto do RCC e do

processo de integração regional, uma vez que demandam uma investigação detalhada e uma análise aprofundada.

#### 1.4.2. Coleta, categorização e análise de dados

Após a realização de ampla revisão de literatura relacionada às teorias de integração regional e economia social, especialmente no que diz respeito ao cooperativismo, será realizada coleta de dados junto aos interlocutores da RCC e ICA, assim como a outros organismos internacionais com relevante interação com o movimento cooperativista, a saber: a Organização Internacional do Trabalho (ILO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), agências especializadas das Nações Unidas, especialmente a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Os documentos a serem coletados incluirão relatórios, estudos, políticas, tratados, estatutos, atas e outros relacionados às atividades das cooperativas nos referidos organismos e ao processo de integração dos Balcãs Ocidentais. A análise desses conteúdos será fundamental para identificar as interações das cooperativas com o processo de integração na região.

Com base na revisão de literatura, nos objetivos específicos da pesquisa, dados coletados, é possível definir categorias que servirão como estrutura analítica apresentada ao longo dos capítulos da investigação. Essas categorias procurarão abordar como as cooperativas estão relacionadas ao processo de integração regional, incluindo sua participação, impacto na estabilidade regional, representatividade nos organismos, e até mesmo discussões locais e regionais sobre integração e desenvolvimento de arranjos cooperativos, além da sua contribuição e efeito para os processos de integração regional. Posteriormente, a triangulação dos dados é realizada de acordo com as referidas categorias, garantindo uma análise sistemática e consistente que permita responder aos objetivos específicos da investigação.

A primeira categoria está relacionada à necessidade de se identificar e caracterizar, especificamente, como as relações entre cooperativas e o RCC impactam o processo de integração. Os dados relacionados a essa categoria podem incluir informações sobre a participação ativa ou passiva das cooperativas em iniciativas de integração, colaborações com instituições regionais e organismos internacionais e mesmo ações específicas que contribuam para o processo. A esse respeito, o documento *South East Europe 2030 Strategy*, elaborado pelos países da região, descreve o contexto atual do processo, assim como as metas, além de apresentar lacunas e mecanismos pelos quais as cooperativas podem

participar do processo. Ademais, nessa categoria, é importante destacar a análise do Relatório de Atividades do RCC de 2023, que também apresenta mecanismos e formas de interação entre o organismo internacional e empreendimentos locais, assim como o estudo da *Cooperatives Europe* de 2019 (CEDP) sobre a participação e contribuição das cooperativas na construção da paz, tendo em vista destacar o caso específico da Bósnia-Herzegovina.

A segunda categoria diz respeito às relações entre cooperativas e RCC. Nesta categoria, são apresentadas lacunas, desafios e até mesmo o histórico do processo cooperativista na região. Para tanto, o Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) intitulado *Association of farmers in the Western Balkan countries* será relevante para apresentar o histórico cooperativo na região, assim como a *South East Europe 2030 Strategy*, uma vez que também enfatiza lacunas no relacionamento entre os organismos de governança da região com os atores locais, no caso, as cooperativas.

A terceira categoria a ser mencionada é a da representatividade cooperativa na região dos Balcãs Ocidentais. Essa categoria procura verificar como o movimento cooperativo está representado e tem atuado na região dos Balcãs Ocidentais. Nesse sentido, o *Relatório Social Economy in Eastern Neighbourhood and in the Western Balkans*, financiado pela Comissão Europeia e elaborado pelo *Consrotium AETS* será fundamental para evidenciar a participação das cooperativas e até mesmo os desafios por elas enfrentados, especialmente no que diz respeito à implementação de legislação cooperativa específica para atuação das cooperativas na região. Nesta categoria, é também identificada a forma de participação das cooperativas na região, independentemente de sua atuação ou participação no RCC.

A quarta categoria está relacionada à necessidade de observar como as relações entre cooperativas e outros Organismos Internacionais, especialmente a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), impactam em um processo de integração. Nesse sentido, é importante levar em conta o interesse dos Balcãs Ocidentais em aderir à União Europeia, assim como ressaltar que o processo de integração dos Balcãs Ocidentais ainda está em andamento. Portanto, o histórico da região e os objetivos da integração dos Balcãs Ocidentais, fazem com que esta categoria exija uma análise comparativa dos princípios cooperativos com o *acquis communautaire* da União Europeia, assim como o exame de alguns estudos e projetos específicos sobre a participação das cooperativas nos Balcãs Ocidentais, principalmente organizados em parceria com a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA).

A quinta categoria está relacionada ao processo histórico da integração na região e como este processo é refletido no âmbito da RCC. Neste sentido, é analisado o processo de

integração dos Balcãs Ocidentais a partir de seus documentos fundacionais desde a Iniciativa Cooperativa do Sudeste da Europa (SECI), logo após o fim da Guerra da Bósnia, até a consolidação do Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEECF) que possibilitou o estabelecimento do RCC e as iniciativas mais recentes da região, como o *Berlin Process* e a *Open Balkan Initiative*. Para tanto, serão analisados, principalmente, as declarações do SEECF, assim como do RCC.

A sexta categoria que diz respeito aos efeitos que os atos, ações e decisões dos organismos internacionais, notadamente o RCC, têm em relação às cooperativas. Nesse caso, procurar-se-á analisar alguns documentos declaratórios não apenas do RCC, mas da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), assim como da Organização Internacional do Trabalho (ILO), com vistas a observar como as cooperativas reagem às decisões ou mesmo à falta de decisões dos agentes de governança global. Assim, de modo a melhor visualizar esta categorização, é possível formatar o seguinte quadro<sup>13</sup>:

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Categoria</b>	<b>Conteúdo</b>
a) identificar e caracterizar as formas com as quais as relações entre cooperativas e o Conselho de Cooperação Regional (RCC) são refletidas no processo de integração da região	Impacto das relações <i>intra-</i> no processo de integração	<i>South East Europe 2030 Strategy</i> , Relatório de Atividades do RCC de 2023, assim como o estudo da <i>Cooperatives Europe</i> de 2019 (CEDP).
b) mapear os processos e formas de relacionamento entre as cooperativas e o RCC	Relacionamento entre cooperativas e RCC	Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) intitulado <i>Association fo farmers in the Western Balkan countries</i> , assim como a <i>South East Europe 2030 Strategy</i>
c) verificar como as cooperativas são representadas dentro do referido organismo internacional	Representatividade cooperativa	<i>Relatório Social Economy in Eastern Neighbourhood and in the Western Balkans</i> , financiado pela Comissão Europeia e elaborado pelo <i>Consortium AETS</i>
d) discutir como as relações entre cooperativas e outros organismos internacionais, especialmente a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), impactam em um processo de integração	Impacto das relações <i>inter-</i> no processo de integração	Análise comparativa dos princípios cooperativos com o <i>acquis communautaire</i> da União Europeia, assim como o exame de alguns estudos e projetos específicos sobre a participação das cooperativas nos Balcãs Ocidentais, principalmente organizados

<sup>13</sup> O quadro em apreço foi elaborado pelo autor.

		em parceria com a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA).
e) analisar como as discussões relacionadas à integração da região são articuladas e estabelecidas na RCC	Articulação e funcionamento da RCC	Documentos fundacionais do RCC desde a Iniciativa Cooperativa do Sudeste da Europa (SECI), declarações do Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEECF), assim como do <i>Berlin Process</i> e a <i>Open Balkan Initiative</i> .
f) observar como os diversos atos e documentos formulados pelo organismo internacional afetam e são refletidos nas cooperativas.	Articulação e funcionamento das cooperativas	Documentos declaratórios do RCC, da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), assim como da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Os resultados da análise de conteúdo serão interpretados à luz da revisão de literatura realizada, permitindo uma compreensão das dinâmicas do processo de integração, assim como da participação das cooperativas como atores deste processo. Ademais, os resultados possibilitarão organizar as informações no sentido de: verificar nos requisitos do processo de adesão à União Europeia possíveis complementaridades com os princípios fundamentais da doutrina cooperativista<sup>14</sup>; destacar sinergias entre o processo de adesão e a atuação o cooperativismo; relacionar os desafios dos países no processo onde a atuação do cooperativismo não é verificada, de modo a responder os objetivos específicos da investigação. Dessa forma, o resultado permitirá conhecer qual efeito as cooperativas têm no processo de integração inter- e intra- região e como elas têm contribuído para a cooperação regional dos Balcãs Ocidentais, além de sinalizar desafios.

## 2. Integração Regional: Interdisciplinaridade Dialogante no Debate Teórico das Relações Internacionais

A intenção de se estabelecer uma abordagem interdisciplinar que integre os estudos de integração regional com o campo do cooperativismo requer um diálogo inclusivo dentro do contexto teórico das Relações Internacionais. Afinal, o debate em torno do movimento

---

<sup>14</sup> Na sua fundação, em 1895, a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) adotou uma série de princípios que foram chamados de “Rochdale Principles”. Estes foram revisados por meio de processos realizados em 1937 e 1966 (MacPherson 1995:5). Com relação aos sete princípios, elencados pela Declaração, são considerados diretrizes pelas quais as cooperativas colocam seus valores em prática. São eles: 1) associação voluntária e aberta, 2) controle democrático de membros, 3) participação econômica dos membros, 4) autonomia e independência, 5) educação, treinamento e informação, 6) cooperação entre cooperativas e 7) preocupação com a comunidade

cooperativista dentro deste campo é limitado, e é fundamental adotar uma abordagem teórica integradora que permita uma maior interação dentro da pesquisa. Dessa forma, é essencial adotar uma perspectiva pluralista que promova um diálogo construtivo dentro do próprio campo teórico ao longo da investigação, principalmente pela escassez de discussões relacionadas ao movimento cooperativista nas Relações Internacionais. Tendo em vista a necessidade de os estudos sobre regionalismo adotarem uma abordagem interdisciplinar, além de serem metodologicamente flexíveis e fomentar a criatividade (Mahoney e Katz 2008), este capítulo procurará examinar as principais teorias de integração regional, a fim de contextualizar o papel do cooperativismo no processo de integração dos Balcãs Ocidentais.

Nessas circunstâncias, este capítulo procurará, em um primeiro momento, examinar as principais visões teóricas de integração, a fim de inserir o cooperativismo no debate a respeito do processo de integração dos Balcãs Ocidentais. Correntes como o funcionalismo, neofuncionalismo, intergovernamentalismo e pós-funcionalismo têm sido os pensamentos dominantes nos esforços para teorizar tal processo na região (Pollack 2001). No entanto, as referidas perspectivas não contemplam ou consideram aspectos relacionados à participação de atores locais, tais como empreendimentos cooperativos, no processo de integração. De maneira geral, as perspectivas de integração regional partem de um ponto de vista de cima-para-baixo, isto é, exclusivamente observado por instituições supranacionais ou até mesmo pelos Estados, o que inviabiliza, de certa forma, analisar o comportamento das cooperativas neste processo. É nessa lacuna entre funcionalistas, neofuncionalistas e intergovernamentalistas que a investigação poderá contribuir no debate a respeito da integração ao investigar a atuação do movimento cooperativo como agentes locais.

Em uma segunda etapa, pretende-se caracterizar o cooperativismo como um ator nas Relações Internacionais e, nesse sentido, o construtivismo apresenta-se como uma perspectiva teórica relevante por considerar outros atores no sistema internacionais, assim como por argumentar que questões de natureza doméstica podem influenciar e complementar a compreensão das dinâmicas internacionais (Katzenstein 1996; Jepperson 1996; Wendt 1996).

## 2.1. As Perspetivas Teóricas Funcionais, Neofuncionais e Pós-Funcionais da Integração

### 2.1.1. Paz Funcional e o Conceito de *Peace by Pieces* no Processo de Integração

O funcionalismo, atualmente relacionado como uma perspetiva das Relações Internacionais voltada à integração regional, foi concebido, inicialmente, para discutir possibilidades e propostas para o estabelecimento de cenários para construção da paz (Camisão 2014:210-211). A esse respeito, é importante lembrar que a discussão sobre integração europeia remonta o ideal de *paz perpétua* elaborado em 1795 por Immanuel Kant que, por sua vez, antecede o pensamento federalista<sup>15</sup>. Posteriormente às discussões federalistas que o funcionalismo surge, notadamente no período entre guerras, principalmente com o objetivo de alcançar soluções para conflitos internacionais, apesar de que seus argumentos acabaram por contribuir por explicar processos de integração regional, notadamente o processo de integração europeu (Ramos 2005) (Schmitter 2010).

David Mitrany (1943), em seu principal trabalho sobre o tema, *Working for Peace System*, percebia como raiz dos conflitos internacionais a divisão do mundo em *unidades políticas competitivas*, de modo que para eliminar essas divisões seria necessário estabelecer uma espécie de governo federal mundial. Todavia, considerava impossível a conceção de tal governo devido ao nacionalismo e ao desrespeito aos acordos e pactos estabelecidos pelas nações ao longo da história. Por essa razão, diferentemente dos federalistas, entendia que uma abordagem funcional, capaz de superar as divisões políticas, poderia ser o melhor caminho para estabelecer e criar cenários propícios para eliminar os conflitos (Mitrany 1943). A essência da perspetiva funcionalista era motivada muito mais por um olhar sociológico-funcional do que por um viés político-institucional. Significa dizer que o foco dessa perspetiva está concentrado nos aspetos técnicos e não nos aspetos políticos. Portanto, tratando-se da consolidação da paz, a ideia funcionalista era a de buscar em elementos técnicos a condição para promoção da paz ao invés de arranjos puramente políticos ou mesmo globais. Assim, ao estabelecer instituições com o propósito de cumprir funções, ou seja, atender às necessidades humanas, a ideia de Mitrany era de que as instituições supranacionais seriam mais eficazes do que as nacionais, uma vez que consideravam que as

---

<sup>15</sup> Com o passar dos anos, o federalismo foi encampado por Altiero Spinelli e Ernesto Rossi, no Manifesto de Ventotene, e em seguida, por Jean Monnet que defendia uma federalização a partir das esferas económicas e de maneira institucional, não por meio dos cidadãos (Burgess 2009:31). Posteriormente, a declaração de Churchill, em 1946, marcou o período federalista que representaria muito mais o interesse de se evitar a guerra do que, de facto, integrar o território europeu. Portanto, o federalismo é um ideário que descreve diferentes fenómenos não uma teoria propriamente dita (Burgess 2009:25).

necessidades humanas seriam mais bem satisfeitas quando as preocupações territoriais fossem deixadas de lado (Mitrany 1943).

De maneira prática, pode-se dizer que o argumento de Mitrany se concentrava no sentido de criar custos de disrupção com vistas a estabelecer um processo de imbricação, de modo a tornar a guerra como algo menos desejado possível (Taylor 1990:130). Dessa forma, segundo o funcionalismo, o estabelecimento de grupos regionais poderia diminuir nacionalismos, entendidos como motivador de conflitos entre Estados (Camisão 2014:210-211). Por sua vez, essas etapas, alcançadas por meio de instituições, tomariam, com o avançar do tempo, o espaço ocupado pelo Estado (Jatobá 2013:45). Em síntese, a proposta funcionalista estava centrada no desenvolvimento de uma rede de atividades e agências internacionais com autoridade em temas específicos capazes de contribuir para a resolução de conflitos. Nessa lógica, os Estados necessitariam cooperar com vistas a abrir mão de determinadas funções por meio das quais as entidades internacionais poderiam desempenhá-las em nível técnico, restando aos Estados os temas políticos, a fim de reforçar suas soberanias (Oliveira 2000:50). A partir dessa percepção, os organismos internacionais, ou seja, as agências especializadas em temas específicos, poderiam se encarregar de diversos temas e minimizar os conflitos em virtude de suas características técnicas, principalmente despolitizadas, desempenhando atividades no âmbito funcional (Rosamond 2000:36).

Dessa forma, é mais fácil estabelecer uma organização funcional, com escopo definido, do que desenvolver instituições políticas com grandes objetivos que possam comprometer a soberania dos Estados. Nesse sentido, a cooperação internacional em temas apolíticos é menos questionada pelos governos nacionais porque não interferem em suas agendas. Temas económicos e técnicos em níveis globais acabam por se sobrepor, eventualmente, ao setor político e por essa razão este argumento, estabelecido por Mitrany, acabou por ser chamado de *peace by pieces* em um contexto funcional (Mitrany 1943), isto é, primeiro se discutem e aprofundam necessidades técnicas e sociais em nível internacional e, como consequência, os Estados se tornam independentes nestes temas. Depois, em uma outra etapa é, então, estabelecida uma colaboração funcional que, por sua vez, gera cooperação internacional e, a médio e longo prazo, pode até levar a um cenário de paz (Weiss 2015).

Com relação ao processo de integração regional - dentro da vertente funcionalista - reside no desenvolvimento de uma comunidade internacional por meio de uma cooperação funcional (Mitrany 1962:136), ou seja, a concentração de poder em alguns temas deixaria de estar localizada exclusivamente no Estado e passaria a uma rede de organizações técnicas,

agências internacionais, com autoridade em áreas específicas, a fim de tratar do bem-estar coletivo (Mitrany 1943). É por essa razão que a função exerce nesta perspectiva papel preponderante em um processo de integração, uma vez que a autodeterminação política se transformaria em uma codeterminação funcional (Mitrany 1962:143). Assim, determinadas funções se separam da soberania estatal, como acontece no campo científico e tecnológico, por exemplo, em um processo de aprendizado onde os cidadãos possam cooperar por meio das instituições com vistas a satisfazer o bem-estar (Taylor 1968:86).

Mitrany entende que, em um mundo interdependente, organizações internacionais projetadas para servir funções econômicas e sociais específicas, estão em melhor posição para assegurar a continuidade da paz do que os Estados. Ademais, ao longo do tempo, as lealdades dos cidadãos mudariam dos estados-nação para o apoio às agências tecnocratas que forneceriam as funções de que precisavam. Por sua vez, o equilíbrio competitivo de poder político entre os estados seria reduzido e a chance de um conflito diminuído (Eilstrup-Sangiovanni 2006:24).

Apesar da perspectiva de Mitrany ser adotada para analisar atualmente o processo de integração europeu, é importante lembrar que ela foi inicialmente concebida como uma proposta de *paz funcional* de maneira tecnocrática e racional do ponto de vista da governança. Portanto, ainda que Mitrany não seja um entusiasta da integração (Mitrany 1933:116), ele não é claro a respeito de como um processo de integração poderia se manifestar, pois desenvolveu um modelo que estabelece que a determinação das necessidades humanas seria oriunda da tecnocracia racional. Dessa forma, apresenta um modelo que não dependia de hipóteses normativas, onde o altruísmo e o crescimento da interdependência econômica são suficientes para gerar demandas de cooperação intergovernamental mais estreita (Schimmelfennig e Rittberger 2006:73-95). Para além das críticas elencadas, questiona-se, ademais, a comprovação dos pressupostos defendidos por Mitrany pela falta de rigor científico (Haas 1964:7).

### 2.1.2. Transacionalismo e Comunidades de Segurança

No mesmo contexto funcionalista, inaugurado por Mitrany, outra perspectiva surge a partir da necessidade de se discutir propostas para consolidação da paz. Apesar de alguns teóricos considerarem o transacionalismo como parte do funcionalismo, é importante ressaltar algumas diferenças que a tornam particularmente interessante para a análise do

tema, principalmente quando se torna necessário identificar diferentes atores em um processo de integração.

A esse respeito, o conceito de *Comunidades de Segurança* é fundamental para tratar do tópico, porque é a partir dele que se constrói a ideia de transacionalismo. Karl Deutsch, na década de 50, desenvolve o argumento das *Comunidades de Segurança* com base no mesmo princípio funcional de Mitrany, isto é, uma cooperação maior entre funções do que puramente foco no Estado. No entanto, as *Comunidades de Segurança* seriam grupos sociais, independentes do governo, que assegurariam mudanças sem recorrer à força (Deutsch 2015). Em termos de integração, o processo seria de construção de comunidades que dependeria da interação entre as populações. Assim, à medida em que as instituições respondessem de forma satisfatória às necessidades socioeconômicas, geradas pelo aumento das transações, ocorreria um alastramento de iniciativas, aumentando a cooperação em outras áreas (Jatobá 2013:47).

A ideia de *Comunidades de Segurança* surge a partir da diferenciação entre o significado de amalgamar e integrar. De acordo com Deutsch (2015), uma comunidade amalgamada possui um centro de decisões. Já uma comunidade integrada tem outros centros, mas que colaboram, se relacionam. Nesta relação é como pensar que a integração e amalgamação se justapõe, todavia em um cenário onde haja apenas o amálgama, sem integração, possa existir um cenário de guerra civil, por exemplo. Contrariamente, em contexto onde exista apenas a integração, sem amálgama, este se converte em um cenário de paz. Portanto, o argumento de Deutsch é de, ao invés de tentar impor um amálgama em âmbito internacional como direção preferencial para paz, que fossem estabelecidas as *Comunidades de Segurança*, pois uso da força entre os Estados seria baixo. Isso porque são suficientemente integrados para se assemelhar à uma *Comunidade de Segurança* amalgamada, sem precisar transferir a soberania para um âmbito supranacional (Ramos 2005). Portanto, para Deutsch o crescimento de transação entre o povo não leva a uma integração maior, mas sim o volume das transações - sejam elas políticas, culturais ou econômicas - que lançariam a responsabilidade de as instituições encaminharem a adaptação ou mudança pacífica entre populações participantes e aí residia o equilíbrio entre integração e transação, razão pela qual a perspectiva ficou conhecida como transacionalismo.

A principal diferença da perspectiva de Deutsch em relação ao funcionalismo de Mitrany está no fato de Deutsch não presumir a necessidade de estabelecer órgãos federais ou agências funcionais, a fim de garantir a paz entre as nações. Pelo contrário, a visão procura garantir uma integração a nível social de modo a tornar o conflito impensável

(Eilstrup-Sangiovanni 2006:29). O Transacionalismo (ou Teoria da Comunicação) sustenta que, em vez de construir estruturas institucionais específicas ou se preocupar com o estabelecimento de agências que serviriam a funções específicas, é necessário focar na construção de comunidades entre povos em diferentes estados. Este conceito assenta na ideia de que aumentar a interação em um nível social entre as pessoas constrói sentimentos de confiança e boa vontade que tornariam o conflito impensável (Eilstrup-Sangiovanni 2006:29). Deutsch, afirma que a integração tem duas etapas ou dimensões: a primeira seria por meio da construção de *Comunidades de Segurança* e a segunda, como consequência da primeira, seria o estabelecimento de uma integração política (Ramos 2005).

Dessa forma, a primeira etapa, de estabelecimento de *Comunidades de Segurança*, seria um processo de integração social envolvendo maior interação, comunicação, movimento e contato entre os povos onde o conceito de guerra como meio de resolver disputas seria impensável. Já à segunda etapa, a de integração política - após o estabelecimento da base social de integração - é possível que sejam construídas estruturas políticas sobre esta base social uma vez estabelecida (Eilstrup-Sangiovanni 2006:30). Apesar das críticas, a visão mencionada considera a diminuição do papel decisório do Estado como necessário para a construção da paz. Este processo, que pode ser considerado ou percebido como um processo de integração, é realizado, basicamente, por meio da construção de comunidades, que, por sua vez, depende da interação de pessoas (Jatobá 2013:47). No entanto, Deutsch foi criticado por ser excessivamente descritivo. Embora seja possível mapear os níveis de interação social e descrever a presença de *Comunidades de Segurança*, a perspectiva não dá muita importância à segunda etapa do processo, isto é, de como isso poderia levar à integração política (Eilstrup-Sangiovanni 2006:32).

### 2.1.3. Transbordamento como efeito neofuncionalista da integração regional

Como observado, apesar das críticas que a perspectiva funcionalista tenha recebido ao longo do tempo, ela tem contribuído não só para compreender o processo de integração europeu, mas, também, para fomentar a corrente posterior inaugurada por Enest Haas: o neofuncionalismo. A leitura de Haas, procura superar o ideário funcional e desenvolve uma nova ciência social, com maior rigor científico e com uma proposta que estivesse além da discussão de formas de convívio pacífico no Sistema Internacional (Rosamond 2000:50). Por essa razão, o neofuncionalismo passa a ser observado como sinônimo de uma Teoria da

Integração, principalmente por estar ligada com as estratégias dos fundadores do processo de integração da União Europeia.

Haas investigou a influência das classes dirigentes na promoção da colaboração entre Estados. Ele adotou uma perspectiva semelhante a de Mitrany e demonstrou interesse nas estruturas institucionais que poderiam permitir que os Estados superassem o nacionalismo e desenvolvessem novas modalidades de organizações internacionais. Assim, percebia a integração como:

“um processo pelo qual os atores políticos em diversos cenários sociais são persuadidos a trocar suas lealdades, expectativas e atividades políticas por um novo centro mais amplo, cuja instituição promovem ou demandam jurisdição sobre os Estados nacionais preexistentes” (Haas 1964:16).

Tanto Haas (1958) (1964) quanto Lindberg (1963) têm como ponto fundamental a reintrodução da dimensão política no processo de integração, que desempenharia um papel de força motriz em uma comunidade integrada, não apenas o aspecto tecnocrático (Rosamond 2000:55). Sobre o tema, é interessante notar que a integração para os neofuncionalistas se constituía a partir de diversos atores. Lindberg, por exemplo, percebia a sociedade como uma composição de diversos atores que se reuniam em diversos grupos que disputavam entre si certo protagonismo (Lindberg 1963:9). Dessa forma, considera outros atores em um processo de integração além do Estado. Todavia, não fica claro quem seriam os atores considerados e o papel desses atores no processo. Ademais, há um interesse e destaque especial nas elites governamentais como responsáveis pelas questões sociais e políticas a esse respeito (Wiener 2009:46).

Neste cenário conceitual, um dos tópicos de maior relevância do neofuncionalismo se encontra na transferência de lealdades do nível nacional para um nível supranacional (Haas 1964:5). Significa dizer que, em um processo de integração conduzido por instituições centrais comuns, onde a ênfase neofuncionalista é maior em atores não-estatais, é possível que seja estabelecida uma comunidade política transnacional (Chryssochoou 1997) (Schmitter 2011). Não significa dizer que os Estados deixam de ser atores relevantes no processo, apenas perdem parte de seu protagonismo. Portanto, essa transferência de lealdades culmina com o denominado *spillover effect*<sup>16</sup>, uma espécie de transbordamento que

---

<sup>16</sup> Há varias formas de transbordamento: a) funcional (*functional spillover*) que é o resultado da forte interdependência existente no âmbito económico, de tal maneira que os problemas surgidos em um determinado setor pode tratar de ser solucionados a partir da extensão e da integração a novas áreas funcionais; b) político (*political spillover*) que implica na tomada de consciência por parte das elites a respeito da necessidade de acometer a integração como instrumento para satisfazer interesses comuns por meio de processos como a socialização ou aprendizagem; e c) cultivado (*cultivated spillover*) que seria o resultado da capacidade das instituições supranacionais em promover por si mesma a integração refletindo a pluralidade do

gera pressões técnicas para outras esferas dos Estados. O mercado comum europeu, a moeda única e o sistema bancário são exemplos.

A ideia subjacente a esse fenômeno é que ocorre uma transferência do ponto central de tomada de decisões dos Estados para instituições supranacionais. Isso culmina na progressiva fragmentação das soberanias e no surgimento de uma entidade supranacional (Haas 2004). “É uma situação na qual uma dada ação, em um campo específico, uma realidade na qual é gerada uma condição e uma necessidade para mais ações” (Lindberg 1963:10). Haas sustentava a visão de que, ao longo do tempo, a soberania estatal declinaria gradualmente à medida que a colaboração em uma área de atuação se refletisse em outras esferas, e um sistema burocrático de tomada de decisões evoluísse para um nível supranacional, ainda que com uma ênfase regional específica. Conforme mais atores se envolvessem no processo, ocorreria uma espécie de "socialização" entre as elites, resultando em uma redução de sua fidelidade ao Estado em prol de uma apreciação mais ampla dos interesses da região como um todo (Haas 1958).

Diferentemente de Mitrany e Deutsch, o modelo de Haas previa o declínio da soberania estatal com a criação de instituições supranacionais. Neste caso, a identidade comunitária suplantaria o nacionalismo, pois apenas a capacidade técnica não era suficiente, era preciso, ademais, vontade política das elites para impulsionar o processo, assim como a formação de interesses comunitários em substituição aos nacionais (Camisão 2014:328-329). Portanto, a incorporação dos valores comuns às sociedades era fundamental para desenvolver um “conhecimento consensual” à solução dos problemas (Jatobá 2013:47). Necessário mencionar que a lógica do transbordamento é mais bem percebida em alguns setores como o econômico, por exemplo, que tem expectativas básicas e baixa atividade política funcional, diferentemente de outros setores como defesa e cultura, por exemplo (Haas 1961:366-392).

As perspectivas até aqui analisadas repetem uma proposta liberal no que tange aspectos relacionados à construção da paz, ou seja, assumem uma matriz de *cima-para-baixo* ao propor agências internacionais ou instituições supranacionais como atores centrais no argumento ora apresentado. Pouco consideraram ou mencionaram a participação de atores locais em iniciativas de integração ou mesmo de consolidação da paz. Haas, ademais, justifica que a ênfase nas elites em seu estudo deriva da natureza burocratizada das organizações europeias nas quais as decisões básicas são tomadas pela liderança (Haas

---

interesse existente na sociedade e favorecendo a formação de uma elite internacional que eleve o nível dos interesses comuns (Tranholm-Mikkelsen 1991; Niemann e Ioannou 2015:197-199).

2004:17), mas não prevê o envolvimento do público com a politização do tema (Hooghe e Marks 2008:12-13).

#### 2.1.4. Perspetivas pós-funcionalistas sobre a integração regional

Uma perspetiva mais recente no contexto dos processos de integração regional, inspirada nos diversos contributos dos vários quadros teóricos existentes, percebe a integração europeia como um processo conflituoso que estabelece uma estrutura jurisdicional mesmo com toda divisão cultural, o que leva esta vertente a examinar o choque entre as pressões causadas pelo funcionalismo e a identidade. Por isso, é possível considerar o pós-funcionalismo como uma teoria da desintegração (Webber 2019), tendo em vista a visão negativa do processo de integração. Nesse sentido, vai conceber a integração europeia como fruto de interesse das elites e dos Estados que, por sua vez, possuem o poder sobre as instituições. Dessa forma, vai analisar a tensão existente entre os benefícios de uma governança multinível e o desejo do autogoverno (Hooghe e Marks 2020).

Do ponto de vista da investigação, o pensamento pós-funcionalista é relevante por procurar mudar o debate a partir da discussão de aspetos relacionados à identidade e politização que levam a pensar a participação de outros atores no processo de integração (Hooghe e Marks 2008; 2009; 2019; 2020). A vertente pós-funcionalista busca considerar a governança como uma expressão de comunidade e nesse sentido pode-se vislumbrar uma interação oposta das visões até aqui apresentadas, isto é, um processo de “baixo-para-cima” (Hooghe e Marks 2008:02). Portanto, ainda que não mencione diretamente o aspeto local, fica evidente a crítica ao processo de integração por parte dos pós-funcionalistas em relação aos atores e à conceção do processo.

Liesbet Hooghe e Gary Marks (2008) reúnem várias linhas de investigação sobre a política de massa da integração europeia. Afirmam que o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo, unidos por um foco comum, seja na lógica funcional, seja baseado na eficiência para a integração regional, ou mesmo nas preferências económicas, nas negociações entre grupos de interesse, acabaram por ser menos relevantes ou úteis para as investigações sobre a União Europeia (Hooghe e Marks 2008: 3). Isso porque atualmente, na conjuntura caracterizada pela politização, que envolve os públicos de massa, assim como a política doméstica, a integração europeia passa a ser tratada e até mesmo contestada pela opinião pública e, também, pela competição partidária. Dessa forma, segundo Hooghe e Marks (2008), à medida em que a integração europeia se desloca para áreas centrais da

soberania do Estado, e mesmo da identidade nacional, acaba por produzir efeitos que atingem as políticas económicas, financeiras e de bem-estar nacional. Portanto, a opinião pública passa a ser um agente relevante para esta perspetiva no que diz respeito ao processo de integração, principalmente porque é algo a ser explorado pelas elites e pelos partidos, notadamente os partidos eurocéticos que exploraram esse sentimento durante as eleições.

Resumidamente, a abordagem pós-funcionalista argumenta que conexões diretas entre grupos nacionais e atores europeus desafiam a ideia de que os Estados são os únicos representantes de seus cidadãos no âmbito internacional. Além disso, as políticas internas e europeias estão cada vez mais interligadas, à medida que os governos respondem mais às pressões públicas relacionadas à integração europeia. Por último, o pós-funcionalismo concentra-se na questão da identidade, visto que é considerado um fator fundamental para a governança em geral e para o processo de integração regional devido à sua relação intrínseca com o processo.

Este novo cenário apresentado pela perspetiva pós-funcionalista argumenta que o processo de integração enfrenta, portanto, um “dissenso restritivo” ao tomar decisões sobre a integração europeia, que substitui o “consenso permissivo” do período de integração anterior (Hooghe e Marks 2008), o que pode ser percebido como um processo de desintegração a partir da opinião pública e do envolvimento de outros atores no processo. Assim, fica ainda mais perceptível que a perspetiva pós-funcionalista passa a se preocupar com esses novos atores, principalmente a opinião pública, e os considera como a fonte de crises no processo de integração europeu, isto é, a origem das crises na integração tem como fonte questões domésticas, uma vez que os atores relevantes são cidadãos e partidos, não empresas, grupos de interesse e tecnocratas supranacionais.

Os atores domésticos são motivados a participar e contestar o processo de integração em razão das perdas de identidade e bem-estar nacionais (Hooghe e Marks 2008). Tanto o neofuncionalismo quanto o pós-funcionalismo consideram as crises como mecanismos de *feedback* da integração, mas enquanto os neofuncionalistas pensam nas crises como *feedback* positivo e de reforço da integração, os pós-funcionalistas esperam que o *feedback* negativo prejudique a integração e possivelmente produza a desintegração (Hooghe e Marks 2008:21-23). Essa percepção endógena do pós-funcionalismo, isto é, a partir da esfera doméstica, que faz com que a opinião pública levante preocupações sobre competitividade, redistribuição, soberania e imigração que acarreta o “dissenso restritivo”, uma desaceleração na integração e acarreta a crise. Razão pela qual se preocupa com diferentes atores do processo.

Assim, o pós-funcionalismo acredita que a politização destes temas pela esfera doméstica possa mobilizar os cidadãos, especialmente os eurocéticos, no sentido de empoderar os partidos e minar o apoio à integração. Com isso, há uma limitação do espaço de manobra dos governos e uma incompatibilidade de soluções funcionalmente eficientes e politicamente viáveis (Hooghe e Marks 2008: 21-23). No entanto, se e até que ponto isso acontecerá depende de dois conjuntos de condições: i) o grau em que as tensões e crises na integração realmente afetam o bem-estar e a identidade dos cidadãos e ii) até que ponto os governos e as instituições da UE são capazes de isolar a formulação de políticas da UE do impacto da política doméstica (Hooghe e Marks 2008: 22; Schimmelfennig 2014a: 11-16).

O pós-funcionalismo leva em consideração a participação de outros atores que não sejam o Estado e agentes supranacionais. Observa esses demais atores a partir das crises com uma preocupação voltada para as possíveis ações de desintegração muito mais do que na integração, razão pela qual ora se considera como uma teoria da desintegração. No entanto, a contribuição pós-funcionalista é relevante por abrir espaço para discutir a participação de outros atores, assim como outras forças que modulam o sentido da integração e que não eram considerados, especialmente no que diz respeito à identidade ou até mesmo à construção de comunidades.

## **2.2. Intergovernamentalismo: Cooperação e Competição entre os Governos Nacionais**

Outro bloco teórico que abriga diferentes perspectivas sobre o processo de integração é o chamado intergovernamentalismo. Diferentemente da vertente funcionalista, que discute e considera a presença de outros atores no contexto de processos de integração, a visão intergovernamentalista percebe o referido processo como uma forma de fortalecimento dos Estados, principalmente no que diz respeito ao aspeto económico, assim como na importância de se evitar conflitos, guerras. De acordo com o intergovernamentalismo, a integração regional é o resultado da cooperação e da competição entre os governos nacionais (Hooghe e Marks 2019). Portanto, os pressupostos teóricos desta corrente estão arraigados no paradigma realista das Relações Internacionais.

A perspectiva surge, inicialmente, como uma tentativa de resposta à Guerra Fria frente à necessidade de se evitar o avanço das fronteiras soviéticas para a Europa, razão pela qual argumentasse, do ponto de vista intergovernamentalista, que os Estados decidiram apostar em um processo de integração (Hoffmann 1966:862-915). De igual forma, necessário

destacar que o intergovernamentalismo também procura responder ao modelo neofuncionalista de modo a explicar as falhas da proposta de integração na Europa na década de 1960, notadamente no que diz respeito à síndrome da cadeira vazia<sup>17</sup>.

### 2.2.1. A resiliência do Estado-Nação frente ao processo de integração regional

Na perspectiva intergovernamentalista, um dos principais teóricos a ser destacado é Stanley Hoffmann. Hoffmann não estava de acordo com a premissa neofuncionalista de que os governos seriam incapazes de resistir às pressões das elites no sentido de maior integração e por isso questiona a ideia de automaticidade do processo de integração, uma vez que os pontos centrais, de interesse nacional, os Estados, não estariam dispostos a negociar (Camisão 2014) (Hoffmann 1966:882). Dessa forma, importante destacar que Hoffmann entendia que a integração tinha êxito em setores específicos na Europa, no caso na chamada *low politics*, onde ele acreditava ser possível admitir o pressuposto da supranacionalidade neofuncionalista como no caso do setor económico, por exemplo. Porém, o contrário, ou seja, em termos de *high politics*, Hoffmann argumenta que as nações preferem o autocontrole à integração (Hoffmann 1966:882). Em síntese, argumenta que a integração só ocorreria onde pudesse garantir uma “soma de resultados positivos” (Rosamond 2000:77), neste caso, na *low politics*. Hoffmann também pode ser percebido a partir da crítica que faz ao neofuncionalismo, pois argumenta haver certa negligência aos sentimentos nacionalistas que porventura existam em um processo de integração e é por não levar em consideração essa percepção que o *spillover Effect* se torna falho, uma vez que há variáveis não consideradas no modelo funcional (Hoffmann 1966).

Por essa razão é possível afirmar que a visão intergovernamentalista, apesar de estar centrada em uma observação do Estado como principal ator, ela não exclui a possibilidade

---

<sup>17</sup> Em julho de 1965, o intergovernamentalista Charles de Gaulle boicotou as instituições europeias devido a questões que tinha em relação a novas propostas políticas da Comissão Europeia. Este evento, conhecido como *Empty Chair Crisis*, afetou a Comunidade Europeia. Várias questões relativas à integração política europeia levaram ao confronto. De Gaulle acreditava que os governos nacionais deveriam caminhar para a integração e não concordava com a tentativa da Comissão de criar uma mudança para o supranacionalismo, estendendo poderes para além das fronteiras nacionais.

Após o fracasso do Plano Fouchet e o veto de De Gaulle ao pedido de adesão do Reino Unido à CE, a Comissão tentou avançar para a integração propondo uma ideia que combinaria a Política Agrícola Comum (PAC), o Parlamento Europeu e a Comissão. De Gaulle apoiou a criação da PAC e favoreceu sua promulgação. No entanto, discordou do novo papel do Parlamento, da força da Comissão, da passagem para o supranacionalismo e das propostas orçamentais para o financiamento da PAC. De Gaulle impôs como condição que a votação por maioria com direito a veto deveria existir se a França quisesse participar da Comunidade Europeia. Quando de Gaulle não obteve uma Comissão mais intergovernamental ou direitos de voto e veto, o representante francês deixou o Conselho de Ministros.

de participação de outros atores, aqui chamados por Hoffmann de *low politics*, no processo de integração, especialmente em setores técnicos. No entanto, o papel do governo era preponderante devido a soberania, assim como a legitimidade política. Portanto, é notória a distinção e preocupação de Hoffmann quanto a diferenciação entre *high politics* e *low politics* em um processo de integração, uma vez que permite esclarecer por que a integração era possível em algumas áreas, apesar de proporcionar conflito em outras.

A crítica apresentada por Hoffmann com relação ao neofuncionalismo é importante e contribui para o debate do processo de integração, todavia a falta de outros atores em sua perspectiva ou mesmo o papel diminuto que ele atribui aos possíveis atores no processo de integração inviabiliza compreender outros elementos, quiçá positivos, e que possam endereçar até mesmo alternativas para o caso do nacionalismo ou crises estabelecidas no âmbito regional.

#### 2.2.2. Intergovernamentalismo liberal e a Teoria do *jogo de dois níveis*

O avanço histórico do processo de integração europeu, tanto económico quanto político, ao longo dos anos, levou os teóricos intergovernamentalistas a realizar uma releitura de seus pontos de vista em relação às perspectivas sobre integração regional. Dessa forma, com base no neorealismo, surge uma vertente intergovernamental conhecida como intergovernamentalismo liberal ou mesmo neointergovernamentalismo, de modo a preencher as lacunas abertas com o avançar do processo de integração e frente a necessidade de considerar o Estado como principal ator de um processo de integração. Nessa vertente, os Estados são assim considerados por deter capacidades reforçadas por instituições supranacionais, mas não limitadas (Moravcsik 1998).

Apesar de partir de uma visão realista, o intergovernamentalismo liberal se torna corrente adaptada pelo neorealismo devido a importância que dá à formação do interesse nacional no interior do Estado. Significa dizer que o processo de integração europeu e o estabelecimento das instituições, observados sob a ótica do intergovernamentalismo liberal, foram concebidos pelos Estados e são dependentes das vontades deles, ou seja, podem mudar ou até mesmo deixar de existir desde que por meio do Estado (Rosamond 200:131). Moravcsik para explicar esse novo cenário dentro desta perspectiva procura estabelecer um modelo baseado na *two level game theory*, um modelo de formação de preferências nacionais e de uma estratégia de barganha entre os Estados (Putnam 1988; Moravcsik 1993). O modelo em questão busca sustentar que os interesses nacionais são uma manifestação das interações

entre o Estado e a sociedade, ou seja, conflitos no âmbito da política interna. A partir dessas interações, surgem coalizões e alternativas que influenciam as ações do governo (Moravcsik 1998:481). Embora o Estado permaneça como um ator unitário, essa abordagem incorpora uma análise comparativa do processo de integração, apoiada por três teorias: a liberal, a formação de preferências nacionais, negociações internacionais e a funcional (escolha institucional).

De maneira objetiva, é possível afirmar que o intergovernamentalismo liberal resulta da negociação intergovernamental de preferências e poder, ou seja, os Estados mais atingidos por uma crise, por exemplo, encontram-se em uma posição de negociação fraca e estão mais dispostos a fazer concessões. Por outro lado, os Estados menos afetados pela crise e mais satisfeitos com o *status quo* conseguem chegar a um resultado de barganha próximo de sua preferência e, assim, extrair concessões (Moravcsik 1998: 3). Portanto, pode-se argumentar que neste cenário a política interna é observada antes mesmo da relação entre Estados.

Com base nesse modelo, Moravcsik argumenta que o governo atua em dois níveis distintos: doméstico e internacional. Nesse contexto, a compreensão da política interna é um pré-requisito para a subsequente interação entre Estados. Esse processo é composto por três etapas: a) definição de preferências nacionais, b) negociações entre Estados e c) escolha institucional. Assim, um processo político interno molda os interesses nacionais e, por conseguinte, a posição que cada governo adotará nas negociações internacionais (Moravcsik 1998:481). Vale ressaltar que, nesse contexto, os interesses econômicos desempenham um papel predominante na formação das preferências dos Estados.

Na segunda parte de seu argumento, Moravcsik concentra-se nas negociações internacionais e busca entender como os interesses conflitantes dos Estados-Membros são conciliados em nível internacional. Nesse ponto, o intergovernamentalismo liberal argumenta que o engajamento de um Estado nas negociações (e seu interesse em influenciar os resultados) depende do que está em jogo para esse Estado. Por fim, na terceira fase, ou seja, na escolha institucional, Moravcsik conclui que as instituições europeias aprimoram a eficiência das negociações entre Estados e reduzem os custos de transação associados a esse tipo de negociação, de acordo com uma perspectiva institucional racional. No entanto, os Estados escolhem em grande parte delegar ou transferir o poder de decisão para as instituições europeias como uma forma de garantir compromissos críveis (Moravcsik 1993).

Embora seja possível reconhecer que os interesses nacionais refletem preferências políticas internas, especialmente relacionadas a equilíbrios econômicos, as decisões tomadas pela União Europeia resultam de negociações entre Estados, conforme essa perspectiva. Portanto, o intergovernamentalismo liberal considera os Estados-Membros como atores nacionais e unitários, cuja distribuição de preferências e conduta nas negociações explicam a natureza, ritmo e alcance da integração. Portanto, para o intergovernamentalismo liberal, as decisões cruciais das instituições europeias têm uma influência marginal.

É importante notar que o intergovernamentalismo liberal analisa o processo de integração a partir de casos que sustentam seu argumento, não abordando devidamente as questões de legitimidade enfrentadas pela União Europeia (Moravcsik 2012). Como resultado, existem casos diferentes que não podem ser adequadamente explicados por essa perspectiva. Além disso, há uma subestimação do papel dos atores supranacionais e não estatais, uma vez que, embora considere o processo de integração, não analisa ou leva em conta atores que contribuem de maneira significativa para o processo, concentrando-se na integração como um processo cooperativo liderado por grupos de interesse e governo.

### 2.2.3. Governança multinível como cenário moderno para análise da integração regional

Dentro da perspectiva neointergovernamentalista, vale ressaltar a contribuição de Leon N. Lindberg, que argumenta que alguns elementos do intergovernamentalismo liberal podem ser incorporados em uma visão neofuncionalista. Lindberg destaca a discussão sobre como a participação no processo de integração europeu permite que os Estados atuem com certa autonomia em relação às demandas de seus eleitores domésticos. Assim, a análise anteriormente apresentada por Moravcsik, que enfatiza a importância da compreensão da política interna como um pré-requisito para a interação entre Estados, é questionada por Lindberg, que enfoca a considerável margem de manobra concedida aos Estados (Lindberg 1963).

Lindberg (1966; 1970) também critica a noção de jogo de dois níveis, considerando esse argumento como uma simplificação inadequada para explicar a complexidade e a multiplicidade de variáveis presentes na União Europeia. À medida que o processo de integração evolui, as perspectivas e análises exigem uma abordagem mais aprofundada e alinhada com a realidade da integração. É imperativo reconhecer que os Estados atuam em diversos níveis simultaneamente e levar em conta a participação de outros atores no processo. Dessa forma, o argumento da teoria do jogo de dois níveis precisa ser analisado

no contexto da governança multinível<sup>18</sup> (Rosamond 2000:146). Isso ocorre porque a União Europeia não pode ser equiparada a uma organização internacional comum, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), as Nações Unidas e outras. A União Europeia é única entre as organizações internacionais, uma vez que abrange tanto a natureza quanto a extensão de seu desenvolvimento. Isso implica que, em certas áreas de atuação, a União Europeia exibe características que se assemelham mais aos sistemas políticos nacionais do que às organizações internacionais.

Nessas circunstâncias, para Lindberg (1963), o *spillover effect* é um conceito importante, mas só pode ser empregado de forma útil dentro de uma esfera cuidadosamente delimitada. Antes de ser usado efetivamente em investigação, diferentes significados terão de ser distinguidos e as condições sob as quais o transbordamento pode ocorrer devem ser mantidas em mente (Lindberg 1994). O *spillover effect* não foi, portanto, desacreditado com base na similaridade subjetiva e em uma orientação política comum, os atores podem ter incentivos para promover a expansão de tarefas em novos setores, a fim de proteger os ganhos já alcançados. Mas resta saber, a partir de pesquisas empíricas, o quanto essa teoria explicará das mudanças institucionais ora observadas na Comunidade Europeia, especialmente no contexto da governança de multinível (Lindberg 1994).

Neste caso específico, Lindberg (1994) destaca que as barganhas que cobrem apenas determinados setores, podem estimular um processo de transbordamento seja interestadual (conforme mudam os incentivos voltados para os Estados) ou transnacional. Essa ideia central dos neofuncionalistas é consistente com muito do que sabemos sobre como as mudanças na economia política internacional afetam os incentivos para os Estados. Portanto, deixa em aberto para investigação, no entanto, a questão de quão rápido e até que ponto o transbordamento de uma barganha inicial se estenderá ainda é preciso maior debate.

---

<sup>18</sup> A governança multinível é caracterizada pelas relações entre atores situados em diferentes níveis territoriais (supranacionais, nacionais, regionais e locais), tanto do setor público quanto do setor privado. A teoria da governança multinível entrelaça os domínios da política doméstica e internacional e destaca a distinção entre esses domínios no contexto da integração europeia. Importante destacar que a governança multinível leva em consideração a participação de atores não-estatais que são mobilizados na formulação de políticas de coesão e na política da União Europeia. De igual forma, a governança multinível é percebida como o respeito pelas competências, a partilha de responsabilidades e a cooperação entre os vários níveis de governação: a UE, os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais.

#### 2.2.4. As crises europeias a partir das perspectivas de integração regional

O processo de integração regional pode ser percebido por diversas perspectivas teóricas como apresentado anteriormente. A evolução do referido processo no contexto da União Europeia tem demonstrado que as correntes teóricas da integração regional necessitaram, ao longo do tempo, revisar e revisitado muitas de suas concepções de modo a acompanhar o desenvolvimento do processo. A trajetória do processo de integração europeu é marcada por diversos eventos, principalmente por crises, sejam elas políticas, económicas e até mesmo de segurança, que, de certa forma, permitem às teorias mencionadas lançar um olhar analítico para continuar a discutir processos de integração ou mesmo de desintegração. As crises da União Europeia estão a estimular o surgimento de uma literatura específica sobre o tema, como pode ser percebido em Genschel e Jachtenfuchs (2018), Börzel e Risse (2018), Biermann et al (2018) e Schimmelfennig (2017) e (2018). Por essa razão, é importante, igualmente, observar o contributo dessas crises para o processo de integração, principalmente para identificar e estabelecer a participação dos diversos atores ora envolvidos nos cenários de crise elencados sob o ponto de vista das perspectivas teóricas.

De acordo com Schimmelfennig (2017), as crises representam desafios às teorias de integração e podem significar desintegração. Por sua vez, a desintegração significa uma redução no nível, escopo e compreensão de integração (Leuffen e al 2013:08). Uma crise afeta na extensão do agrupamento e delegação das competências da União Europeia. Portanto, as crises atuais podem representar bem a definição apresentada: Euro, Ucrânia, Brexit, migração, Schengen, dentre outras. No entanto, enquanto as crises do Euro e de migração reduzem o nível de integração, as crises provocadas pela Guerra da Ucrânia e do Brexit aumentam as fronteiras territoriais.

De acordo com Schimmelfennig, as crises são *open-ended*, pois podem resultar em desintegração, mas levam a um novo cenário de *status quo* ou para mais integração, como no caso recente da Guerra na Ucrânia. Ademais, as crises proporcionam diversas consequências, positivas ou negativas, mudança ou estabilidade no nível de integração e escopo (Schmitter 1970:842-845). Schimmelfennig (2017) está preocupado com o papel da crise no que diz respeito ao processo de integração. Para ele, nenhuma teoria da integração é uma teoria de crise, intergovernamentalismo, neofuncionalismo, funcionalismo, mas todos observam a crise como parte do processo (Lefekofridi e Schmitter 2015:4) e formulam proposições gerais sobre integração que podem servir como expectativas hipotéticas sobre o surgimento e reação as crises. Assim, o contributo de Schimmelfennig (2017; 2018) é no

sentido de ressaltar a importância da crise para a análise dos processos e teorias da integração.

De acordo com Schimmelfennig (2018), a União Europeia tem passado por grandes crises em seus principais projetos de integração dos anos 1990: o Euro e o Schengen. Ambas as crises tiveram causas estruturalmente semelhantes: choques exógenos expuseram a deficiências funcionais de ambos os projetos de integração e produziram conflito distributivo entre os governos, bem como uma politização da integração europeia nas sociedades dos Estados membros. No entanto, foram apresentados resultados significativamente diferentes: considerando que a crise do Euro trouxe um grande aprofundamento da integração, a crise de Schengen não. Para Schimmelfennig (2018) uma explicação neofuncionalista a respeito desses diferentes resultados pode ser apresentada ao enfatizar a variação na interdependência transnacional e a capacidade supranacional nas duas áreas políticas.

No intuito de analisar o processo de integração a partir das crises europeias, Schimmelfennig (2017) desenvolve um quadro analítico conciso capaz de sintetizar as perspectivas teóricas de integração até aqui observadas em um cenário de crise. Com isso, destaca: a) a origem da crise, b) a ação, formato e c) os efeitos. Dessa forma, é possível perceber o entrelaçamento das teorias no que diz respeito aos aspectos das crises, assim como identificar as lacunas de cada visão no processo de integração regional.

A esse respeito, argumenta que, enquanto o intergovernamentalismo fornece uma explicação das negociações e resultados das crises com base nas preferências e poder do Estado, o pós-funcionalismo destaca o papel da politização da crise, mas não consegue explicar os resultados (2018). De igual, forma, observa que o intergovernamentalismo considera as crises de integração exógenas ao processo, geradas por crises no ambiente internacional da União Europeia. Já as perspectivas do neofuncionalismo e do pós-funcionalismo assumem que as crises resultam de etapas anteriores de integração, onde o neofuncionalismo destaca os processos de transbordamento no nível internacional e o pós-funcionalismo enfatiza as reações eurocéticas à integração no nível doméstico (Schimmelfennig 2017:02).

Nesse mesmo sentido, é possível verificar que no intergovernamentalismo as interações de crise são caracterizadas pela negociação intergovernamental e o resultado da crise depende da constelação intergovernamental de preferências de integração e poder de negociação. No neofuncionalismo as crises de integração são formatadas pela *path-*

*dependency*<sup>19</sup>. Se a interdependência transnacional e a autonomia e capacidade das organizações supranacionais forem altas, é provável que as crises fortaleçam a integração. Em contraste, o pós-funcionalismo gera mais expectativas negativas. As crises de integração são caracterizadas pela politização eurocética. A menos que o gerenciamento europeu de crises possa ser isolado, essa politização provavelmente restringirá a integração ou até mesmo levará à desintegração (Schimmelfennig 2017:02-03).

Todas as três perspectivas de integração analisadas por Schimmelfennig (2017) (2018) fazem contribuições importantes para explicar as crises europeias e seus impactos, especialmente a crise do euro. O intergovernamentalismo fornece uma explicação plausível, mas superficial, das origens exógenas, das preferências mistas dos Estados, das negociações intergovernamentais e dos resultados da integração que aumentam o compromisso durante a crise. Ao incorporar a explicação intergovernamental em seu contexto histórico, transnacional e supranacional, o neofuncionalismo fornece profundidade à explicação intergovernamental. Em contrapartida, a crise falhou em mobilizar o apoio público e a transição para a integração política esperada na teorização neofuncionalista inicial. Por essa razão o pós-funcionalismo procura explicar esse fracasso com base no viés da integração da elite, nas perdas econômicas e de identidade sofridas por muitos cidadãos como resultado da integração e na ascensão de partidos eurocéticos – mas não explica o progresso significativo feito na integração institucional durante a crise (Schimmelfennig 2017:02-03).

A análise da crise do euro do ponto de vista da teoria da integração mostra aos governos: pressão exógena à estrutura da integração; transbordamentos para maior integração; e a politização a atrapalhar uma maior integração (Schimmelfennig 2017). Com base nessa análise, a União Europeia está sujeita a pressões externas oriundas das crises financeiras e econômicas em seu ambiente internacional, mas também de crises de segurança em sua vizinhança. A recente guerra na Ucrânia, dentre outros eventos têm chamado atenção para a questão da migração.

De maneira semelhante, Schimmelfennig (2017) acredita que União Europeia se encontra despreparada para lidar com tais crises devido ao seu processo de integração, uma vez que nem as instituições da União Europeia, nem os governos nacionais são capazes de

---

<sup>19</sup> "*Path-dependence*" é um conceito nas áreas de economia e ciências sociais que se refere a situações em que eventos ou decisões do passado limitam ou condicionam eventos ou decisões subsequentes. Esse termo pode ser aplicado para descrever resultados em um ponto específico no tempo ou equilíbrios de longo prazo em um processo. Ele tem sido utilizado para analisar uma ampla variedade de fenômenos, abrangendo desde instituições e padrões técnicos até trajetórias de desenvolvimento econômico ou social, bem como o comportamento organizacional, entre outros (Puffert 2022).

lidar com as crises de forma rápida e eficaz. No entanto, o desenrolar do conflito e a reação europeia, no caso ucraniano, tem demonstrado o contrário, principalmente pelo apoio e adesão de outros países a processos de integração recente. Por fim, destaca-se que as crises exógenas são reforçadas por reações populistas, que capitalizam os problemas de capacidade tanto da União Europeia quanto de seus Estados membros, mas ao mesmo tempo dificultam a elaboração de políticas comuns e eficazes (Schimmelfennig 2017).

Nesta situação, uma solução de crise bem-sucedida depende do valor que os Estados membros atribuem à preservação da política integrada e das capacidades relativas dos Estados membros e das organizações supranacionais. É curioso notar que, na crise do euro, os riscos e custos de uma crise monetária a desintegração juntamente com a impotência dos países do euro endividados e a capacidade do BCE impulsionaram os estados-membros para maior integração (Schimmelfennig 2017). Já no início da crise da Ucrânia, a União Europeia não aparentava ter uma política altamente integrada para defender, nem a capacidade de agir de forma decisiva contra a intervenção russa, o que tem se mostrado diferente.

De toda maneira, é importante destacar que mesmo as crises têm pesos diferentes. Embora uma crise migratória tenha impactos económicos e políticos nos países, os custos da desintegração não chegam nem perto dos custos de uma rutura na zona do euro, por exemplo (Schimmelfennig 2017). Isso porque no caso migratório, mesmo os estados fracos poderiam efetivamente conter a migração fechando suas fronteiras. No caso da crise do euro não há como o Banco Central Europeu dividir a administração de uma crise e contornar governos incapazes de cooperar.

A análise das perspectivas teóricas de integração por meio das crises é um tópico relevante para reforçar as lacunas ora existente e observar, novamente, a ausência, dentro de cada perspectiva, do contributo de outros agentes em um processo de integração. Fica evidente que as teorias parecem se complementar e se aplicar a depender de cada caso, quase como uma escala cronológica que acompanha o processo de integração europeu. Por essa razão, é necessário examinar um caminho dialogante e inclusivo dentro do debate teórico das Relações Internacionais. Assim, é necessário buscar um pluralismo teórico integrador (Dunne, Hansen e Wight 2013:405-425) que permita maior diálogo intrateórico, razão pela qual se torna necessário observar o construtivismo, de modo a reforçar a ideia de que questões domésticas podem influenciar e complementar o entendimento da condução das questões internacionais (Katzenstein 1996), (Jepperson 1996) e (Wendt 1996), assim como possa ser considerado outros atores ainda não discutidos nas perspectivas teóricas de integração regional.

### 2.3. A Percepção Construtivista e a Influência de Agentes Locais em Questões Internacionais: O Problema Agente-Estrutura como Coconstituente nas Relações Internacionais

No contexto histórico do processo de integração da União Europeia, novas formas políticas, acordos e processo decisório foram estabelecidos e estruturados com o passar do tempo. A ideia de governação é percebida nesse cenário a partir do sistema multinível, ou seja, “a autoridade se divide por níveis de governação e pelos atores envolvidos” (Rosamond 2000:109-110). Nesse sistema de governação europeu, os estados não são os únicos capazes de influenciar o processo, pois o próprio sistema multinível pressupõe uma rede política abrangente (Marks *et al.* 1996:41). Por essa razão, é importante que, ao avaliar um processo de integração regional, sejam considerados outros atores com vistas a perceber as nuances que possam levar o processo a uma crise ou mesmo identificar nestes atores contribuições que possam reforçar o processo de integração.

Hooghe e Marks (2001:45) discutem o sistema multinível da União Europeia e até o aproximam de uma perspectiva feudal em razão de a autoridade estar centrada em múltiplos patamares. Da mesma forma, Jachtenfus (2001:253-254) comenta que o termo rede<sup>20</sup> é o que melhor se aplica para o sistema de decisão europeu por estabelecer uma prática informal que difere do rigor intergovernamental de hierarquias. Ademais, considera outros atores em um processo que abrange múltiplas organizações (Peterson 1995:391). No entanto, nas perspectivas teóricas de integração até então apresentadas, a participação desses atores ainda está muito centrada na atuação do Estado, organismos internacionais, elite política e económica e agentes tecnocratas. Ainda há espaço para considerar, discutir e aprofundar o contributo de organizações locais de um ponto de vista de *baixo-para-cima* dentro de um processo de integração com impacto nas decisões dos atores que possuem uma matriz *de-cima-para-baixo*.

Nesse sentido, o construtivismo, como paradigma teórico e metodológico (Risse 2004) pode auxiliar ao observar o processo de integração regional europeu, e mesmo de seus vizinhos (Christiansen, Jorgensen e Wiener 2001; Risse 2004). Isso porque o construtivismo leva em conta a construção da realidade a partir da interação social e que a identidade dos atores é formada, constituída por meio dessa interação. Dessa forma, como a União Europeia é uma realidade formada pelas interações sociais, a sua própria identidade é algo a ser formada constantemente (Ramos 2005).

---

<sup>20</sup> O conceito de redes de políticas surge a partir da análise da produção de políticas (Marsh e Rhodes 1992) e procura esclarecer como as decisões são negociadas dentro das redes.

O argumento construtivista entende o problema agente-estrutura como uma coconstituição entre os agentes e as estruturas sociais nas Relações Internacionais (Nogueira e Messari 2005:163) (Baylis, Smith e Owens 2014:141). Por essa razão, o construtivismo permite perceber instituições locais, como as cooperativas, como coconstituintes do processo de integração regional. Afinal, a perspectiva construtivista compreende as Relações Internacionais como socialmente construída, ou seja, ela se estabelece por meio de processos de interação entre os atores - que agem individualmente ou em grupos - e prática social (Hudson 2005:01). Além disso, o construtivismo concebe o mundo como uma construção social, no qual as interações dos atores desempenham um papel fundamental na formação dos interesses e preferências desses agentes (Risse-Kappen 1995). Portanto, a compreensão do papel das instituições locais no processo de integração pode enriquecer a abordagem construtivista.

Dessa maneira, uma visão construtivista que reconhece que a identidade estatal na arena global é moldada pelas práticas sociais (Katzenstein 1996) permite a análise do cooperativismo como um ator local com potencial para influenciar os comportamentos do Estado no contexto do processo de integração regional, levando em consideração suas características distintivas e até mesmo sua trajetória histórica. Ademais, a esse respeito, destaca-se que a contribuição da atuação local das cooperativas tem possibilitado o endereçamento de questões internacionais, principalmente relacionadas à democracia e até mesmo em iniciativas de consolidação da paz em diversas regiões do globo (CEDP 2019), razão pela qual necessitam igualmente ser observadas do ponto de vista da integração.

Levando em consideração os aspectos discutidos das perspectivas teóricas de integração regional e a contribuição do construtivismo, é interessante notar, inicialmente, que as responsabilidades e apoio das cooperativas como instituições locais estão vinculadas ao sistema internacional por meio da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) <sup>2122</sup>. Se consideradas como elo neste processo comunitário entre o local e o supranacional, podem, por exemplo, expandir e aprofundar a interação entre pessoas e comunidades, ou seja, a cooperação política iniciada localmente, com um objetivo específico proposto pelo típico e

---

<sup>21</sup> Organização internacional independente, não governamental, que reúne, representa e atende cooperativas em todo o mundo. Seus membros são cooperativas em todos os setores de atividades, totalizando 221 organizações membros de 87 países, representando mais de 800 milhões de pessoas no mundo. A ICA tem como objetivo promover e proteger os valores e princípios cooperativos, facilitar o desenvolvimento econômico e outras relações mutuamente benéficas entre seus membros. Foi o Organismo que encampou e liderou o chamado movimento internacional cooperativo ao longo dos anos desde sua fundação.

<sup>22</sup> International Cooperative Alliance. Disponível em: <https://www.ica.coop/sites/default/files/basic-page-attachments/ica-bylaws17112017english-1532978942.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.

próprio das cooperativas, cria pressões para uma nova situação que implica que este objetivo só será atingido se outras ações cooperativas forem tomadas, o que torna necessário novas ações em um processo contínuo, um efeito dominó não limitado à dimensão política ou setorial, mas também, geográfica, pois podem alastrar para além de suas fronteiras locais.

Assim, ao observar as cooperativas como agente local, a perspectiva funcionalista, por exemplo, que está focada em perceber um efeito *spillover* a partir de agências ou instituições internacionais, poderia ser observada de maneira reversa, de *baixo-para-cima* ou mesmo de maneira híbrida com as entidades supranacionais. O argumento de se colocar a cooperativa como o centro da análise funcionalista é o de deslocar o *locus* de decisão dos Estados para instituições locais capazes de promover a integração comunitária e, por consequência, iniciativas de integração, pelas características inerentes à organização das cooperativas, assim como pela sua estrutura e desempenho, ainda que esse processo possa ser híbrido ao contar com participação do Estado, assim como de instituições internacionais.

Nesse sentido, ao perceber o neofuncionalismo a partir da dimensão local em um modelo de paz funcional, é preciso observar, igualmente, o que motivaria os indivíduos a se reunir em comunidades ou mesmo em cooperativas. De acordo com Hooghe e Marks (2008), os seres humanos têm uma "tendência etnocêntrica inata", e isso leva uma pessoa a favorecer seu próprio grupo em detrimento dos outros. Todavia, isso não significa que haja ou tenha de haver conflitos ou hostilidade em relação aos outros (Hooghe e Marks 2008:12-13). Os indivíduos normalmente têm múltiplas identidades e se identificam com comunidades territoriais em escalas muito diferentes, do local ao regional, ao nacional e além. Portanto, um ponto decisivo para um processo de paz ou mesmo de integração, não está afeto ao grupo com o qual se identifica, mas como um grupo de diferentes identidades pode ser constituído e, posteriormente, mobilizado no debate das elites.

Cooperativas, na percepção ora apresentada, podem responder como instituição local no sentido de agrupar diferentes identidades em uma comunidade e, por meio do alargamento das ações, transbordar para outros grupos e até mesmo influenciar o debate das elites. Dessa forma, o neofuncionalismo não deve negligenciar as arenas domésticas, pois a governança também é uma expressão da comunidade e precisa ser multinível em um processo de integração (Hooghe e Marks 2008:12-13).

Portanto, é necessário seja considerado um mecanismo que facilite essa interação especialmente em um nível local e até mesmo em um cenário de integração. Nesse sentido, as cooperativas como associações autônomas de pessoas unidas voluntariamente para

encontrar suas necessidades económicas, sociais e culturais, a partir de uma propriedade conjunta e administrada democraticamente (Birchal 1997), podem ser assim lembradas.

### 3. Cooperativismo como Ator das Relações Internacionais

O cooperativismo como movimento internacional nasce a partir da cooperação de trabalhadores que se viram excluídos em razão do processo de Revolução Industrial no século XIX. Com o passar dos anos e melhor organização do movimento, o cooperativismo se organiza de maneira internacional por meio da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) e, assim, difunde não apenas seus ideais, mas seus sete princípios fundamentais que se tornam a base e identidade do movimento cooperativo. É a partir desses princípios que os valores do cooperativismo e a estrutura cooperativa passam a moldar a identidade das cooperativas no mundo agregando, atualmente, em seu movimento mais de 1,2 bilhão de membros<sup>23</sup>.

Dessa forma, com o estabelecimento da ICA, um dos organismos internacionais mais antigos em funcionamento, as cooperativas podem ser reconhecidas como um ator internacional quando observada a participação, a influência e a troca de ações locais de uma cooperativa, ou de uma federação regional de cooperativas, em um contexto internacional, seja por meio da atuação dos membros da ICA nos congressos cooperativos, seja pelo princípio da intercooperatividade ou mesmo pela capacidade da cooperativa de participar e ser representada internacionalmente.

O conceito de “cosmopolitismo” de Boaventura de Sousa Santos – no contexto do debate a respeito da globalização - pode ser aqui lembrado para observar esta capacidade das cooperativas em se revestir como um ator internacional. Significa argumentar que as cooperativas, observadas como empreendimentos locais, pressupõem um processo de cosmopolitismo porque aproveitam “a oportunidade de se organizar transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial” (Santos 1997:17). Assim, ao compreender o papel e a contribuição das cooperativas em um contexto global é possível preencher lacunas deixadas pelo debate teórico das Relações Internacionais e considerar as cooperativas, notadamente a partir de uma perspectiva construtivista - como discutido no capítulo anterior - como um ator relevante, especialmente em processos de integração regional. Por essa razão, torna-se necessário examinar a origem do movimento cooperativo, discutir suas premissas, princípios, o papel embrionário da cooperação neste

---

<sup>23</sup> International Cooperativa Alliance. Facts and Figures. Disponível em <https://www.ica.coop/en/cooperatives/facts-and-figures>. Acesso em 17 de julho de 2023.

sentido, assim como o arcabouço jurídico específico estabelecido pelas cooperativas e a maneira pela qual elas se constituem em um ator internacional a partir do conceito de cosmopolitismo ora mencionado.

### **3.1. Cooperativismo: Contexto Histórico, Estrutura e Normatização**

#### 3.1.1. Formação do movimento cooperativo: a cooperação como gênese do movimento

O movimento cooperativista surge no contexto da Revolução Industrial, especificamente em Rochdale, Lancashire, Inglaterra, no ano de 1844. Com a extinção das comunidades agrárias tradicionais e em resposta aos efeitos da Revolução Industrial, um grupo de trabalhadores se reúne e funda, naquela época, o que ficou conhecido como a *Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale* (Rodrigues 2008:05). Este grupo era o embrião do que viria a ser o moderno movimento cooperativo. O estabelecimento da sociedade foi a maneira encontrada pelos trabalhadores de exercer maior gestão coletiva sobre a produção e o consumo e superar a crise que os trabalhadores enfrentavam (Johanisova, Padilla e Parry 2015:182).

A associação formada pelos talentos comuns dos artesãos, tecelões, dentre outros ofícios, instituída pela cooperativa, foi estabelecida, fundamentalmente, em razão da cooperação incentivada localmente pelos trabalhadores que perceberam ser benéfico cooperar para superar a crise causada pela Revolução Industrial. Portanto, é possível identificar na cooperação a gênese do cooperativismo (Thompson 1968) e até mesmo explicar, em parte, a própria existência do movimento (Namorado 2000:19), ou seja, se por um lado o cooperativismo nasce por meio de um processo social de interação individual que se constrói a partir de uma rede de cooperação (Thompson 1968:50) com vistas a suprir suas necessidades básicas, por outro, essa cooperação fomenta a empatia na comunidade ora estabelecida (Pinho 2004:116). Em outras palavras, no cooperativismo os indivíduos cooperam em razão de dividir os mesmos interesses individuais que, com o desenvolvimento das relações, criam laços de confiança em um ambiente democrático promovido e assegurado por meio da estrutura institucional igualitária da comunidade cooperativa (Kaswan 2014:5).

Apesar de a cooperação estar no cerne do movimento cooperativo e fazer parte da essência que explica a formação e o porquê de sua existência (Namorado 2000:19), ela não é suficiente para explicar a manutenção e a organização de uma cooperativa, até porque se

um único membro decidir não cooperar, ou seja, se um cooperador tiver um incentivo contrário, a cooperativa deixa de cumprir com seu propósito e pode chegar a deixar de existir. Assim, a racionalidade individual no caso da cooperativa pode levar à irracionalidade coletiva (Poulsen 2009:36) e, por essa razão, o estabelecimento de normas, assim como regras de conduta, foram necessários à medida em que o movimento se desenvolvia, a fim de que a estrutura que então se criava pudesse, de facto, estar organizada e institucionalizada para, além de contribuir para a superação de crises, atender às necessidades dos cooperados. Portanto, esta institucionalização foi fundamental para a consolidação do movimento.

As normas, princípios e premissas estabelecidas foram inspiradas e baseados no movimento operário da época (Namorado 2007:07), influenciado por pensadores como Robert Owen, Louis Blanc, François Fourier, Pierre Leroux, Philippe Buchez e Saint-Simon (Espagne 2000:10-16) (Singer 2018:25). Ainda que o cooperativismo tenha desenvolvido seu próprio caminho, o embrião dessas normas e princípios cooperativos estavam baseados no pensamento de socialistas utópicos<sup>24</sup> que discutiam então um modelo socialista elaborado a partir da insatisfação com as desigualdades sociais causadas pela Revolução Industrial. Todavia, é importante mencionar que, apesar dos rumos tomados pelo movimento cooperativo, com o passar dos anos, a contribuição intelectual dos teóricos do movimento foi essencial para a consolidação dos princípios cooperativos (Himelfarb e Schneider 2009:175).

Nesse processo embrionário, o movimento cooperativista buscava, basicamente, formar capital para suprir os trabalhos, construir casas, estabelecimentos industriais para produzir o que fosse necessário, dentre outras iniciativas no sentido de prover aos trabalhadores com o que lhes faltava, isto é, as necessidades primárias e básicas (Singer 2018:25-30). Com o movimento mais bem organizado, é sistematizado e estabelecido o conceito de cooperativismo, como pode ser observado por meio dos encontros, assembleias e conferências realizadas para discutir o aprimoramento do sistema, seus princípios, estrutura e legislação<sup>25</sup>. De igual forma, são acrescentados ideais, valores e virtudes éticas<sup>26</sup>, assim

---

<sup>24</sup> De acordo com Fairbairn (2012), o socialismo utópico tinha como objetivo o de expandir os princípios da Revolução Francesa, de modo a implementar o sistema socialista de forma gradual e lenta, baseada no pacifismo e, de certa forma, apoiado pela burguesia.

<sup>25</sup> International Cooperative Alliance (ICA). About Us. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/international-cooperative-alliance>. Acesso em 17 de julho de 2023.

<sup>26</sup> Com a organização do movimento, as diretrizes ganharam forma e melhor estrutura. Por iniciativa de Charles Gide, um dos sistematizadores do pensamento cooperativo, no II Congresso das Cooperativas de Consumo de Lyon, em 1886, acabou por propor um acréscimo nas ideias éticas e de organização de trabalho estabelecidas pelos tecelões ingleses, somando outras ideias progressistas e humanistas de associados, trabalhadores, professores e estudantes, dando origem ao que foi denominado de as doze virtudes da doutrina cooperativa (Himelfarb e Schneider 2009:175). Essas doze virtudes elencadas por Charles Gide em 1886 são: 1) viver

como princípios de uma organização para estabelecer, de maneira organizada, o movimento em si.

### 3.1.2. O conceito de cooperativa, os valores e os sete princípios cooperativos

Com o amadurecimento e com a cristalização do movimento, tornou-se necessário discutir e estabelecer propriamente o conceito de uma cooperativa e, por sua vez, do próprio cooperativismo. Tais discussões estão diretamente relacionadas aos valores e aos princípios cooperativos que foram desenvolvidos, ao longo do tempo, e assumiram diversos formatos até chegar à fórmula atualmente adotada. O movimento cooperativo nascido na Inglaterra, com os pioneiros de Rochdale, acabou por influenciar e incentivar diversos grupos de trabalhadores em outros países como Alemanha e França e, assim, em determinado momento, reconheceu a necessidade de instituir, além das normas e procedimentos já utilizados, uma organização que pudesse acolher e coordenar o movimento que ultrapassava as fronteiras físicas do país. Por essa razão, no contexto da discussão dos conceitos e princípios, é estabelecido internacionalmente uma organização que pudesse coordenar e organizar as cooperativas do ponto de vista internacional, mas também em oferecer a padronização e guarda do conceito e dos princípios cooperativos de modo a administrar, proteger e preservar. Portanto, o atual conceito, assim como os sete princípios, passaram por um longo processo de discussão e formatação levado a cabo pelos então membros do movimento até chegar na configuração atual.

Em 2002, a Organização Internacional do Trabalho (ILO)<sup>27</sup> adotou o conceito de cooperativa estabelecido pela Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) no ano de 1995 (MacPherson 1996), que é a definição amplamente aceita e difundida hoje pelo movimento cooperativo:

“uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através da criação de uma empresa de propriedade conjunta e gerida de forma democrática”<sup>28</sup> (Namorado 2005:40).

---

melhor, 2) pagar a dinheiro, 3) poupar sem sofrimento, 4) suprimir os parasitas (eliminação de intermediários), 5) combate ao alcoolismo, 6) integração das mulheres nas questões sociais, 7) educação econômica para o povo, 8) facilitação ao acesso a propriedade, 9) reconstrução de sociedade coletiva, 10) estabilização de justo preço, 11) eliminação do lucro capitalista e 12) abolição dos conflitos (Pinho 1966b:34-35).

<sup>27</sup> Recomendação ILO nº 193 (2020) da Organização Internacional do Trabalho (ILO). International Labor Organization. Website: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:8100328861878:12100:NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312531](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:8100328861878:12100:NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312531). Acesso em 30 de julho de 2020.

<sup>28</sup> International Co-operative Alliance. Definição. Website: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 30 de julho de 2020.

A forma encontrada pelo movimento para definir o conceito deixou espaço para que ele fosse fundamentado pelos valores e complementado pelos princípios como diretrizes pelas quais a cooperativa põe em prática tais valores. Assim, as cooperativas se baseiam nos seguintes valores: autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Do ponto de vista ético, destacam ainda a honestidade, atitude receptiva, responsabilidade social e respeito com os demais<sup>29</sup>. Da mesma forma, as cooperativas materializam esses valores por meio da execução dos sete princípios, a saber: i) associação voluntária e aberta, ii) controle democrático de membros, iii) participação econômica dos membros, iv) autonomia e independência, v) educação, treinamento e informação, vi) cooperação entre cooperativas e vii) preocupação com a comunidade<sup>30</sup>.

Com relação aos sete princípios cooperativos, como refinamento do conceito e ampliação do próprio movimento, é importante mencionar que eles promovem a participação ativa dos membros, a igualdade, a democracia, a responsabilidade social e o benefício mútuo, razão pela qual o cooperativismo muitas vezes é considerado por alguns teóricos como *Terceira Via* (Namorado 1999:06). Nesse contexto, o primeiro princípio fundamental do cooperativismo se refere à adesão voluntária e aberta. Isso implica que as cooperativas estão dispostas a admitir novos membros de forma voluntária, sem qualquer forma de discriminação com base em gênero, status social, raça, afiliação política ou crença religiosa (Namorado 2005:20). O segundo princípio, relacionado ao controle democrático pelos membros, enfatiza a natureza democrática e autogerida das cooperativas, onde os membros desempenham um papel ativo na tomada de decisões e na formulação das políticas da organização (Namorado 2005:20).

O terceiro princípio, que aborda a participação econômica dos membros, se concentra na contribuição equitativa e no controle democrático do capital da cooperativa. Isso implica que parte do capital subscrito é considerado propriedade coletiva da cooperativa, e, como resultado, os membros geralmente recebem remuneração limitada (se houver) sobre o capital que contribuíram como condição para se tornarem associados (Namorado 2005:23). Na sequência, o quarto princípio trata da autonomia e independência. Significa dizer que as cooperativas são organizações autônomas controladas por seus membros de maneira equilibrada e igualitária, cada um tem direito à palavra e a um voto durante as assembleias.

---

<sup>29</sup> International Co-operative Alliance. Valores cooperativos. Website: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 30 de julho de 2020.

<sup>30</sup>International Co-operative Alliance. Princípios cooperativos. Website: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 30 de julho de 2020.

No que concerne ao quinto princípio, que aborda educação, treinamento e informação, é essencial que as cooperativas ofereçam oportunidades de capacitação, educação e treinamento aos seus membros. Isso tem como objetivo capacitar os membros a contribuir eficazmente para o desenvolvimento das atividades cooperativas (Namorado 2005:30).

O sexto princípio diz respeito à cooperação entre cooperativas. Nesse contexto, as cooperativas desempenham um papel mais eficaz ao fortalecer o movimento cooperativo por meio da colaboração em estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais. Isso envolve a cooperação tanto internamente entre cooperativas quanto externamente. O sétimo princípio cooperativo concentra-se no compromisso com a comunidade. Isso significa que as cooperativas devem trabalhar para promover o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, adotando políticas que sejam aprovadas por seus membros (Namorado 2005:35).

Essa visão a respeito dos princípios e dos valores do cooperativismo é que permite caracterizar as cooperativas no sentido de serem percebidas como instrumentos locais capazes de fomentar laços comunitários e contribuir em processos de desenvolvimento, cooperação e até mesmo reconstrução da paz, razão pela qual se costuma afirmar que as cooperativas são lembradas em momentos de crise (Vieta e Lionais 2015:32).

Dessa forma, com base nos princípios e valores ora elencados, é possível destacar, ainda, que o modelo cooperativo se diferencia do modelo corporativo uma vez que as ações dos cooperadores são intransferíveis para terceiros; que a estrutura de governança é democrática e o capital não tem por obrigação a maximização do lucro nem retorno aos acionistas (Johanisova e Wolf 2012: 565). Ademais, o aspecto empresarial que porventura possa ser observado em uma cooperativa não está exclusivamente relacionado às aspirações econômicas, pois admite-se que as cooperativas possam ser sociais ou culturais, uma vez que é preciso que a cooperativa seja de propriedade comum e democraticamente gerida (Namorado 2005:41).

### 3.1.3. O Direito Cooperativo como necessidade cooperativa

O desenvolvimento do cooperativismo como movimento e, subsequentemente, institucionalizado como organização internacional não se deu apenas pela cristalização do conceito e da instituição de seus valores e princípios pela Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Porém, foi a partir da referida formalização que dispositivos legais puderam ser desenvolvidos no sentido de estabelecer um arcabouço jurídico nos países que

se interessaram pelo cooperativismo, capaz de reconhecer e internalizar a concepção do movimento cooperativo legalmente. A esse respeito, há que se ressaltar o fato de a organização peculiar das cooperativas necessitar de um corpo jurídico próprio para abrigá-las e recebê-las em cada país. Com isso, é preciso perceber, igualmente, que a adoção e o estabelecimento de uma legislação específica que habilitasse o funcionamento das cooperativas por parte de cada país também contribuiu para a consolidação do movimento cooperativo mundialmente e é nesse sentido que o direito cooperativo é concebido (Hagen 2005).

As primeiras leis relacionadas especificamente às cooperativas surgem na Inglaterra e na França, ainda no século XIX, exatamente porque as leis existentes naquela época para sociedades e organizações não atendiam às necessidades e especificidades das cooperativas. Era preciso adaptar e internalizar os aspectos oriundos dos sete princípios cooperativos, assim como dos valores e virtudes das cooperativas. Assim, as cooperativas precisavam de meios legais para que a parcela desfavorecida, ou até mesmo excluída, da sociedade pudesse, de alguma forma, ascender, participar e até mesmo desenvolver suas aptidões em uma organização formal de maneira a atender seus anseios e endereçar seus dilemas econômicos e sociais (Henry 2005:10).

Essa internalização e adaptação dos princípios, virtudes e valores cooperativos na legislação de cada país, ao longo dos anos, sempre foi tratada individualmente pelos Estados, caso a caso, de acordo com o interesse e necessidade do país interessado em instituir cooperativas. Com o crescimento do movimento e interesse no sistema cooperativo, em 2002, uma série de diretrizes foram estabelecidas internacionalmente para facilitar e até mesmo promover o cooperativismo de modo a institucionalizar seus princípios em diversas nações. A partir dessa concordância e adoção internacional dos princípios e valores cooperativos, organizações regionais, instituições nacionais e muitos outros países passaram a sistematizar, adotar e reformar suas leis de modo a prever e possibilitar o estabelecimento de cooperativas. É assim que se constitui o Direito Cooperativo e que passa a ser o ramo do Direito responsável por essa área então estabelecida<sup>31</sup>.

A esse respeito, cabe comentar que, com a expansão do movimento cooperativo, no final do século XIX e início do Século XX, muitos países passaram a promulgar leis específicas de modo a regulamentar as cooperativas antes mesmo deste processo que culminou com o estabelecimento de uma área própria no ramo do Direito. Basicamente,

---

<sup>31</sup> Recomendação ILO n 193. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242764/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242764/lang--pt/index.htm). Acesso em 22 de maio de 2023.

essas leis eram sobre formação, operação, gestão e direito dos membros de uma cooperativa. É, portanto, a partir dessas discussões e da formação de um arcabouço robusto que se fez necessário estabelecer um ramo específico, instituído como disciplina jurídica para lidar com leis e regulamentos aplicáveis às cooperativas. Nesse sentido, o Direito Cooperativo tem evoluído com vistas a responder e atender às necessidades em constante mudança no âmbito cooperativo juridicamente (Meira e Ramos 2015).

No entanto, também é fundamental destacar que, como o Direito Cooperativo passa a abrigar as cooperativas em termos jurídicos e, de certa forma, a proteger os interesses cooperativos, ele acaba por abrir caminho para que as próprias cooperativas possam também sofrer com práticas desleais por parte de empresas, grupos e associações que podem vir a buscar se passar por cooperativas com vistas a se beneficiar da legislação e, assim, prejudicar a própria imagem das cooperativas. Portanto, é preciso mencionar que qualquer falta de legislação robusta que resguarde e proteja a cooperativa e que não acompanhe o desenvolvimento do movimento cooperativista abre caminho para que as cooperativas possam ser cooptadas por grandes conglomerados e até mesmo para que empresas se beneficiem da imagem do movimento cooperativo, todavia não atuem como cooperativa (Lora 2020:143).

Neste contexto, resta, ainda, destacar os distintos cenários que tratam da atual aplicação do Direito Cooperativo. Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista histórico e de formação do arcabouço jurídico para o cooperativismo, o Direito Cooperativo pode ser observado de três formas: i) em países desenvolvidos, onde o direito cooperativo é semelhante ou mesmo está próximo do direito das empresas, simplesmente para que possa competir de maneira igual com o setor privado; ii) em países que experimentaram o regime de economia planificada e mudaram para o sistema de mercado, onde foi mais difícil elaborar uma estrutura e legislação nova para o cooperativismo, principalmente pelo contexto histórico e as dificuldades em conceber uma visão diferenciada para as cooperativas dissociada do período comunista; e iii) em países em desenvolvimento, o direito cooperativo diminuía a influencia e o apoio estatal e, de certa forma, promove autonomia e autossuficiência nas cooperativas, rompendo elos políticos que possam existir (Namorado 2000:27-29).

### 3.1.4. Formação e estrutura das cooperativas

As cooperativas são formadas, de maneira geral, a partir do interesse de determinado grupo de pessoas. Em um primeiro momento, esse grupo se reúne com vistas a determinar os objetivos da cooperativa, aponta uma comissão para tratar das providências relacionadas à constituição e discute as condições mínimas necessárias para que a cooperativa seja viável, observadas as variáveis socioeconômicas implicadas. Subsequentemente, é elaborado um estatuto pelos futuros membros da cooperativa com o apoio de uma entidade cooperativa local ou até mesmo internacional que, após discutido, é aprovado mediante consenso. Em uma etapa posterior, eleições são realizadas para apontar os dirigentes e a cooperativa é registada tanto na entidade cooperativa local quanto na autoridade nacional responsável no país<sup>32</sup>.

Elaborado o estatuto, formalizado e registado, a estrutura de uma cooperativa precisa ser, assim, definida, e essa estrutura deve ser composta por um tripé, ou seja, a) um órgão deliberativo, geralmente chamado de assembleia geral; b) um órgão executivo-administrativo, denominado conselho de administração; e c) um órgão de fiscalização, um conselho fiscal (Namorado 2000:216). Na maioria dos casos, além desse tripé, as cooperativas podem contar, ainda, com outras unidades, como, por exemplo, um comitê educativo, responsável pela capacitação dos cooperadores, um comitê de ética, referente aos problemas e impasses internos, dentre outros, que podem depender do propósito e escopo para o qual a cooperativa foi estabelecida (Lassere 1991). A formação do referido tripé estrutural é realizada antes mesmo do registo da cooperativa e é o eixo comum a todas as cooperativas, conforme estabelecido internacionalmente<sup>33</sup>.

Nesta estrutura estabelecida, a assembleia geral é a unidade onde se encontra o mais alto nível decisório de poder em uma cooperativa. Ela é responsável pela formulação da missão e do objetivo da cooperativa, assim como do processo de tomada de decisão da cooperativa (Steiner & Miner, 1981; Simon, 1965). Já o conselho de administração é um órgão mais técnico, encarregado de executar as ações e deliberações tomadas a partir das reuniões da assembleia geral. Ele é a entidade responsável pelo aparato administrativo que assegura o funcionamento da cooperativa. No que diz respeito ao conselho fiscal, é também

---

<sup>32</sup> International Cooperative Alliance. *How to Start a Co-op?*. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/start-co-op>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

<sup>33</sup> Organização Internacional do Trabalho (ILO). Start.COOP. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_ent/---coop/documents/instructionalmaterial/wcms\\_644709.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/instructionalmaterial/wcms_644709.pdf). Acesso em 17 de julho de 2023.

uma unidade subordinada à assembleia-geral, e tem como função a de fiscalizar as atividades administrativas estabelecidas pelo conselho de administração. Portanto, é o responsável pela questão econômico-financeira da cooperativa (Lassere 1991). Apesar da formalidade que essa estrutura possa apresentar, na rotina de uma cooperativa estas unidades são simples e mais documentais do que procedimentais. O tripé em uma cooperativa funciona de maneira natural e pode ser observado até mesmo de maneira informal pelas peculiaridades locais que uma cooperativa possa experimentar. No entanto, importante mencionar que este tripé é, basicamente, a implementação, a formalização estrutural, do estatuto da cooperativa.

Uma vez estabelecida, a cooperativa, como unidade, geralmente se agrupa em organizações locais ou federações nacionais cooperativas, que são os chamados organismos centrais. São agrupamentos de cooperativas que se vinculam a uma organização central de cooperativa ora chamado de federação, associação, organização. Trata-se do núcleo regional que representa as cooperativas em determinado país e que, por sua vez, está associado à Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) como representação internacional do cooperativismo. No entanto, isso não impede que algumas cooperativas se associem diretamente à Aliança, ainda que sejam poucas a proceder dessa forma ou mesmo que não se façam representar internacionalmente. Esse agrupamento se realiza por diversas razões, principalmente pela necessidade de adotar os sete princípios e pelas dificuldades existentes entre conciliar o trabalho da cooperativa e os anseios de engajamento com o movimento provenientes das cooperativas (Lasserre 1972:31). Por essa razão, cada país tem a sua organização ou federação de cooperativas, sem obrigação de se ter uma única. Em algumas situações, é comum encontrar segmentos agrupados em associações diferentes, independentemente de uma organização nacional de cooperativas já existente.

### **3.2. A Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) e o Movimento Internacional Cooperativo**

O movimento internacional cooperativo surge a partir da iniciativa dos pioneiros de Rochdale (Johanisova, Padilla, Parry 2015:182), como comentado no item 3.1.1, para influenciar política e economicamente teóricos de outros países, assim como a própria sociedade, de modo a divulgar o conceito e ideal do cooperativismo (Fairbairn 1994:22). No entanto, somente cinquenta anos após a fundação da “cooperativa” de Rochdale é que é estabelecida a Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), no ano de 1895, um dos organismos internacionais mais antigos do mundo até hoje em atividade e, também, um dos

que mais possui pessoas representadas: 1,2 bilhão de pessoas (Kaswan 2014:07), 318 membros em mais de 100 países<sup>34</sup>. A ICA foi constituída por iniciativa dos líderes cooperativistas de diversos países, com o objetivo de, além de agrupar, representar e prestar serviços às cooperativas no mundo, intensificar o intercâmbio entre as cooperativas no que diz respeito aos aspetos doutrinários, educativos e técnicos de interesse das cooperativas (ICA 2020). Pode-se dizer que o próprio princípio de intercooperatividade do cooperativismo em boa parte é observado pela cooperação facilitada por meio da ICA.

Desde a fundação da ICA, as discussões sobre o estabelecimento dos princípios cooperativos, assim como regulamentos e administração são realizados por meio de congressos internacionais e pelas assembleias-gerais do organismo. Os congressos organizados pela ICA reúnem líderes do pensamento cooperativo, desde investigadores, académicos, estudantes, interessados no cooperativismo, assim como setores diversos da sociedade, com vistas a discutir e a debater a atualidade do cooperativismo, os cenários futuros, dificuldades e também o compartilhamento de ideias, desafios e perspectivas. Ademais, é ocasião propícia para que o movimento cooperativo incremente e intensifique suas relações globalmente e também promova a capacitação dos participantes envolvidos, além de ser fórum propício para o estabelecimento de uma rede de indivíduos que compartilham o interesse pelo cooperativismo (Fairbairn 1994:23). Os Congressos internacionais são realizados a cada dois anos e contam com uma série de painéis temáticos, grupos de trabalho e atividades relacionadas ao cooperativismo, desde fóruns específicos para debater temas atuais até divulgação científica e eventos específicos direcionados às diversas áreas relacionadas ao cooperativismo<sup>35</sup>.

Com relação à estrutura da ICA, a assembleia geral é o órgão máximo composto por representantes nomeados pelos membros da Aliança. Por sua vez, estes membros, de maneira geral, são as confederações, uniões, federações, associações de cooperativas organizadas em 109 países no mundo, totalizando mais de 300 membros<sup>36</sup>. A assembleia geral se reúne em intervalos regulares com o objetivo de formular e implementar políticas sobre questões importantes que afetam a ICA e o movimento cooperativo global. Ela também é responsável por aprovar o plano estratégico e a estrutura financeira da ICA, assim como eleger o

---

<sup>34</sup> Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Facts and Figures. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/our-members/global-cooperative-network>. Acesso em 18 de julho de 2023.

<sup>35</sup> Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Congressos. Website: <https://www.ica.coop/en/events/ica-global-conference-and-general-assembly>

<sup>36</sup> Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Organograma da ICA. Assembleia Geral. Website: <https://www.ica.coop/en/about-us/our-structure/alliance-organigram>. Acesso em 30 de julho de 2020

Presidente e o Conselho, ratificar as eleições dos Vice-Presidentes, da organização setorial e dos representantes da juventude para o Conselho. A assembleia geral também nomeia o auditor externo, ratifica a nomeação ou destituição do Diretor-Geral, altera Estatutos e Regulamentos da ICA, decide sobre ingresso de novos membros, aprova contas anuais e também o estabelecimento ou dissolução das regiões da ICA, suas respectivas assembleias regionais, organizações setoriais e comitês temáticos, por recomendação do Conselho<sup>37</sup>.

Interessante destacar que, internamente, a ICA conta com oito organizações setoriais: a Organização Internacional Cooperativa para Agricultura (ICAO), a Organização Internacional Cooperativa para Pesca (IFCO), Organização Internacional para Indústria e Serviços Cooperativos (CICOPA), Associação Internacional de Bancos Cooperativos (ICBA), Federação Internacional Cooperativa de Seguros Mútuos (ICMIF), Cooperativa Mundial de Consumidores (CCW), Cooperativa Internacional de Habitação (CHI), e a Organização Internacional de Saúde Cooperativa (IHCO). Cada órgão setorial desse fornece diversos recursos para seus membros, além de realizar investigações para documentar e melhorar o modelo cooperativo. Os órgãos setoriais estão muito relacionados com o quinto princípio cooperativo, isto é, educação, treinamento e informação, assim como com o princípio da intercooperatividade. Tais órgãos oferecem oportunidades para o desenvolvimento de relacionamentos e parcerias comerciais, projetos de cooperação e intercâmbio de informações entre membros de diferentes países que visam discutir soluções conjuntas para problemas comuns. Ademais, dentro da estrutura da ICA, os órgãos setoriais são partes das subdivisões de representação do movimento cooperativo que intermedeia a cooperativa e o órgão máximo tomador de decisões, ou seja, a assembleia geral. Por meio dos órgãos setoriais, é possível consolidar posições para subsidiar e até mesmo aumentar a influência das cooperativas nos níveis global, regional e setorial<sup>38</sup>.

Além dos órgãos setoriais, a ICA possui Comitês e Redes, que são os *think tanks* da Aliança. Estes comitês são compostos por cooperadores experientes e dedicados que são afiliados a membros da Aliança. Os Comitês e as Redes fornecem dados, relatórios e diretrizes que beneficiam não só no processo decisório da ICA, mas, principalmente, contribuem com os cooperadores em qualquer lugar do mundo com seus estudos e informações. A ICA conta, igualmente, com três comitês, a saber: Comitê de Igual de Gênero

---

<sup>37</sup> Idem

<sup>38</sup> Cooperativa Internacional de Habitação (CHI). Website: <https://www.housinginternational.coop/become-a-member/>. Acesso em 28 de julho de 2020

(GEC), o Comitê de Pesquisa Cooperativa (ICACCR) e o Comitê de Direito Cooperativo (CLC).

O Comitê de Igualdade de Gênero (GEC) é responsável por promover a igualdade entre mulheres e homens e a integração de gênero no movimento cooperativo e na sociedade. Já o Comitê de Pesquisa Cooperativa (ICACCR) é o responsável por relacionar a pesquisa acadêmica e o mundo cooperativo. No que diz respeito ao Comitê de Direito Cooperativo, ele presta consultoria independente à ICA sobre questões jurídicas.

No caso das Redes, a ICA conta com uma Rede de Jovens que auxilia os jovens cooperadores de diferentes países a se conectarem, compartilharem experiências e ideias, além de proporcionar um ambiente em que jovens cooperadores possam aprender mais sobre o movimento cooperativo. Ademais, a ICA tem uma Plataforma Internacional de Desenvolvimento Cooperativo (ICDP) que promove e apoia o início e o avanço de atividades de desenvolvimento internacional cooperativo dentro e entre organizações de desenvolvimento cooperativo, de modo a aprimorar sua colaboração e eficácia social e econômica. É um fórum para a discussão e troca de experiências e conhecimentos sobre questões relacionadas ao desenvolvimento cooperativo internacional, a promoção do modelo cooperativo para atores do desenvolvimento e instituições internacionais, bem como a cooperação em programas e parcerias de desenvolvimento (ICA 2020).

Nesta subdivisão da ICA, percebe-se, mais uma vez, a forma com a qual as entidades locais podem vir a participar no organismo global, ainda que intermediadas pelos órgãos centrais cooperativos de seus países. Do ponto de vista da ICA, o organismo internacional em apreço proporciona às cooperativas, por meio de seu alcance global, o fortalecimento do movimento local por meio de sua estrutura, que possibilita a troca de experiência entre membros de diversos setores, assim como o intercâmbio e discussão de distintas soluções para problemas iguais<sup>39</sup>.

A ICA afirma que isso é possível por meio da rede global que se reúne e compartilha ideias com a maior variedade de organizações e cooperativas em termos de setores e tamanho. No mesmo sentido, credita às melhores práticas globais o fato de melhorar o desempenho da organização cooperativa, aprendendo e adotando as melhores práticas globais em termos de governança, financiamento e marketing. A ICA também justifica sua atuação global ter efeitos locais por meio da representatividade global, uma vez que obtém as ferramentas para fortalecer o próprio movimento em nível global, com representação nas

---

<sup>39</sup> Aliança Internacional das Cooperativas (ACI). Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/our-members/global-cooperative-network>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

Nações Unidas, G20, dentre outros. Por fim, elenca a tomada de decisão global que garante à cooperativa participar do processo de tomada de decisão sobre a estratégia do movimento cooperativo internacional. A sede da ICA está localizada na cidade de Bruxelas, Bélgica, e tem quatro escritórios regionais que representam a ICA nas quatro regiões do globo fornecendo recursos a seus membros, além de ser mecanismo de interlocução entre todos os continentes, facilitando a interação e a relação do movimento cooperativo com as cooperativas internacionalmente. Os Escritórios estão localizados em Nairobi, no Quênia, em São José, na Costa Rica, e em Nova Deli, na Índia.

### **3.3. Iniciativas Internacionais Cooperativas: o *Cosmopolitismo Subalterno Insurgente***

Nos últimos dez anos, muitas iniciativas cooperativas foram destacadas, discutidas e observadas a partir de uma visão diferenciada no que diz respeito ao contributo das cooperativas nas discussões de consolidação da paz, assim como na promoção de diálogo, bem como no estabelecimento de processos democráticos (MacPherson e Paz 2015) (CEDP 2019). Neste contexto, o conceito de cooperativa como uma associação de pessoas para estabelecer uma empresa de propriedade conjunta e gerida de forma democrática abriu espaço para debater e argumentar um papel ainda maior para as cooperativas, principalmente quando pensadas como um ator das relações internacionais e um instrumento capaz de fomentar processos de integração regional.

Ao procurar observar as cooperativas como um ator internacional é possível identificar, principalmente a partir dessas recentes iniciativas, aspetos relevantes, locais e globais, proporcionados pelo movimento cooperativo que possibilitam o transbordamento de ações e iniciativas - de um nível a outro, e vice-versa - que o cooperativismo porventura possa realizar. É neste contexto que vale a pena destacar o conceito apresentado por Boaventura de Sousa Santos (1997) de cosmopolitismo. Quando contextualizado com os dilemas da agenda global e com o processo de globalização, o conceito de cosmopolitismo pode auxiliar a perceber a capacidade do cooperativismo como ferramenta promotora de integração regional.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o processo de globalização pode ser mais bem-conceituado se dividido em dois termos: *localismos globalizados* e *globalismos localizados*. Significa dizer que o *localismo globalizado* é a impressão de um aspeto local de maneira global e o *globalismo localizado* é o impacto nas condições locais que

determinadas práticas transnacionais causam (Santos 1997:14). Em síntese, é possível afirmar que as assimetrias existentes entre países centrais e países periféricos - na maioria das vezes as assimetrias são as responsáveis pelos conflitos - podem ser encontradas a partir dessa diferenciação apresentada, onde os países centrais imprimem um *localismo globalizado* e os países periféricos recebem os efeitos deste, daí o fato de serem caracterizados a partir de um *globalismo localizado*.

Com base nesse argumento, Santos (1997:17) procura apresentar a essência dos desafios e dificuldades em um processo de globalização que, de certa forma, pode ser observado, igualmente, em um processo de integração. A partir dessa observação, Santos (1997) então concebe um terceiro conceito que, além de permitir superar essa dualidade conceitual de dominação, proporciona espaço para perceber as cooperativas como contribuintes de um processo de integração regional. Santos (1997:17) intitula esse terceiro conceito como *cosmopolitismo*, isto é, a possibilidade que o processo de globalização oferece aos diversos atores, tais como regiões, classes ou grupos sociais subordinados, e seus aliados, de também interagir. Portanto, o *cosmopolitismo* pode ser caracterizado como:

“a oportunidade que os atores têm de se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial (Santos 1997:17).”

Como as cooperativas estão relacionadas ao estabelecimento de diálogos, partem do princípio de cooperação entre cooperativas (sexto princípio cooperativo) e de contribuição à comunidade (sétimo princípio cooperativo), estão vinculadas à rede internacional por meio da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) e estão diretamente vinculadas a processos de inclusão e desenvolvimento econômico e social, a capacidade de ser associada aos diversos aspetos e pode ser uma ferramenta do cosmopolitismo subalterno e insurgente, capaz endereçar as aspirações dos grupos oprimidos de organizar a sua resistência e consolidar coligações políticas em igualdade na escala global.

“As atividades cosmopolitas incluem, entre outras, diálogos e organizações Sul-Sul, organizações mundiais de trabalhadores (a Federação Mundial de Sindicatos e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), filantropia transnacional Norte-Sul, redes internacionais de assistência jurídica alternativa, organizações transnacionais de direitos humanos, redes mundiais de movimentos feministas, organizações não governamentais (ONGs) transnacionais de militância anticapitalista, redes de movimentos e associações ecológicas e de desenvolvimento alternativo, movimentos literários, artísticos e científicos na periferia do sistema mundial em busca de valores culturais alternativos, não imperialistas, empenhados em estudos sob perspectivas pós-coloniais ou subalternas, etc.” (Santos 1997:17)

Nesse sentido, o cooperativismo assim também pode se associar ao conceito de *cosmopolitismo* quando ator das Relações Internacionais, uma vez que as cooperativas como agentes locais estão organizadas transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns em sua maioria por muitos grupos marginalizados, excluídos e subordinados no sistema internacional. Ademais, pensar o cooperativismo como um espaço do *cosmopolitismo*, eleva a condição dos princípios cooperativistas, dos valores e das virtudes, a uma essência mais prática do que idealizada, como estrutura e parte essencial do movimento cooperativo ao permitir a expansão de diferentes incompletudes de determinados grupos por meio do diálogo, da essência democrática, assim como da troca de experiências entre um cooperado e outro, ou mesmo entre cooperativas. A maneira pela qual a cooperativa se organiza localmente e regionalmente - e está estruturada no âmbito da ICA internacionalmente - representada perante os demais mecanismos de governança global, possibilitam aos excluídos de um processo, como o de integração, enfrentar as assimetrias de um com maior participação. Por essa razão, com vistas a não conceber um argumento demasiado idealista a respeito das cooperativas e de sua possível relação com o *cosmopolitismo* é preciso analisar situações e cenários onde isso possa ser observado, ainda que de maneira tangencial no capítulo deste trabalho relacionado a participação das cooperativas na integração dos Balcãs Ocidentais<sup>40</sup>.

#### **3.4. A Agenda Internacional e o Cooperativismo: O Comitê das Nações Unidas para a Promoção e o Avanço das Cooperativas (COPAC)**

Como observado, o cooperativismo surge em Rochdale como um movimento de trabalhadores com o objetivo de superar a crise causada pela Revolução Industrial e se consolida, no século XIX, como um movimento internacional a partir do estabelecimento da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Com o envolvimento da própria ICA e de todo movimento internacional cooperativo com os diversos mecanismos de governança global, aqui destacados principalmente pelas Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho (ILO), o cooperativismo como conceito e movimento passa a integrar a agenda internacional.

É com a expansão desse movimento e das ações e protagonismo do cooperativismo que a relevância do cooperativismo acabou por ser levada à discussão nas Nações Unidas.

---

<sup>40</sup> Ver Capítulo 5, item 5.3.2.

Durante a 23ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1968, quando a ONU solicitou ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC)<sup>41</sup> que fosse considerado o papel das cooperativas no desenvolvimento econômico e social, o ECOSOC, em sua XLVIII sessão, pediu ao Secretário-Geral da ONU que colaborasse estreitamente com os Diretores da ILO, FAO, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), ICA e diversas organizações não-governamentais relacionadas ao tema, para que fosse preparado um programa de uma ação concertada no campo das cooperativas que contribuísse significativamente para a realização de todas as potencialidades do movimento cooperativo no desenvolvimento econômico e social.

Diversas reuniões foram realizadas entre 1968 e 1971 de modo a fortalecer a colaboração entre a FAO, ICA, ILO, a Federação Internacional de Produtores Agrícolas (IFAP) e a Federação Internacional de Plantações, Trabalhadores Agrícolas e Afins (IFPAAW), e levou ao estabelecimento de um Comitê Conjunto para a Promoção das Cooperativas Agrícolas em março de 1971. Em 1973, os membros concordaram em expandir o papel do comitê para promover a assistência às cooperativas em geral e comunicaram essa mudança de foco com um novo nome: Comitê Conjunto para a Promoção do Auxílio às Cooperativas.

Em 1989, os membros decidiram que o nome deveria refletir um comitê para colaboração internacional entre agências em atividades relacionadas a cooperativas e renomearam a organização para Comitê para a Promoção e Avanço das Cooperativas (COPAC), cuja os membros decidiram colaborar nas seguintes áreas de atividade: a) promover e sensibilizar para a importância das cooperativas; b) fortalecimento das cooperativas em todo o mundo por meio da capacitação; c) participar de iniciativas políticas que afetam as cooperativas; e d) servir como um recurso para o conhecimento cooperativo por meio da coleta e compartilhamento de informações<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) é um dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas e é composto por 54 membros, os quais são eleitos pela Assembleia Geral em mandatos de três anos. Este órgão desempenha um papel central na condução de discussões sobre questões de relevância econômica, ambiental e social em nível internacional, elaborando recomendações para os seus membros e para a ONU como um todo. Além disso, o ECOSOC assume a responsabilidade pela promoção dos objetivos globais de desenvolvimento. No interior do Conselho Econômico e Social, existem diversas comissões especializadas, incluindo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), a ILO (Organização Internacional do Trabalho), a OMS (Organização Mundial da Saúde), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o Conselho de Direitos Humanos.

<sup>42</sup> Comitê para a Promoção e Avanço das Cooperativas (COPAC). Disponível em <https://www.copac.coop/>. Acesso em 17 de julho de 2023.

Nesse mesmo sentido, a missão da COPAC passou a ser de parceria multissetorial de instituições públicas e privadas globais com vistas a defender e apoiar empreendimentos cooperativos centrados nas pessoas como líderes em desenvolvimento sustentável cuja visão é que a voz cooperativa seja ouvida em todas as discussões políticas globais e que cada empresa cooperativa tenha os recursos necessários para realizar seu potencial de desenvolvimento<sup>43</sup>. Com isso, o COPAC tornou-se um mecanismo amplo e fundamental para a divulgação do cooperativismo no mundo contando com a própria ICA, a ITC, FAO, ILO, UNDESA e a UNRISD como membros da iniciativa. Tal parceria acabou por melhor apresentar o cooperativismo e fomentar iniciativas diversas no que diz respeito ao tema.

Do ponto de vista da União Europeia, pode-se mencionar o Parecer INT 875, de 15 de maio de 2019, do Comité Económico e Social Europeu, que destaca o contributo das empresas da economia social para uma Europa mais coesa e democrática, o que inclui as cooperativas como atores neste processo. Vale destacar, igualmente, que recentemente o cooperativismo foi reconhecido como meio de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização Internacional do Trabalho (ILO) (Wanyama 2015). Portanto, do ponto de vista da governança global e da agenda internacional, o cooperativismo representado pela ICA tem uma presença notória e constante nos muitos mecanismos supranacionais e disponibilidade para operar em iniciativas de integração regional e cooperação regional como poderá ser observado no processo de integração dos Balcãs Ocidentais no próximo capítulo.

---

<sup>43</sup> Idem

#### 4. A fragmentação da Jugoslávia e a Integração Regional nos Balcãs Ocidentais

Após a dissolução da Jugoslávia, no final da década de 90, os países emergidos desse processo de fragmentação passam a se organizar com vistas a estabelecer iniciativas de integração regional. Essas iniciativas, ao longo dos últimos trinta anos, apesar de contarem com apoio internacional - seja da comunidade internacional, suas agências e dos países que a compõe, seja por parte da própria União Europeia – têm forte motivação face à expectativa de mudança, de desenvolvimento e, sobretudo, de adesão ao bloco europeu.

A necessidade de cooperação e integração como requisito prévio para adesão à União Europeia<sup>44</sup>, assim como o interesse em superar os conflitos e fazer prosperar a região, ilustram, ademais, que este processo multifacetado, pode ser, igualmente, percebido, pelas interações sociais em constante construção na região e por meio da observação e acompanhamento da consolidação dos mecanismos estabelecidos no âmbito dos Balcãs Ocidentais, notadamente o Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEEC) e o Conselho Regional de Cooperação (RCC).

Observar essas iniciativas e mecanismos, estabelecidos ao longo dos anos na região após as guerras iugoslavas, auxiliam a contextualizar o cenário regional em diversas perspectivas, principalmente no que diz respeito ao relacionamento entre os países da região, assim como no relacionamento entre os países e a União Europeia. Ademais, para além dessa relação, examinar estes mecanismos permitem perceber, igualmente, lacunas no processo, inclusive avaliar a participação ou ausência de atores específicos que, apesar de não serem protagonistas, são observados em contextos semelhantes de integração, como é o caso de empreendimentos locais como as cooperativas.

Nesse sentido, tendo em vista o contexto histórico e a realidade da região, é preciso discutir os principais instrumentos e iniciativas até então estabelecidos que culminaram com a criação do Conselho Regional de Cooperação (RCC). Dessa forma, é importante que estes instrumentos sejam apresentados a partir da fragmentação da República Socialista Federativa da Jugoslávia até a iniciativa mais recente do *Berlin Process* e a *Open Balkan Initiative*.

---

<sup>44</sup> European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation_en). Acesso em 06 de setembro de 2023.

#### **4.1. A Fragmentação da República Socialista Federativa da Jugoslávia**

Nos últimos dois séculos, a região dos Balcãs Ocidentais passou pelo controle de diversos regimes. O Império Otomano governou a região de 1463 a 1878 até o Império austro-húngaro, no século XIX, transformá-la em Província. De 1929 a 1945 a região se constituiu em Reino da Jugoslávia até se tornar república no período de 1945 a 1963 e, logo após a Segunda Guerra Mundial, entre 1963 a 1992, com a ascensão do Partido Comunista Iugoslavo (PCY), se reveste em República Socialista Federal da Jugoslávia (Carmichael 2015). Por contar com diversas influências deixadas pelos governos e impérios passados, a região se tornou um território multiétnico formado, principalmente, por muçulmanos, cristãos ortodoxos e cristãos apostólicos-romanos, ademais de outras minorias (Friedman 2004).

Em sua última configuração política, a região que constituía a ex-Jugoslávia estava formada pela República Socialista da Bósnia-Herzegovina, pela República Socialista da Croácia, pela República Socialista da Macedônia, pela República Socialista de Montenegro, pela República Socialista da Eslovênia e pela República Socialista da Sérvia. No entanto, em razão de uma série de fatores que permeavam as relações das referidas repúblicas, no início da década de 90, fez com que a fragmentação do país fosse inevitável (Silber e Little 1996). A esse respeito, importante mencionar que o presidente da então Jugoslávia, Josip Broz Tito, que governou o país por quatro décadas, ao falecer em 1980, deixou um vácuo de poder que se agravou com as dificuldades econômicas da época (West 2012). A liderança subsequente não conseguiu lidar com os crescentes problemas econômicos, além da tensão étnica que se aprofundava (Ramet 2018). As reformas por um sistema mais descentralizado e democrático levaram as repúblicas da então Jugoslávia a pleitear mais autonomia e a estabelecer seus próprios parlamentos, governos e até constituições (Bringa 2004). Isso permitiu, além de maior autonomia, maior unidade e centralização em cada uma das ex-repúblicas socialistas.

Neste cenário, a crise e a fragmentação do país se iniciam com as primeiras eleições gerais realizadas no início da década de 1990 nas seis repúblicas socialistas jugoslavas (Seroka e Pavlovic 2016). Na ocasião, os partidos políticos buscavam mais independência para suas respectivas unidades federais, o que levou a RS da Eslovênia e a RS da Croácia proclamarem suas independências em 25 de junho de 1991, desencadeando uma intervenção do Exército do Povo Iugoslavo (JNA), liderado pela Sérvia, que, por sua vez, marca o início das Guerras Jugoslavas (Silber and Little 1997; Glenny 1996). A partir deste momento, os

conflitos se intensificam e as outras repúblicas acabam por se envolver, o que motiva o processo de desintegração (Jovic 2001:101-120). As diferenças culturais e religiosas passaram a influenciar as agendas políticas e contribuíram para este cenário e, posteriormente, a fragmentação da República Socialista da Jugoslávia. O desmembramento do país, o fim do comunismo, a falta do estabelecimento de um novo estado civil e a polarização política e social fizeram com que a região se tornasse palco de um conflito internacional pela disputa de soberania, assim como pela integridade territorial onde a etnicidade era a base para formação de um Estado (Burg e Shoup 1999:69).

#### 4.1.1. A Guerra da Bósnia

A esse respeito, é fundamental destacar o caso da Bósnia-Herzegovina, pois diferentemente de outros países - cujos grupos étnicos acabaram por constituir suas fronteiras – a Bósnia assumiu uma característica diferente de unidade administrativa, com limites moderados que permitiram interação e até mesmo incentivo económico compartilhado entre os diferentes grupos sociais que coexistiam em um mesmo território ao longo dos séculos (Burg e Shoup 1999:54).

Em termos políticos, essa composição multiétnica da Bósnia-Herzegovina possibilitou, durante um determinado período, a participação de partidos de outras etnias no país. Antes dos conflitos na região, a Bósnia-Herzegovina contava com três partidos nacionais: Partido da Ação Democrática (SDA), Partido Democrático Sérvio (SDS) e União Democrática da Croácia (HDZ) que representavam respetivamente os bósnios, os sérvios e os croatas (Pavković 2000, 157). Em novembro de 1990, a Bósnia-Herzegovina realizou suas últimas eleições antes da fragmentação da Jugoslávia. Foram realizadas em um ambiente de tensão política e étnica que refletiam o nacionalismo que emergia na época. O SDA, liderado por Alija Izetbegović, venceu e se tornou o primeiro presidente da Bósnia-Herzegovina (Ramet 2018). Na ocasião, os representantes do SDA e HDZ condicionaram a permanência da Bósnia na República Federal Socialista da Jugoslávia apenas se Eslovênia e Croácia fizessem o mesmo (Bieber 2014). No entanto, a proposta não foi aceita pelo SDS e movimentos militares começaram a ser delineados na região (Leroux-Martin 2015:11) juntamente com o estabelecimento da Republika Srpska em área de autonomia bósnia (Silber e Little 1997; Glennly 1996). A desfragmentação da Jugoslávia fez com que o nacionalismo sérvio aumentasse com o intuito de restaurar a chamada Grande Sérvia, que seria formada por Montenegro, parte da Croácia e toda a Bósnia (Pešić 1996).

Dado o avanço das tensões, a Bósnia, com o apoio da Croácia e da Eslovênia, solicitou o reconhecimento da independência por parte das Comunidades Europeias (Rich 1993:42-48) e a Assembleia da Bósnia-Herzegovina acabou por declarar que o movimento separatista sérvio era ilegal (Pavković 2000:160) ao tempo em que realizava um referendo sobre a independência em março de 1992. O resultado do referendo foi claramente favorável à independência da Bósnia e recebeu reconhecimento internacional por parte da Comunidade Europeia, dos Estados Unidos (Pavković 2000:169) e de outras diversas nações (Rich 1993:50).

Após o reconhecimento, as relações diplomáticas foram estabelecidas, rede diplomática instalada para ajudar os refugiados da Bósnia e o país se tornou, então, membro da ONU, exigindo todos os direitos conferidos aos estados-membros com vistas a defender seus interesses. Mesmo com o reconhecimento e as ações junto à ONU, o aumento de tropas internacionais na região não conseguiu evitar a crescente violência no país (Rich 1993, 50). Em maio de 1992, os sérvios enfrentaram o governo instalado em Sarajevo em uma batalha de mais de três anos que ficou conhecida como o cerco de Sarajevo, causando a morte de vinte mil indivíduos (Ball et al. 2007; Zwierzchowski e Tabeau 2010).

A partir do cerco de Sarajevo o país entra em guerra e o conflito assim perdura por muitos anos resultando em aproximadamente 102 mil mortos, sendo 55.261 civis e 47.360 soldados. Dentre eles, 16,7 mil civis sérvios e 38 mil civis bósnios e croatas. No que diz respeito aos soldados, 14 mil sérvios, 6 mil croatas e 28 mil bósnios (Tibeau e Bijak 2004). Após as negociações de paz, a Bósnia-Herzegovina passou a ser uma democracia parlamentar com uma população multiétnica que se constitui de aproximadamente quatro milhões de pessoas, sendo 44% bósnio, 31% sérvio-bósnio, 17% croata-bósnio, 7% outros, divididos em 40% muçulmanos, 31% ortodoxos, 15% católicos, 4% protestantes (CEDP 2018:42).

O desfecho da Guerra da Bósnia foi caracterizado pela assinatura dos Acordos de Dayton, ocorrida em dezembro de 1995. Estas negociações transcorreram ao longo de várias semanas em uma base militar localizada na cidade de Dayton, estado de Ohio, Estados Unidos. As negociações contaram com a participação dos líderes das três principais etnias da Bósnia: croatas, sérvios e bósnios muçulmanos. Os termos dos acordos determinaram a divisão da Bósnia em duas entidades distintas: a Federação da Bósnia e Herzegovina, que seria governada de forma conjunta por bósnios muçulmanos e croatas, e a República Sérvia, que seria predominantemente habitada por sérvios. Adicionalmente, a cidade de Brčko foi

estabelecida como uma zona especial sob controle conjunto.<sup>45</sup>. Os Acordos de Dayton também estabeleceram a criação de um governo central para a Bósnia e Herzegovina, com a divisão de poderes entre as diferentes etnias. Foi estabelecido um Tribunal Internacional de Crimes de Guerra para julgar crimes cometidos durante a guerra, bem como uma força de paz liderada pela NATO para ajudar a manter a paz na região. Embora os Acordos de Dayton tenham encerrado formalmente a guerra, o legado do conflito ainda hoje é sentido na Bósnia e Herzegovina. A cicatrização das feridas da guerra e a reconciliação entre as diferentes comunidades é um processo contínuo e desafiador.

#### 4.1.2. O cenário estabelecido no pós-guerra

Apesar de Bósnia-Herzegovina e a Sérvia terem sido os países diretamente mais envolvidos no desmembramento da Jugoslávia, há que se mencionar que a separação da Macedônia do Norte da Jugoslávia ocorreu de maneira relativamente pacífica em comparação com outras partes da Jugoslávia. Em 1991, a então Antiga República jugoslava da Macedônia (ARJM) realizou um referendo em que 95% dos eleitores votaram a favor da independência. A ARJM declarou sua independência em setembro de 1991, pouco depois da Eslovênia e Croácia. A independência da ARJM não foi imediatamente reconhecida por todos os países da região. A Grécia se opôs à adoção do nome "Macedônia" pela nova república alegando que o uso desse nome implicava uma reivindicação territorial à região grega de mesmo nome. O nome oficial da ARJM na época era "República da Macedônia", e o país acabou por ser admitido nas Nações Unidas com este nome em 1993.

Mais recentemente, em 2019, a então ARJM mudou oficialmente seu nome para República da Macedônia do Norte para resolver a disputa com a Grécia e assim pôde ser admitida na União Europeia e na NATO. A mudança de nome também ajudou a melhorar as relações da Macedônia do Norte com seus vizinhos na região. Importante destacar que, inicialmente, a Sérvia se opôs à independência da Macedônia do Norte, já que a maioria dos macedônios étnicos fala uma língua eslava que é muito semelhante ao servo-croata (ou bósnio-croata) e a Sérvia via a Macedônia do Norte como uma parte integrante da sua esfera de influência. Além disso, a região da Macedônia do Norte étnica se estendia para dentro das fronteiras da Sérvia, o que criava preocupações sobre a possibilidade de desestabilização de suas fronteiras. No entanto, a Macedônia do Norte conseguiu garantir sua independência pacificamente e a Sérvia eventualmente reconheceu o novo estado. A razão para isso foi que

---

<sup>45</sup> Anexo I. Mapa atual da Bósnia-Herzegovina.

a Sérvia já estava lidando com a crise da independência da Eslovênia e Croácia na época e não tinha recursos para lidar com mais uma crise. Além disso, a Sérvia estava interessada em manter relações positivas com a Macedônia do Norte que compartilhava a mesma ortodoxia cristã e tinha uma história cultural e histórica semelhante. Em última análise, a separação da Macedônia do Norte da Jugoslávia foi relativamente pacífica em comparação com outras partes da região, como a Bósnia e Herzegovina ou mesmo o caso do Kosovo<sup>46</sup>. A Macedônia do Norte foi capaz de estabelecer uma democracia multipartidária e estável após a independência o que ajudou a garantir a estabilidade na região.

No caso de Montenegro, a separação ocorreu mais tarde, em 2006. Depois da queda do regime comunista, Montenegro permaneceu como parte da nova Jugoslávia, que mais tarde foi renomeada como Sérvia e Montenegro. Em 2006, Montenegro realizou um referendo sobre a independência e a maioria dos eleitores votou a favor da separação. A campanha pela independência em Montenegro foi liderada pelo governo local que era formado por partidos políticos que defendiam a separação. Eles argumentavam que Montenegro deveria seguir seu próprio caminho para se tornar um estado independente e democrático, capaz de estabelecer suas próprias relações com a comunidade internacional. Da mesma forma, a Sérvia inicialmente se opôs à independência de Montenegro, já que considerava Montenegro como uma parte integrante de sua história e cultura. No entanto, a comunidade internacional apoiou o referendo e a independência e o processo ocorreu pacificamente. Desde então, Montenegro, assim como os demais países da região têm trabalhado para se integrar na comunidade internacional e se tornar um estado democrático e próspero. O país se juntou à NATO em 2017 e tem negociado sua adesão à União Europeia.

Do ponto de vista económico, é importante mencionar que, no período imediatamente após a guerra da Bósnia, a sociedade emergiu segmentada com um grande número de pessoas desalojadas, uma economia destruída e com total falta de infraestrutura (Van Houtte 1999:625-638). A agricultura se tornou essencial no pós-guerra (Bojnec 2005),

---

<sup>46</sup> O território do Kosovo tem uma história que abrange a influência dos impérios Romano, Bizantino, Búlgaro, sérvio e Otomano ao longo dos séculos. No século XX, passou a fazer parte do Reino da Sérvia e, posteriormente, da Iugoslávia. Após as negociações para alcançar um acordo sobre um status constitucional adequado terem falhado, o governo provisório do Kosovo proclamou unilateralmente sua independência da Sérvia em 17 de fevereiro de 2008, adotando o nome de República do Kosovo. Essa declaração foi prontamente reconhecida pelos Estados Unidos da América e alguns países europeus, como França, Portugal, Reino Unido e Alemanha, no dia seguinte. No entanto, é importante destacar que o status do Kosovo ainda é objeto de disputa com a Sérvia e não recebeu o reconhecimento de nações como Rússia, Brasil e Espanha.

principalmente nas comunidades rurais, drasticamente afetadas pelo conflito em razão de ser atividade necessária para impulsionar a economia e a alimentação<sup>47</sup>. Por essa razão, a reforma do setor agrícola surge após a guerra como uma das prioridades da região (Čadro et al. 2012). Afinal, o Estado esperava que os agricultores desempenhassem um papel fundamental na organização, apoio e fortalecimento do setor, especialmente no período de transição da guerra para a paz<sup>48</sup>

A história contemporânea da região está enraizada na relação entre características geográficas e distinção étnica populacional, nas ambições nacionalistas dos povos que a compõe e nas ações dos atores externos, especialmente pela posição estratégica dos países em um contexto internacional (Burg e Shoup 1999:90). A esse respeito, é importante destacar que os Balcãs Ocidentais são estrategicamente importantes para diversos países e regiões, razão pela qual contam com parceiros concorrentes. Neste processo de integração, o interesse em tornar a região uma zona de influência por parte da União Europeia e Estados Unidos é evidenciado em razão do histórico de cooperação e contribuição constante no restabelecimento das instituições e nas relações entre os países, como será apresentado a seguir. Por outro lado, a Rússia mantém ligações históricas, culturais e religiosas significativas que também procuram ressaltar, assim como a Turquia, uma vez que a região foi parte do Império turco-otomano durante muitos anos.

Ademais, a localização geoestratégica da região entre os mares Negro e Mediterrâneo, bem como a sua proximidade com o Oriente Médio é importante para os diversos parceiros, inclusive a China que tem investido na região nos últimos anos<sup>49</sup>. A segurança é um dos principais pontos a ser lembrado do ponto de vista europeu quando analisada a região, especialmente por ser uma rota conhecida da imigração (Jovanov 2023). De uma perspectiva russa, esta é uma das últimas regiões da Europa – anteriormente sob influência soviética - que ainda não foi totalmente integrada nas estruturas euro-atlânticas. Portanto, politicamente se reveste em uma zona essencial para as operações de influência

---

<sup>47</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ba/BiH\\_NHDR\\_2009\\_The\\_Ties\\_that\\_Bind\\_Summary\\_EN.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ba/BiH_NHDR_2009_The_Ties_that_Bind_Summary_EN.pdf). Acesso em 09 de setembro de 2023.

<sup>48</sup> Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Disponível em: <https://www.fao.org/3/ar592e/ar592e.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2023.

<sup>49</sup> China a tornar-se o maior investidor e exportador estrangeiro desde a crise financeira global de 2008. A União Europeia e os EUA gastaram milhares de milhões de euros e dólares encorajando a democratização e a recuperação econômica na região do Balcãs Ocidentais. Contudo, o potencial de IDE na região continua por concretizar. A China emergiu como um importante promotor de infraestruturas nos últimos anos e a União Europeia reservou fundos para investimentos em infraestruturas. No entanto, os projetos nos Balcãs Ocidentais constituem desafios técnicos e financeiros devido à geografia, o que levou a China a investir em projetos propostos que não foram apoiados pela União Europeia (Jaćimović, Deichmann, e Tianping 2023).

russa que visam abrandar a reduzir e até impedir o alargamento da União Europeia ou da NATO, especialmente com a recente guerra da Ucrânia e aproximação do bloco europeu. (Stronski e Himes 2019).

#### **4.2. A Iniciativa de Cooperação do Sudeste da Europa (SECI) e o Pacto de Estabilidade**

Logo após o fim dos conflitos na região, em dezembro de 1996, surge a Iniciativa de Cooperação do Sudeste da Europa (SECI) que tinha como objetivo o de auxiliar na construção da paz e na estabilidade regional entre os países do sudeste europeu por meio da cooperação internacional (Adams 2006). A SECI é estabelecida mediante entendimentos realizados pela União Europeia, pelos Estados Unidos da América e pelos próprios países da região a partir da estrutura da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)<sup>50</sup> como apoio à implementação dos Acordos de Dayton. Ainda que não tenha as mesmas características, é recorrente a lembrança de iniciativa semelhante ao recordar do Plano Marshall<sup>51</sup> de 1947 (Busek 2006).

A partir do fim da Guerra na Bósnia, a União Europeia, os EUA e os países do sudeste europeu perceberam a necessidade de implementar medidas que possibilitassem maior estabilidade na região (Uvalic 2001). A ideia inicial era de estabelecer um plano de cooperação regional e não um plano de assistência financeira, por isso não se pode dizer que o modelo é o mesmo aplicado no caso do Plano Marshall. A iniciativa possibilitaria aos países alcançar recursos para reconstrução de suas principais estruturas e mesmo se estabilizar no que diz respeito aos aspetos políticos, económicos e sociais. Assim, a região não receberia recursos financeiros diretamente por meio de apoio externo, mas, sim, apoio e assistência técnica por meio de especialistas em diversas áreas e temas (Nikova 2002). Portanto, a SECI era considerada um programa de cooperação regional cuja iniciativa era liderada pelos próprios países membros sem a participação direta dos EUA e da União

---

<sup>50</sup> A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) é uma instituição cujo objetivo primordial é promover a democracia, os direitos humanos e a liberdade de imprensa na região europeia. A história da OSCE remonta à Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE), que ocorreu em Helsinque em 1975. Atualmente, a organização é composta por 57 países membros, que incluem a Federação Russa, todos os Estados da União Europeia, nações da Ásia Central e países da América do Norte, tais como Canadá e Estados Unidos. A OSCE é reconhecida como uma instituição regional, conforme estabelecido no Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

<sup>51</sup> O Plano Marshall (Programa de Recuperação Europeia) representou o principal esforço dos Estados Unidos na reconstrução dos países aliados europeus no período após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, os Estados Unidos forneceram um auxílio econômico substancial, avaliado em torno de 12,6 a 14 bilhões de dólares na moeda da época.

Europeia, e era composta pelos seguintes países: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Grécia, Hungria, Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte, Roménia, Servia, Eslovénia e Turquia<sup>52</sup>.

A SECI foi, assim, formalmente estabelecida por meio da “Declaração de Propósito” no encontro inaugural do fórum realizado no dia 6 de dezembro de 1996 em Genebra. Após negociações transcorridas nos dias anteriores à formalização do mecanismo foram estabelecidas iniciativas mais abrangentes com o envolvimento direto do setor privado por meio da criação do Conselho Consultivo Empresarial vinculado à iniciativa (Adams 2006). Ao longo das discussões subseqüentes a SECI, por meio dos seus grupos de trabalho, priorizou determinadas áreas e temas para os trabalhos do fórum, tais como facilitação da travessia de fronteiras, desenvolvimento de infraestrutura (rodoviária e ferroviária), combate ao crime transfronteiriço e corrupção, energia, meio ambiente, desenvolvimento do setor privado e meio ambiente<sup>53</sup> (Berthelot 2006).

Importante ressaltar que, apesar das diferenças entre a SECI e o Plano Marshall em sua concepção, o financiamento básico para os custos operacionais e de pessoal da SECI foram realizados por meio de contribuições dos Estados que apoiaram a SECI, a saber: Estados Unidos da América, Áustria, República Tcheca, Itália, Liechtenstein e Suíça. De igual forma, os projetos da SECI foram implementados por meio do apoio e assistência da Comissão Económica das Nações Unidas para Europa (UNECE), da Comissão Europeia, da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), bem como do Banco Mundial, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e também do Banco Europeu de Investimento (BEI) (Berthelot 2006).

Anos mais tarde, em 1999, com o aprofundamento das atividades de cooperação, é criado o Pacto de Estabilidade para o Sudeste da Europa. Trata-se de mais um esforço para melhor coordenar as atividades de iniciativas regionais que trabalham na integração dos Balcãs Ocidentais. O pacto foi criado por iniciativa da União Europeia em 10 de junho de 1999, em Colônia. Todos os países da região, exceto Sérvia e Montenegro e Moldávia, estiveram presentes na conferência de fundação, assim como representantes de todos os membros da União Europeia, Turquia e Rússia. O pacto foi criado após a escalada da Guerra

---

<sup>52</sup> Inicialmente a Croácia e a Eslovénia insistiram que não faziam parte do sudeste da Europa e só participariam da SECI como observadores. Naquela época, a Eslovénia estava a caminho da adesão à União Europeia e a Croácia, insistia que era “país católico-mediterrâneo da Europa Central”.

<sup>53</sup> Programa de Recuperação do Danúbio: ele enfatiza a necessidade de cooperar na gestão da água para a proteção do rio Danúbio para prevenir, controlar e reduzir, significativamente, impactos transfronteiriços adversos no ecossistema aquático na bacia do rio Danúbio e no Mar Negro.

do Kosovo<sup>54</sup>, uma vez que a estabilidade do Kosovo estava entre os objetivos principais do pacto.

É possível afirmar que o Pacto de Estabilidade foi um empreendimento multilateral complexo. Era um instrumento de “política de prevenção de conflitos”, com vistas a promover “a paz, a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a prosperidade económica” em toda a região<sup>55</sup>. O pacto destaca a necessidade de cooperação regional com apoio de atores internacionais e reconhece a sua responsabilidade de desenvolver uma estratégia partilhada para a estabilidade e crescimento da região e cooperar entre si e com os principais doadores para implementar essa estratégia<sup>56</sup>. Da mesma forma, pode-se dizer que o pacto também visava estabelecer uma divisão de responsabilidades entre os principais atores envolvidos e os doadores bilaterais em que funcionaria como um órgão intergovernamental para o diálogo e a cooperação em torno de um conjunto de objetivos<sup>57</sup>. Politicamente, é possível afirmar que o Pacto demonstrou um compromisso de longo prazo dos atores internacionais na região, enquanto, na prática, permitiu a necessária coordenação de várias estruturas internacionais, razão pela qual o Pacto é substituído, subsequentemente, pelo Conselho Regional de Cooperação.

De acordo com alguns autores, o Pacto era mais uma estrutura a mais na região, ou seja, a eficácia da iniciativa continuou a ser questionada, pois havia um cansaço na cooperação e uma ansiedade por resultados mais palpáveis (Kut e Sirin 2002:19). Em um contexto geoestratégico, e tendo em vista os interesses que a região desperta, também é perceptível uma espécie de apropriação regional proporcionada pelo Pacto (Biermann 1999:3), isto é, autores mais críticos chegam a falar de uma espécie de intervenção

---

<sup>54</sup> No decorrer de 1998, assistiu-se a um aumento das tensões entre os separatistas de origem albanesa e o governo central da extinta Jugoslávia, que estava sob a liderança do presidente nacionalista Slobodan Milosevic. Nesse contexto, os guerrilheiros ligados ao Exército de Libertação do Kosovo (ELK) intensificaram suas atividades, visando principalmente alvos sérvios, ao mesmo tempo que consolidavam o controle sobre partes da província. As reações de Belgrado geraram grande apreensão na comunidade internacional, que passou a suspeitar da ocorrência de possíveis atrocidades cometidas pelo exército jugoslavo. Na sequência do fracasso das negociações de paz relacionadas ao conflito separatista, a NATO lançou uma série de ataques contra a então Jugoslávia em 24 de março de 1999, marcando o início da Guerra do Kosovo. A exigência da NATO era que Milosevic aceitasse as condições estabelecidas no acordo de paz de Rambouillet. A ofensiva inicial concentrou-se em alvos militares, mas rapidamente se estendeu para abranger estúdios de televisão, pontes, instalações industriais e a infraestrutura elétrica da Sérvia.

<sup>55</sup> Pacto de Estabilidade. Disponível em: <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680651409>. Acesso em 09 de setembro de 2023.

<sup>56</sup> Idem

<sup>57</sup> Relatório do *Cologne Meeting*, 10 de julho de 1999. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/summits/kol1\\_en.htm](https://www.europarl.europa.eu/summits/kol1_en.htm). Acesso em 09 de setembro de 2023.

internacional para alcançar um determinado conjunto de objetivos relativos ao interesse dos Estados intervenientes (Gligorov 2001:17).

Nesse sentido, é possível ponderar e perceber o uso de *soft power*<sup>58</sup> por parte de alguns países em interesses não hostis ou conflitantes aos interesses dos Estados beneficiários dos Balcãs, mas que, sim, favorece certos sectores e prioridades, negligenciando outros. No entanto, apesar dos pontos contraditórios que possam ser percebidos nesse sentido, o Pacto continuou a ser um compromisso internacional de apoiar a sustentabilidade, de transformação na região, e este *soft power* empregado é evidenciado por marcar uma mudança das tradicionais intervenções estrangeiras por uma estratégia de incorporação da região nas estruturas europeias. Afinal, rapidamente, o Pacto de Estabilidade é substituído e ultrapassado por um quadro de cooperação europeia mais regionalizado, robusto, e direcionado com apoio direto da União Europeia. Possivelmente este quadro sinalizado era mais atraente para os países do que o próprio pacto e é assim que, em 2006, foi anunciado que o Pacto de Estabilidade deveria ser sucedido, no início de 2008, pelo Conselho de Cooperação Regional (CCR), formado pelos próprios países da região, mas com apoio e aconselhamento contínuos do sector internacional.

O Conselho de Cooperação Regional (CCR)<sup>59</sup> é estabelecido e formado pelos próprios países da região com apoio e aconselhamento contínuo da comunidade internacional. Interessante destacar que o Pacto estava dividido em três *Mesas de Trabalho*. A primeira mesa era responsável pelas questões democráticas e direitos humanos; a segunda estava responsável pelos temas de reconstrução económica, desenvolvimento e cooperação; e a terceira mesa era responsável pelos tópicos de segurança. Ainda havia uma quarta mesa que era a *Mesa de Trabalho Regional*, ou seja, ela coordenava as ações entre as demais mesas. Cada mesa funcionava com apoio e participação dos governos dos países participantes e tinha assistência por parte de organismos-não governamentais<sup>60</sup> (Friis e Murphy 2000).

No que diz respeito às relações entre o Pacto de Estabilidade e a SECI, é possível afirmar que a SECI continuou a trabalhar em uma abordagem muito prática, dentro de seu

---

<sup>58</sup> *Soft power*, também conhecido como poder brando, poder de persuasão ou poder suave, é um termo empregado na teoria das relações internacionais para descrever a capacidade de um ente político, como um Estado, por exemplo, influenciar de forma indireta o comportamento ou interesses de outros entes políticos por meio de elementos culturais ou ideológicos. Esta expressão foi cunhada pelo professor da Universidade Harvard, Joseph Nye, no final da década de 1980. Joseph Nye desenvolveu e aprofundou o conceito em seu livro de 2004, intitulado "Soft Power: The Means to Success in World Politics" (Ikenberry 2004).

<sup>59</sup> Será discutido no item 3.5 deste trabalho.

<sup>60</sup> Ver item 3.5 deste Capítulo.

escopo proposto, complementando o Pacto. No entanto, iniciativas como o *Royaumont Process*<sup>61</sup>, que se concentravam principalmente nos Direitos Humanos, na construção da democracia e no retorno dos refugiados, foram fundidas com o Pacto de Estabilidade ao longo do tempo (Ehrhart 1998).

A criação do Pacto de Estabilidade deu à União Europeia a oportunidade de promover a cooperação regional, especialmente no que tange os aspectos comerciais, económico e de segurança humana, principalmente porque a União Europeia ao adotar uma abordagem de hegemonia cooperativa, foi capaz de exercer influência e impor condições nas negociações com os países da Europa do Sudeste (Holman 2005).

É importante mencionar que, desde a sua criação, há uma preocupação por parte da SECI em enfatizar que a iniciativa não é um programa de assistência econômica, porém um programa de autoajuda. Sua estrutura, programas e métodos de trabalho foram pensados para ajudar os países da região a se moverem além da assistência para a autossuficiência e apropriação do processo de cooperação regional realizadas pelos próprios países. Nesse sentido, procurou se estabelecer por meio compromissos financeiros públicos, mas encorajou as instituições financeiras internacionais a ajudar por meio da experiência em fundação e consolidação de instituições, capacitação, em um sistema *ad hoc*. Por isso, o papel dos países membros na alocação dos seus próprios recursos auxiliou no sentido de obter fundos de organizações internacionais e instituições de crédito. Portanto, o apoio que o Banco Mundial, o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) forneceu à SECI é, principalmente, no fornecimento de conhecimentos técnicos para elaboração de projetos e na implementação do projeto (Vukadinovic 2000).

A intenção da SECI tem sido a de criar e implementar mecanismos, que no fundo impediriam soluções militares ou políticas para problemas regionais. O meio mais eficaz para esse fim tem sido motivar tomadores de decisão no sudeste da Europa para trabalhar

---

<sup>61</sup> A primeira dessas novas iniciativas é o Processo de Estabilidade e Boa Vizinhança no Sudeste Europa (o Processo de *Royaumont*). A reunião, que levou ao início do Processo de *Royaumont*, foi realizada à margem da Conferência de Paz na Bósnia-Herzegovina realizada em Paris em dezembro de 1995. Participantes da conferência, em reunião em *Royaumont*, procuraram, sobretudo, identificar se as ideias promovidas pelo Pacto de Estabilidade Europeu, que estava a ser desenvolvido sob os auspícios da OCSE, poderia ser aplicado na região do sudeste da Europa. Esse permitiria a integração da região com as instituições europeias e estabeleceria o diálogo entre os países da região, o que poderia abrir caminho para uma mesa-redonda europeia da OSCE. O Processo de *Royaumont* foi posteriormente transformado em uma iniciativa da União Europeia para promover a cooperação entre os países daquela região por meio de diversos projetos voltados para melhorar as relações de boa vizinhança. Cinco reuniões de acompanhamento foram organizadas, onde os participantes decidiram designar um coordenador para supervisionar a implementação de projetos e que também coordenaria contatos com outras iniciativas de cooperação.

juntos para melhorar significativamente as condições econômicas, sociais e ecológicas da região em que eles vivem. Essa motivação pode ser observada tanto do ponto de vista externo quanto interno, razão pela qual se torna necessário examinar os atores do processo para além dos Estados, ou seja, os motivadores do processo decisório que muito contribuem para o estágio de cooperação até mesmo de integração.

O que se percebe neste recorte histórico apresentado até aqui, que se inicia a partir da desintegração da ex-Jugoslávia até o estabelecimento das primeiras iniciativas e mecanismos de integração da região - a SECI e o Pacto de Estabilidade - é que o processo integrador repete as características tradicionais de um modelo liberal baseado em uma perspectiva muitas vezes imposta pelos governos ocidentais (Mac Ginty 2008:143) que buscavam, de certa forma, o estabelecimento de sistema hegemônico que reproduzisse “instituições, normas e sistemas políticos, sociais e econômicos liberais” (Richmond 2011:1). A própria Agenda para a Paz de 1992 das Nações Unidas estava carregada de credos liberais (Richmond e Mac Ginty 2014:178). Apesar dos fracassos, os projetos liberais de construção da paz “fizeram mais bem do que mal” (Paris 2010:380). No entanto, no caso específico dos Balcãs Ocidentais, pelo contexto religioso, étnico e político, a ausência de uma maior participação local nas instituições concebidas precisa ser observada e com isso ajudar a compreender a necessidade de se vislumbrar outros atores neste caso.

Richmond e Mac Ginty (2014) argumentam que os projetos contemporâneos de construção da paz são mais eficazes quando são localizados. Até mesmo de uma maneira híbrida, como propõe Jarstad e Belloni (2012:4), um processo que leve em consideração outros atores, principalmente locais, pode conferir legitimidade e seriedade às instituições nacionais. Contudo, é importante ressaltar que, sem uma alternativa clara, o modelo liberal continua a ser o fundamento a construção da paz pós-conflito (Paris 2010:360) e isso pode ser observado em processos de integração, uma vez que o caso dos Balcãs Ocidentais parte de um cenário pós-guerra para um contexto de integração regional.

#### **4.3. O Processo de Estabilização e Associação (SAP): As Relações União Europeia - Balcãs Ocidentais**

O interesse dos países do Balcãs Ocidentais após o encerramento dos conflitos passa a residir, principalmente, na adesão a União Europeia. Não somente pelo passado histórico dos Balcãs relacionado à influência socialista, mas, também, em razão das oportunidades e perspectivas que o bloco europeu oferece (Volk et al 2014:11). Além de a União Europeia ser

vista como um modelo de integração a ser seguido, a estabilidade política, cooperação mais estreita, prosperidade econômica e acesso ao mercado europeu passa a ser um ideal para a região a partir daquele momento. Assim, os Balcãs Ocidentais buscam a adesão à União Europeia como uma forma de superar os efeitos dos conflitos passados e construir um futuro mais próspero e seguro (Falcetti 2004). Por outro lado, é perceptível que União Europeia têm trabalhado em estreita colaboração com os países da região em temas como assistência financeira e técnica, de modo a apoiar as reformas políticas, econômicas e institucionais necessárias no processo de adesão à União Europeia tendo em vista o interesse na região<sup>62</sup>.

Portanto, no que diz respeito às relações entre União Europeia e os Balcãs Ocidentais, desde a desintegração da Iugoslávia, em 1995, passou-se a repensar além da reconstrução política, econômica e social do sudeste europeu, mas também a discutir como estabelecer um caminho para a integração voltado para adesão dos países dos Balcãs Ocidentais à União Europeia. Neste contexto, o Processo de Estabilização e Associação (SAP) é estabelecido como mecanismo político desenvolvido pela União Europeia para apoiar a integração dos países dos Balcãs Ocidentais na estrutura da União Europeia (Collomp 2020). O objetivo do mecanismo é o de “estabilizar os Estados balcânicos e incentivar a sua transição para uma economia de mercado, promover a cooperação regional, e uma eventual adesão à União Europeia” (Comissão Europeia 2000), ou seja, o objetivo do SAP é auxiliar os países a se tornarem democráticos, estáveis e prósperos, com instituições públicas eficazes e em conformidade com os padrões da União Europeia.

O SAP pode ser considerado o elemento central da estratégia de longo prazo da União Europeia (UE) para os Balcãs Ocidentais. Por meio desta iniciativa, é possível observar que o processo de integração dos Balcãs Ocidentais está intimamente relacionado ao processo de adesão à União Europeia. O SAP é uma ferramenta específica projetada para cada país candidato à adesão, compreendendo várias fases progressivas que culminam com a assinatura do Acordo de Estabilização e Adesão (SAA). Os SAAs, além de estabelecerem uma zona de livre comércio entre a União Europeia e o país em questão, também definem metas políticas e econômicas comuns e incentivam a cooperação regional<sup>63</sup>. Nesse sentido, percebe-se certa contradição entre a condicionalidade da cooperação e integração da região e a negociação bilateral para adesão à União Europeia. Se por um lado a condicionalidade

---

<sup>62</sup> European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation_en). Acesso em 18 de maio de 2023.

<sup>63</sup> Idem

excessiva e a instrumentalização do processo pode causar, além da morosidade e até mesmo desestímulo nos países candidatos, o processo individual pode causar distanciamentos entre os países da região. Por essa razão, é preciso compreender que o processo do Grupo de Visegrád<sup>64</sup> é distinto dos Balcãs Ocidentais, principalmente pelo contexto histórico, religioso e étnico da região.

O SAP envolve a negociação de acordos de estabilização e associação entre a União Europeia e cada país da região de modo a estabelecer um quadro legal para a cooperação em áreas como comércio, política externa, justiça e segurança, conforme os art. 6 e 49 do Tratado da União Europeia (TUE). Nesse mesmo sentido, os países são incentivados a implementar reformas políticas e econômicas para se aproximarem dos padrões da União Europeia<sup>65</sup>. Portanto, o (SAP) é considerado um passo essencial e preliminar em direção à adesão à União Europeia. Esse processo é projetado para auxiliar os candidatos dos Balcãs na adoção e implementação da legislação europeia, abrangendo concessões comerciais, assistência econômica e financeira, apoio à reconstrução do Estado e a celebração de uma série de acordos de associação, que estabelecem direitos e obrigações mútuas. Desde o início das discussões para o estabelecimento do SAP, em 1999, Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Montenegro e Sérvia assinaram Acordos de Estabilização e Adesão (SAA) com a União Europeia. Tecnicamente, esse conjunto de condições que os países devem cumprir, tais como reformas políticas, econômicas e sociais, é realizado por fases. As fases incluem a adoção de reformas políticas, como a reforma do setor judiciário e a luta contra a corrupção; a adoção de reformas econômicas, como a liberalização do comércio e a melhoria do ambiente de negócios; e a adoção de reformas sociais (Noutcheva 2012). Uma vez que os países cumpram todas as condições, a União Europeia pode iniciar propriamente as negociações de adesão. No entanto, é importante destacar que o processo de adesão pode levar vários anos e exigir muitas mudanças e reformas na legislação e na estrutura institucional de cada país. Por essa razão, a implementação das reformas é um processo difícil e desafiador para os diversos atores dos países e a própria cooperação com a União Europeia.

---

<sup>64</sup> O Grupo de Visegrád, composto por Hungria, Polônia, República Checa e Eslováquia, é uma aliança estabelecida com o objetivo de promover a cooperação entre essas nações. Sua formação ocorreu durante uma reunião realizada em Visegrád, em 15 de fevereiro de 1991, na qual os líderes dos governos dos países membros se reuniram para fortalecer a colaboração e impulsionar a integração do grupo na União Europeia. Como resultado desse esforço, os membros do Grupo de Visegrád, juntamente com outros seis países, aderiram à comunidade europeia em 1 de maio de 2004.

<sup>65</sup> Idem

Nesse sentido, cabe observar a constituição e a participação de outros atores no processo, de modo que as iniciativas não só de cooperação, mas também, de integração possam ser ainda mais bem implementadas, principalmente do ponto de vista local. Afinal, com o aumento da cooperação e quiçá da integração, os tomadores de decisão passam a receber influência e até mesmo contribuição, a longo prazo, de outros setores da sociedade que, de alguma forma, podem ser observados como atores do processo.

Nesse contexto, as relações entre a União Europeia e os Balcãs Ocidentais têm apresentado uma intensificação desde o término dos conflitos na antiga Jugoslávia (Bieri 2015). Notavelmente, em 1994, a Macedônia do Norte se destacou como o pioneiro na promoção de relações bilaterais com a União Europeia, ao iniciar discussões abrangendo aspectos financeiros e cooperação econômica (Tziampiris 2012). Posteriormente, em 1997, o Conselho de Ministros da União Europeia adotou uma abordagem regional para os Balcãs, estabelecendo condicionalidades de natureza econômica para a relação entre a União Europeia e os Estados da região (Belloni 2009; Phinnemore 2013). Em 1999, o debate sobre a política externa da União Europeia passou a incorporar de modo regular e sistemático a discussão sobre o Processo de Estabilização e Associação (SAP) na região dos Balcãs (Cohen e Lampe 2011).

A aproximação entre a União Europeia e os Balcãs Ocidentais passa a ter um peso significativo quando, em novembro de 2000, o SAP foi lançado oficialmente nos seguintes países: Macedônia do Norte, Bósnia-Herzegovina, Croácia e Iugoslávia (neste momento, formada pelas repúblicas da Sérvia e Montenegro) (Montanari 2005). O incremento da relação União Europeia e Balcãs Ocidentais é assim observado por meio do SAP. Na sequência, em 2001, o Programa de Assistência Comunitária para Reconstrução, Desenvolvimento e Estabilização (*Community Assistance for Reconstruction, Development and Stabilisation* - CARDS<sup>66</sup>) entra em vigor e, no mesmo ano, são assinados os Acordos de Estabilização e Associação (AEA) com a Macedônia do Norte e a Croácia, com entrada em vigor no período 2004-2005 (Phinnemore 2013).

Em 2003, o Conselho Europeu de Tessalónica<sup>67</sup> confirmou o SAP como o projeto de política externa da União Europeia para os Balcãs (Van Meurs 2003, 2016) e faz do

---

<sup>66</sup> O CARDS é um instrumento normativo-administrativo criado para prestar assistência financeira aos Estados balcânicos ocidentais que participam do SAP no sentido de fornecer financiamento para ampla gama de atividades, desde infraestrutura, fortalecimento do setor privado, das instituições, e até mesmo reformas democráticas, cooperação, dentre outros.

<sup>67</sup> O Conselho Europeu de Tessalónica, realizado em junho de 2003 na cidade de Tessalónica, Grécia, congregou líderes dos Estados membros da União Europeia, centrando sua atenção na questão dos Balcãs Ocidentais e no processo de sua integração à UE. Durante o evento, diversos temas relacionados à região foram

instrumento o principal mecanismo para promoção das relações entre as regiões. Nesse mesmo sentido, a Eslovênia tornou-se, em maio de 2004, o primeiro Estado da ex-Jugoslávia a aderir ao bloco europeu por meio de um processo iniciado em 1996; a Croácia formalizou seu pedido de adesão, com o reconhecimento de seu status de país candidato no ano subsequente (Oanta 2013). Além disso, a Missão de Polícia da União Europeia (*European Union Police Mission - EUPM*) também desempenhou um papel relevante nesse contexto e é constituída na Bósnia-Herzegovina<sup>68</sup>.

No mesmo ano, a Macedônia do Norte formalizou seu pedido de adesão à União Europeia e, no ano subsequente, obteve o status de país candidato (Jashari 2017). Em 2007, a União Europeia iniciou as negociações com a Bósnia-Herzegovina sobre o Acordo de Estabilização e Associação (SAA), e em dezembro de 2022, o país recebeu o reconhecimento como candidato pleno à adesão. Já a Albânia apresentou seu pedido de adesão em 2009, e somente em 2014 alcançou o status de país candidato<sup>69</sup>.

Importante destacar, igualmente, o estabelecimento de acordos de cooperação plena das ex-repúblicas jugoslavas com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (ICTY)<sup>70</sup> como condição essencial para o início das negociações de adesão à União

---

debatidos, abrangendo a estabilidade política, a colaboração regional, a segurança, os direitos humanos e o desenvolvimento econômico. Os líderes europeus reiteraram o compromisso da UE com a perspectiva europeia desses países, enfatizando a importância da estabilidade e da reconciliação na área. Um dos desdobramentos significativos do Conselho de Tessalônica foi o comprometimento da UE em oferecer uma clara perspectiva de adesão à União Europeia para os países dos Balcãs Ocidentais, desde que cumpram os critérios e condições estipulados. Essa reunião exerceu um impacto substancial no processo de integração dos países da região, proporcionando um incentivo político e apoio inequívoco à perspectiva europeia. A partir desse ponto, diversas nações dos Balcãs Ocidentais têm trabalhado diligentemente para atender aos requisitos e implementar as reformas necessárias com vistas a avançar em direção à adesão à UE.

<sup>68</sup> A *European Union Police Mission* (EUPM) foi uma missão policial da União Europeia que foi implantada na Bósnia e Herzegovina de 2003 a 2012. A EUPM foi criada para apoiar a reforma do setor de segurança e a construção do Estado de Direito no país após o conflito armado na década de 1990. A missão tinha como objetivo principal ajudar na reestruturação e desenvolvimento das instituições policiais na Bósnia e Herzegovina. Isso incluía fornecer treinamento, aconselhamento e assistência técnica às agências policiais locais, bem como apoiar a criação de um sistema policial profissional e responsável. A EUPM trabalhou em estreita colaboração com as autoridades locais, organizações internacionais e outras missões internacionais presentes no país. Seus esforços foram direcionados para fortalecer a capacidade das forças policiais locais de combater a criminalidade, melhorar a cooperação entre as diferentes agências policiais e promover o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito. A missão foi encerrada em 2012, sendo substituída pela Missão da União Europeia para o Estado de Direito na Bósnia e Herzegovina (*EULEX Bosnia and Herzegovina*), que assumiu a responsabilidade de continuar apoiando a reforma do setor de segurança e a construção do Estado de Direito.

<sup>69</sup> Comissão Europeia. *European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations (DG NEAR)*. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/albania\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/albania_en). Acesso em 18 de maio de 2023.

<sup>70</sup> O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (ICTY) é uma instituição internacional estabelecida pelas Nações Unidas com a finalidade de julgar os crimes de guerra ocorridos durante os conflitos na região da ex-Jugoslávia nos anos 1990. Foi criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1993 com o propósito de responsabilizar os indivíduos que perpetraram graves violações do direito internacional humanitário durante os referidos conflitos iugoslavos. A jurisdição do tribunal abarcava a apreciação de crimes

Europeia. Em virtude disso, as conversações acerca da integração da Sérvia, que tiveram início em 2005, foram suspensas em 2006 devido ao descumprimento, por parte do governo sérvio, de algumas das condições relacionadas à cooperação com o TPIY (Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia) (Tournois e Djerić 2021). Esse revés também afetou Montenegro, cujas negociações foram retomadas logo após a separação da Sérvia no mesmo ano. Sendo assim, enquanto Montenegro continuou a progredir nas negociações de adesão à União Europeia, as negociações sérvias só avançaram novamente no ano subsequente (Soyaltin-Colella 2022). Ao apresentar essa breve cronologia das relações entre União Europeia e Balcãs Ocidentais, é possível observar duas características fundamentais: i) a normatividade desta relação e ii) o aspeto securitário. No que diz respeito às questões normativas, a aproximação dos Estados balcânicos à União Europeia envolve uma série de procedimentos burocráticos para além dos instrumentos e mecanismos internacionais já existentes de reconstrução da região. Dessa maneira, a solicitação de adesão apresentada no âmbito do Processo de Estabilização e Associação inicia um extenso processo de negociações que engloba acordos de associação, elaboração de relatórios, planos de auxílio financeiro e uma variedade de outros instrumentos. Além disso, a adesão requer o cumprimento dos “Critérios de Copenhaga<sup>71</sup>”, cumprindo os compromissos estipulados pela União Europeia que vincula obrigatoriedade de enviar, periodicamente, relatórios sobre agenda política, econômica e social de cada país (Hillion 2014).

Com relação à segunda característica, que envolve a segurança, tanto interna quanto externa da União Europeia, essa está de alguma forma intrinsecamente relacionada aos seus países vizinhos. Isso significa que existem interesses estratégicos específicos tanto da União Europeia quanto de seus Estados membros em promover a estabilidade e a paz na região e em incorporar os países dos Balcãs Ocidentais em sua esfera de influência (Duffield 1994; Wivel 2005; Tocci 2007; Zwartjes, Langenhove, Kingah e Maes 2012), conforme abordado anteriormente. Portanto, a dinâmica de poder entre aqueles que estabelecem as normas - a

---

de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e violações graves das Convenções de Genebra. O ICTY, cuja sede se localizava em Haia, nos Países Baixos, concentrou seus esforços na investigação, processamento e julgamento de diversos réus envolvidos nos conflitos da ex-Jugoslávia. Enfatizou-se, sobretudo, a apreciação de líderes políticos e militares proeminentes, embora também tenha julgado outros indivíduos envolvidos em transgressões graves. Durante sua atuação, o ICTY realizou vários julgamentos e emitiu sentenças históricas. Importante ressaltar que, em dezembro de 2017, o ICTY encerrou suas atividades principais.

<sup>71</sup> Os critérios de Copenhague são os requisitos estabelecidos em 1993 durante a Cúpula de Copenhague da União Europeia (UE) para que um país possa se candidatar e aderir à UE. Esses critérios são divididos em três áreas principais: critérios políticos, critérios econômicos e critérios de adoção e implementação do acervo comunitário. É importante ressaltar que esses critérios são usados para avaliar a elegibilidade de um país para iniciar negociações de adesão à UE, mas o processo de adesão em si é complexo e envolve negociações detalhadas em várias áreas de cooperação.

União Europeia - e aqueles que buscam aderir a essas normas - os países dos Balcãs Ocidentais - é fortemente influenciada por fatores que incluem a segurança regional e a viabilidade dos Estados na região dos Balcãs. Assim, a compreensão das questões relacionadas à segurança desempenha um papel crucial no contexto da expansão da União Europeia. Em termos de segurança, os principais desafios ainda residem nos Estados dos Balcãs Ocidentais, que, do ponto de vista geográfico, representam uma preocupação tanto para a segurança interna quanto externa da União Europeia (Rupnik 2011). Portanto, ao abordar a política externa da União Europeia em relação aos Balcãs Ocidentais e o processo de integração, é imperativo considerar a segurança do território europeu como um dos principais interesses estratégicos que moldam as relações entre a União Europeia e os países da região dos Balcãs Ocidentais.

#### **4.4. O Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEECp): O Fórum em Alto-Nível da Região**

O Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEECp) foi estabelecido em 1996 durante o encontro de Ministros das Relações Exteriores em Sofia, Bulgária. Diferentemente do SECI, o SEECp é um fórum de cooperação regional que tem como principal objetivo o aprimoramento da cooperação política e de segurança; o alargamento da cooperação nos domínios da dimensão humana, da democracia, da justiça e do combate à ilegalidade, conforme definido na “Carta de Relações de Boa Vizinhança, Estabilidade, Segurança e Cooperação da Europa do Sudeste (SEE)<sup>72</sup>”. Estabelecido por iniciativa dos próprios países que o compõe, sem interferência externa, é uma iniciativa motivada pelo desejo e interesse de estabelecer laços duradouros ademais de boa vizinhança, de cooperação e mesmo integração, o que complementa os demais mecanismos. O fórum integra todos os 13 participantes no sudeste da Europa, a saber: Turquia, Albânia, Bulgária, Grécia, República da Macedônia do Norte, Romênia, Sérvia (membros fundadores), Bósnia e Herzegovina (2001), Croácia (2004), Moldávia (2006), Montenegro (2007), Eslovênia (2010) e Kosovo (2014) (Ilik 2022).

Interessante notar que, do ponto de vista administrativo, a presidência do SEECp é exercida pelos Chefes de Estado e de Governo dos países participantes, na cimeira anual. Além disso, durante cada presidência, os Ministros das Relações Exteriores se reúnem pelo

---

<sup>72</sup> A Carta das Relações, da Estabilidade, da Segurança e da Cooperação de Boa Vizinhança na Europa do Sudeste (SEE), adotada em Bucareste em 2000, representa o documento essencial da SEECp.

menos duas vezes, em momentos distintos: uma reunião formal e outra informal. Às margens das cimeiras, são realizadas diversas reuniões de alto nível, assim como *workshops*, projetos e eventos em diferentes formatos entre especialistas setoriais para promover iniciativas específicas de cooperação regional alinhadas com as prioridades do presidente em exercício (Delevic 2007).

A história e o desenvolvimento do SEECP pode ser dividida em três períodos. O primeiro deles diz respeito à fundação e ao fortalecimento institucional do mecanismo. De 1996 a 2000 os encontros de líderes e de autoridades reforçaram a prioridade do SEECP em tratar da segurança regional, crescimento económico, desenvolvimento social e cultural, assim com questões legais relacionadas à luta contra o crime na região. Ao longo desse período, o SEECP identificou, ademais, os principais atores do processo e criou uma estrutura robusta para endereçar as preocupações de paz, estabilidade e boa-vizinhança. Nesse sentido, foi estabelecida a “Carta de Relações de Boa Vizinhança, Estabilidade, Segurança e Cooperação nos países da Europa do Sudeste (SEE)”, adotada em Bucareste no ano 2000. O documento tratava especificamente do fortalecimento da cooperação política e segurança, cooperação económica e temas democráticos, justiça e atividades ilegais. Outros instrumentos foram concebidos e formou-se grupos para acompanhar os temas. Destaca-se, ainda, mecanismos específicos, para atores não governamentais que tiveram importante destaque neste momento (Tsardanidis 1997).

No segundo período, de 2000 a 2008, logo após o estabelecimento do Pacto de Estabilidade, recomendado pela União Europeia, os diversos encontros com autoridades governamentais de diversos níveis complementaram a estrutura do SEECP ao realizar reuniões periódicas de acompanhamento de diversos temas e agendas de relevância para a região. Por fim, o terceiro período, de 2008 até os dias atuais, tem se concentrado no desenvolvimento do Pacto de Estabilidade onde a região entra em uma nova fase, principalmente no que diz respeito à adesão à União Europeia com o estabelecimento do Conselho Regional de Cooperação (RCC), assim como da Assembleia Parlamentar do SEECP<sup>73</sup> e com a fundação de um Secretariado.

---

<sup>73</sup> A Assembleia Parlamentar do SEECP é uma instituição parlamentar regional que foi criada para promover a cooperação e o diálogo entre os países da Europa do Sudeste. Ela desempenha um papel importante na promoção da estabilidade política, segurança, desenvolvimento económico e cooperação regional na região, assim como fornece um fórum para os parlamentares dos países membros discutirem questões de interesse comum, compartilharem experiências e buscar soluções conjuntas. Está composta por parlamentares dos países membros do SEECP. A assembleia se reúne regularmente para discutir questões políticas, económicas, sociais e culturais que afetam a região e formular recomendações para os governos dos países membros. Ademais, a Assembleia Parlamentar do SEECP também mantém contatos e relações com outras organizações

#### **4.5. O Conselho Regional de Cooperação (RCC)**

O Conselho de Cooperação Regional (RCC) foi oficialmente lançado no âmbito da reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros do Processo de Cooperação da Europa do Sudeste (SEEC), em Sofia, no dia 27 de fevereiro de 2008. Assim como os demais instrumentos estabelecidos ao longo do processo de reconstrução e integração dos Balcãs Ocidentais, o RCC foi criado como um fórum de cooperação regional para promover o desenvolvimento econômico e estabilidade em suas diversas áreas na região. A ideia de criar o RCC surgiu durante reunião de líderes do SEEC, realizada em Zagreb, Croácia, em 2000. Durante essa reunião, os representantes dos países presentes concordaram, mais uma vez, que a cooperação regional era crucial para superar as diferenças históricas e políticas na região, razão pela qual seria necessário trabalhar em conjunto para alcançar um futuro melhor (RCC 2010).

Por sua vez, a União Europeia, que tem interesse na estabilidade e na prosperidade da região dos Balcãs Ocidentais, apoiou o estabelecimento do RCC, inclusive com financiamento e assistência técnica (Qorraj 2018), pois acreditava que a cooperação regional poderia ajudar a reduzir as tensões políticas, promover a estabilidade e a prosperidade na região e facilitar a adesão dos países à União Europeia. Desde então, o RCC tem trabalhado para promover a integração regional e a cooperação em áreas como a economia, o comércio, os transportes, a energia, o meio ambiente e a cultura (RCC 2010). O RCC tem trabalhado em colaboração com todos os governos da região e mecanismos de cooperação regional relevantes. O seu trabalho tem sido orientado pelo estatuto e estratégias trienais e programas de trabalho, assim como pelo Sistema de Troca de Informações (SWP)<sup>74</sup> que aborda as necessidades dos países da região no desenvolvimento econômico e social, energia e

---

parlamentares regionais e internacionais, buscando fortalecer a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os parlamentos.

<sup>74</sup> No âmbito do Conselho Regional de Cooperação (RCC), o Sistema de Trocas de Informações (SWP) é uma plataforma eletrônica que facilita a comunicação, a troca de informações e a colaboração entre os países membros do RCC. Através do SWP, os países membros do RCC podem trocar informações sobre uma variedade de temas, como economia, comércio, infraestrutura, transporte, segurança, meio ambiente, cultura e educação. A plataforma facilita a comunicação entre as autoridades e as instituições dos países participantes, promovendo uma maior coordenação e colaboração regional. Além disso, o SWP também pode ser utilizado para promover a transparência, facilitando o acesso a documentos e informações relevantes para a cooperação regional. Isso ajuda a fortalecer a confiança mútua e a facilitar o processo de tomada de decisões conjuntas.

infraestrutura, justiça e assuntos internos, cooperação em segurança e construção de capital institucional e humano (Minić 2013)<sup>75</sup>.

Do ponto de vista operacional, o estabelecimento do RCC é resultado de um amplo processo de consulta entre países da região, o que faz com que o RCC esteja ligado tanto ao Pacto de Estabilidade quanto ao Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEEC) como parte da implementação do princípio de propriedade local<sup>76</sup>, isto é, reforça o entendimento de que na cooperação regional os atores da região devem ser os próprios responsáveis em administrar seus problemas, dificuldades e desafios, como no caso do SEEC (Fawcett 2008). Portanto, a promoção da cooperação regional está nas mãos dos países da região, ainda que exista apoio e incentivo por parte de outros países<sup>77</sup>.

Este processo de reforço e estabelecimento de um órgão regional capaz de implementar as iniciativas estabelecidas sob os auspícios do Pacto de Estabilidade, assim como a liderança e gestão de muitos outros processos, acaba por substituir de maneira prática mecanismos já antigos e pouco eficazes na altura do processo. Dessa forma, o Pacto de Estabilidade acaba por se revestir no RCC onde são definidas atribuições específicas, tais como: i) manter o foco da cooperação nos países da região por meio de uma estrutura de propriedade e liderança regional; ii) fornecer orientação política e receber contribuições substantivas em áreas temáticas específicas de cooperação regional; iii) promover a integração europeia e euro-atlântica; iv) fornecer orientação ao Secretariado do RCC e ao Secretário-Geral<sup>78</sup>.

Além das atribuições do RCC, importante mencionar que o Conselho tem como atribuição a coordenação dos programas que são financiados por doadores internacionais em

---

<sup>75</sup> Detalhamento a respeito das atividades do RCC serão apresentados no Capítulo 5 deste trabalho.

<sup>76</sup> O princípio de propriedade local na integração regional refere-se à ideia de que os países ou regiões envolvidas no processo de integração devem ter um papel ativo e decisivo na definição e implementação das políticas e iniciativas relacionadas à integração. Esse princípio reconhece a importância de envolver os atores locais e garantir que suas perspectivas, necessidades e interesses sejam considerados. A propriedade local implica que os países membros ou as partes interessadas de uma determinada região devem ter a capacidade de tomar decisões, estabelecer prioridades, definir objetivos e implementar ações relacionadas à integração regional. Isso envolve a participação ativa de governos nacionais, órgãos regionais, sociedade civil, setor privado e outros atores relevantes. Ao aplicar o princípio de propriedade local, busca-se fortalecer a governança participativa e a responsabilidade compartilhada no processo de integração regional. A participação ativa dos atores locais ajuda a garantir que as políticas e as ações adotadas sejam adaptadas às necessidades e às realidades específicas da região, além de promover a apropriação e a sustentabilidade dos processos de integração (Fawcett 2008; Fawcett and Hurrell 1995).

<sup>77</sup> A esse respeito, vale destacar o contributo de Oliver Richmond (2009; 2013; 2015; 2016) e Roger MacGinty (2013; 2016) no que diz respeito às discussões sobre *local turn* em razão da necessidade de, em processos de reconstrução da paz, serem consideradas perspectivas que levem em consideração outros atores, notadamente os atores locais e comunitários de uma região.

<sup>78</sup> *Regional Cooperative Council (RCC)*. Disponível em: <https://www.rcc.int/pages/2/about-us>. Acesso em 18 de maio de 2023.

seis campos de atuação: desenvolvimento econômico e social, infraestrutura, justiça e Assuntos Internos, cooperação em segurança, construção de capital humano e Cooperação Parlamentar. O Conselho procura dar particular ênfase ao papel da sociedade civil, aos atores da sociedade no processo de cooperação regional e os considera como “espinha dorsal” da cooperação regional. Nesse sentido, a evolução do processo de integração regional sob esse ponto de vista, uma vez que o RCC passa a considerar outros atores nesse estágio da integração, o que possibilita explorar o contributo de associações, comunidades, empreendimentos e até mesmo cooperativas.

Cabe mencionar que, a maioria dessas atividades e iniciativas já se beneficiam da propriedade regional e são projetadas para atender às prioridades para a cooperação transfronteiriça identificadas pela própria região. Recentemente foi adotado pela região o *Central European Free Trade Agreement (CEFTA)*<sup>79</sup>, estabelecida uma Comunidade de Energia para o Sudeste da Europa<sup>80</sup> e a adesão ao acordo sobre o Espaço de Aviação Comum Europeu<sup>81</sup>. O RCC também é responsável por supervisionar, coordenar e executar as decisões políticas do SEECP que tratem de assuntos relacionados à cooperação regional no âmbito da Europa do Sudeste. Além de apoiar e preparar as cimeiras e Assembleias de Ministros do SEECP, verifica-se uma relação próxima com o SEECP como Secretariado do fórum.

Nesse sentido, o estabelecimento do RCC pode ser visto como um esforço consciente, pelo menos por parte da União Europeia, para institucionalizar cooperação sem condicionalidades (Monastiriotis 2008). Por outro lado, as estruturas do RCC, como o seu Secretariado, fomentam o SEECP com a capacidade operacional que lhe faltava (Rotta

---

<sup>79</sup> O Acordo Central Europeu de Livre Comércio (CEFTA) foi inicialmente firmado pelos países que compõem o Grupo de Visegrád, a saber, Polônia, Hungria e a antiga Checoslováquia, no dia 21 de dezembro de 1992, na cidade de Cracóvia, Polônia. O CEFTA foi concebido com o propósito de unir essas nações-membros com vistas à recuperação econômica, a transição para o sistema capitalista e a consolidação dos princípios democráticos e do comércio livre. Atualmente, o tratado visa proporcionar aos países signatários as condições socioeconômicas necessárias para sua futura integração na União Europeia. Vale ressaltar que, quando um país-membro do CEFTA obtém a adesão à UE, ele deixa de participar do tratado.

<sup>80</sup> A CESE foi estabelecida em 2005 como uma organização internacional para promover a cooperação energética entre os países do Sudeste da Europa e além. Seu objetivo é criar um mercado de energia regional integrado, promover a segurança energética, melhorar a eficiência energética e incentivar a utilização de energias renováveis. Os países membros da CESE incluem Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Kosovo, Macedônia do Norte, Moldávia, Montenegro, Sérvia e Ucrânia. Outros países da região podem aderir como membros ou observadores. A CESE trabalha em diversas áreas, como a harmonização das legislações energéticas, a promoção de investimentos em infraestrutura energética, o desenvolvimento de interconexões e a implementação de projetos de energia renovável. A comunidade também busca fortalecer a segurança energética na região, reduzindo a dependência de fontes de energia externas.

<sup>81</sup> Tem como objetivo proporcionar benefícios econômicos para os passageiros dos transportes aéreos e para o setor da aviação, garantindo o acesso livre das companhias aéreas do EACE ao mercado único europeu alargado da aviação e assegurando o mesmo nível elevado de proteção e segurança em toda a Europa.

2008). O potencial dinâmico do SEECP, em plena cooperação com o RCC, pode ser observado como uma tentativa de estabelecer, antes da adesão plena à União Europeia, um regime sub-regional de cooperação por meio de um processo inter-regional entre a União Europeia e o Balcãs Ocidentais. Dessa forma, os Balcãs podem ser considerados como uma ‘região geopolítica autónoma’, tendo o SEECP como ator principal enquanto o processo de adesão à União Europeia se desenvolve (Develic 2007). Dessa forma, os membros do SEECP poderiam continuar a trabalhar em conjunto para promover seus interesses comuns dentro da UE (Svilanovic 2008). No entanto, a proeminência do SEECP como “região geopolítica autónoma” ainda não surgiu devido aos problemas enfrentados para a estabilidade na região.

Ainda que a região tenha sido reconhecida ao longo dos últimos anos com uma identidade regional (Hurrell 1995) e dos muitos elementos que permite ao SEECP se tornar um importante fórum na Europa do Sudeste (Tsardanidis 2003), resta saber se isso é suficiente para que a SECCP possa ser eficaz como instrumento de cooperação regional por meio do RCC. Por essa razão, é importante observar a participação e a conduta de outros atores como as cooperativas de modo a não transformar o RCC apenas em um órgão técnico-burocrático (Solioz e Stubbs 2009).

#### **4.6. Do Berlin Process à Open Balkan Initiative: Prospetos para Possível Integração**

A cooperação regional tem sido a ferramenta fundamental da política de alargamento da União Europeia nos Balcãs Ocidentais (Németh 2022). Por outro lado, os Balcãs Ocidentais têm demonstrado ao longo dos últimos anos interesse na adesão à União Europeia que pode ser notado pela quantidade de iniciativas e mecanismos que o país tem participado e contribuído. Apesar dos esforços e dos muitos instrumentos desenvolvidos para o processo de integração e cooperação da região, nem sempre a União Europeia tem mostrado otimismo quanto à adesão dos países ao bloco europeu. Sobre o assunto, pode-se citar a declaração de Jucker que não teriam novas rodadas de alargamento durante o seu mandato como presidente<sup>82</sup>, assim como o veto da França para avanços na negociação com Albânia e Macedónia do Norte em 2019<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> *The Jucker Commission: a strong and experienced team standing for change. Press Release. European Commission, 10 September 2014.* Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_14\\_984](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_14_984). Acesso em 20 de maio de 2023.

<sup>83</sup> Marusic, Sinisa Jako. “France Sinks EU Hopes of North Macedonia, Albania”. *Balkan Insight*, 18 October 2019. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2019/10/18/france-sinks-eu-hopes-of-north-macedonia-albania/>. Acesso em 20 de maio de 2023.

Situação como essas podem constranger e até mesmo desmotivar o interesse no processo de adesão (Németh 2022). Neste contexto, é importante mencionar o *Berlin Process* como uma iniciativa recente, sobre os auspícios da então Chanceler da Alemanha, Ângela Merkel, para estabelecer conversas de alto nível com os líderes da região no sentido de avançar com a cooperação e, por sua vez, a integração. O *Berlin Process* é uma plataforma para a cooperação de alto nível entre os líderes dos países dos Balcãs Ocidentais e o anfitrião da iniciativa, no caso a Alemanha. No entanto, inclui, também, a sociedade civil, a juventude e as empresas da região. Quando estabelecida, em 2014, na altura em que a União Europeia enfrentava múltiplos desafios e o seu alargamento foi suspenso, o *Berlin Process* foi lançado para manter a estabilidade dos Balcãs Ocidentais, apoiar as reformas e fazer com que a cooperação entre os países da região pudesse avançar.

O formato empregado e as plataformas desenvolvidas pela iniciativa, como a Agenda de Conectividade<sup>84</sup>, mostravam uma participação além dos Estados no processo, envolvendo a sociedade civil, portanto, outros atores não tradicionais em um processo de integração, sem criar mais mecanismos, instituições e ferramentas, mas possibilitando iniciativas de integração baseadas nos elementos já estabelecidos e em funcionamento (Marciacq 2017). O *Berlin Process* possibilitou o avanço de outros temas da agenda da região e o incremento da cooperação económica, principalmente. Tanto os avanços da Área Regional Económica (REA) quanto do Mercado Comum Regional (CRM)<sup>85</sup> podem ser considerados frutos do *Berlin Process*.

Neste mesmo sentido, outra iniciativa estabelecida ganhou relevância no processo de integração da região foi a *Open Balkan Initiative*, baseada no REA e no CRM, onde Macedónia do Norte, Sérvia e Albânia assinaram o desejo de estabelecer mecanismo de

---

<sup>84</sup> Comparado com a média da União Europeia, os países dos Balcãs Ocidentais têm baixo tráfego ferroviário e rodoviário, baixas capacidades de geração de energia e escassa conexão de internet banda larga. Essa lacuna de infraestrutura afeta negativamente as perspectivas da região para o crescimento e até mesmo a integração no Espaço Económico Europeu. Para superar as lacunas, a “agenda da conectividade” foi apresentada como plataforma de projetos, programas e iniciativas para vincular o Balcãs Ocidentais na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), assim como para implementar os Projetos de Energia Elétrica de Interesse Comunitário (PECI) e contribuir em outras áreas e canais de modo a estabelecer condições para um crescimento sustentável.

<sup>85</sup> O *Common Regional Market* é considerado como sucessor da *Regional Economic Area*. Portanto, é uma continuação dos esforços de promover a cooperação económica na região dos Balcãs Ocidentais. O principal objetivo é o de aumentar a atratividade e a competitividade da região e fazer com que a região fique mais próxima do mercado da União Europeia sem criar instituições ou entidades, mas coordenar uma área baseada nas regras e padrões da União Europeia. Assim, pode ser capaz de promover o livre movimento de pessoas, bens, serviços e capital na região e um aprimorar as áreas de investimento, digitalização, indústria e inovação.

cooperação regional semelhante ao Espaço Schengen<sup>86</sup>, baseado nas quatro liberdades<sup>87</sup>. Apesar de outros países serem relutantes, como Kosovo, Bósnia Herzegovina, a iniciativa é um sinal de que mesmo com as limitações e a falta de sinalização positiva do bloco europeu, a região, internamente, continua a discutir possibilidades e alternativas para incrementar as trocas, o intercâmbio e, sobretudo, a cooperação, assim como o processo de integração regional. Apesar do interesse de desfrutar das quatro liberdades, o interesse final dos países é, sem dúvida, a adesão à União Europeia. Não há evidências de que a cooperação regional contribua para acelerar a adesão à União Europeia, apesar de que a União Europeia fomente e recomende isso, a falta de cooperação nunca causou impedimentos no processo de adesão (Németh 2022).

Outro fator a ser levado em consideração é a recente guerra na Ucrânia, uma vez que se torna difícil tratar de múltiplas questões ao mesmo tempo tendo um conflito na vizinhança. Por essa razão, é importante considerar a força e a participação de outros atores, como mencionado em iniciativas recentes, como *Berlin Process* e *Open Initiative*, assim como no que diz respeito à participação e a abertura das próprias iniciativas para estes atores não tradicionais, principalmente do ponto de vista local. Nesse sentido, se o fortalecimento da cooperação regional não tem aproximado os Balcãs da adesão à União Europeia, os países podem, por meio de seus atores locais, como em um efeito *spillover*, no sentido de aumentar sua parceira e isso pode ser observado do ponto de vista local quanto comunidades determinam se integrar, em um movimento reverso, razão pela qual as cooperativas podem ser examinadas.

---

<sup>86</sup> O Espaço Schengen é a área que compreende 27 países europeus que aboliram os controles de fronteira nas fronteiras comuns, também conhecidas como fronteiras internas.

<sup>87</sup> A União Europeia estabeleceu o Mercado Comum com base nos Tratados de Roma, assinados em 1958. Esses tratados estabelecem quatro liberdades fundamentais no âmbito da União Europeia: a livre circulação de produtos entre os Estados-membros, o livre trânsito de pessoas, a liberdade de prestação de serviços dentro da UE e a livre circulação de capitais.

## 5. A Participação do Cooperativismo na Integração dos Balcãs Ocidentais

O processo de integração dos Balcãs Ocidentais está baseado em duas estratégias. A primeira é voltada para as relações bilaterais da União Europeia, ou seja, cada um dos países candidatos tem de cumprir com requisitos estabelecidos de maneira individual. A segunda diz respeito à condicionalidade do alargamento da União Europeia para países candidatos, por meio de requisitos e estruturas paralelas patrocinadas pela União Europeia, assim como de iniciativas intrarregionais multilaterais, isto é, a própria integração dos Balcãs Ocidentais. A ideia é a de que estas estratégias, inter e intrarregional, possam se reforçar mutuamente, uma vez que a integração nos Balcãs Ocidentais prepararia os países para um processo de adesão mais suave com a União Europeia<sup>88</sup>. De um modo geral, isso promoveria um alargamento inicial entre os países, baseado nas quatro liberdades de mercado da União Europeia e no próprio acervo comunitário, o que permitiria maior aproximação com a União Europeia<sup>89</sup>.

Neste cenário de integração delineado para os Balcãs Ocidentais, acrescenta-se o contexto de pós-guerra em que se encontrava a região, principalmente o meio rural, com economia destruída e falta de infraestrutura (Van Houtte 1999:625-638). O cooperativismo, por sua vez, como alternativa viável em momentos de crises (Vieta e Lionais 2015:32), passa a ocupar uma posição relevante e capaz de contribuir para a região, assim como para a integração da população segmentada pelo conflito (Radosavac, Djukic e Jovanovic 2014:23-26) (Pugh 2002:467). No entanto, essa alternativa cooperativa não é evidente nem óbvia. Ela acontece de forma difusa, com apoio de mecanismos e plataformas, de maneira híbrida por meio de diversos organismos internacionais. A falta de confiança que a guerra trouxe (CEDP 2018:42), assim como o histórico político e económico da ex-Jugoslávia (Gardner e Lerman 2006), explicam, em parte, o tardio reconhecimento do contributo cooperativo na região.

Diante deste contributo, do cenário interposto e do processo de integração, é importante apresentar um breve histórico do cooperativismo na região, assim como observar

---

<sup>88</sup> Assim, no formato intergovernamental, os líderes dos Balcãs Ocidentais chegaram a acordo sobre dois projetos importantes para a integração económica regional: o Plano de Ação Plurianual para o Espaço Económico Regional 2017-2019 (REA) e o Mercado Regional Comum 2020-2024 (MRC).

<sup>89</sup> Apesar de alguns progressos, como a negociação do Protocolo Adicional 6 do CEFTA (um acordo-quadro que alarga o princípio do comércio livre ao sector dos serviços) ou a facilitação dos procedimentos de passagem de fronteiras para mercadorias (graças aos “Corredores Verdes”), os resultados da integração económica regional entre os Balcãs Ocidentais permaneceram modestos e desiguais. Globalmente, o consenso permaneceu maioritariamente declarativo, uma vez que a falta de compromisso e de vontade política, juntamente com disputas bilaterais não resolvidas, não tornaram a REA/CRM plenamente aplicável na prática.

as estratégias de integração ora mencionadas de modo a perceber a contribuição e o efeito do cooperativismo neste processo nos Balcãs Ocidentais.

## **5.1. Perspetiva Internacional da Atuação das Cooperativas no Processo de Integração Regional**

### **5.1.1. O movimento cooperativista nos Balcãs Ocidentais.**

Diferentemente da Europa, onde o movimento cooperativista tem a sua história bem pontuada e a sua contribuição para a economia social ressaltada (Bietti et al. 2021; Gijssels e Bussels 2014; Ortmann e King, 2007), a história das cooperativas nos Balcãs Ocidentais, apesar de também ser antiga - datada do século XIX - tem um caminho diferente e, por sua vez, consequências distintas que auxiliam a compreender as assimetrias da participação do cooperativismo nos respetivos processos de integração.

A primeira cooperativa na região dos Balcãs Ocidentais foi *Gazdovsky Spolok*, estabelecida em Bački Petrovac, na Sérvia, em 1846, e estava baseada nos modelos cooperativos de poupança e empréstimos. A maior parte das cooperativas que assim surgiam na região estava preocupada em resolver o problema da falta de capital. Foi um período de relativa prosperidade do movimento cooperativo (Krasavac e Petković 2015). De acordo com Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), as cooperativas estabelecidas nos Balcãs Ocidentais neste período seguiram o modelo europeu em um cenário caracterizado por:

“a developed awareness about the need to associate; a significant number of different kinds of cooperatives; and one or several alliances connected to international cooperative associations (FAO 2013:12).

Dessa forma, o legado inicial do cooperativismo na região é positivo, pois estabelece não apenas os empreendimentos cooperativos, incentivado pelo modelo de Rochdale, mas se conecta com o movimento cooperativo mundial, o que fortalece e capacita os projetos então em andamento. Até então, a trajetória do cooperativismo nos Balcãs Ocidentais se assemelha com a dos demais países da Europa. Após a segunda guerra mundial, este cenário é drasticamente alterado em razão da adoção do sistema de coletivização seguindo o modelo soviético. Significa dizer que as cooperativas passaram, parcialmente, por um processo de fusão da propriedade privada - semelhante ao que acontecia na União Soviética - com os

chamados *kolkhozes*<sup>90</sup>. As que não passaram por este processo acabaram por se transformar em locais de reunião, comunidades de desenvolvimento rural e de introdução do socialismo no país (Irwin 2000). Portanto, os *kolkhozes* não seguiam o padrão das cooperativas, pois seus trabalhadores não podiam deixar suas propriedades, o salário era proporcional ao seu trabalho, independente da produção, e o processo decisório também não seguia o padrão das cooperativas, uma vez que as assembleias praticamente reproduziam decisões governamentais.

No final da década de 1950, com um modelo soviético adaptado para a antiga Jugoslávia, as cooperativas demonstravam contribuir para o desenvolvimento rural e foram reconhecidas como lugar de encontro e até mesmo de desenvolvimento social e cultural que contribuía para a qualidade de vida dos países.

“with the adoption of the Law of 1957 when the emphasis was put on general agricultural cooperatives, which aside from procuring inputs, purchasing products needed for processing, providing services to farmers and other jobs related to improving agriculture, also had a significant role in rural development because these were places of gathering and the development of social and cultural life, which helped to improve life (FAO 2013:13)”

Nesse sentido, é interessante notar o papel das cooperativas como fomentadoras de laços comunitários – independente do sistema político e económico em que se encontra - e até mesmo a criação de capital social (Barham e Chitemi 2009). Contudo, no caso específico dos Balcãs Ocidentais, com o aprofundamento das reformas levadas a cabo na região, muitas cooperativas foram fechadas, especialmente as pequenas, e uma parcela considerável foi nacionalizada, fundindo-as em empresas estatais. Isso acabou por prejudicar e, de certa forma, desestimular o setor cooperativo face as mudanças, inconstâncias e desvinculação do próprio conceito de uma cooperativa (FAO 2013:13).

O adensamento do modelo implementado acabou por transformar as organizações cooperativas em ramificações do governo que, ao invés de representar os cooperados, estavam a ser utilizadas para fins políticos. Assim, esse período vivenciado na região alterou, consideravelmente, os objetivos e a forma de atuação de uma cooperativa e isso ajuda a perceber o porquê de a contribuição cooperativa em um processo de integração na região tenha se tornado diferente ao compará-lo com a contribuição cooperativa na integração

---

<sup>90</sup> *Kolkhozes* é um tipo de propriedade rural coletiva, típica da antiga União Soviética. Os camponeses formavam uma cooperativa de produção agrícola onde os meios de produção (terra, equipamento, sementes etc.) eram fornecidos pelo Estado. Por sua vez, o Estado recebia uma parte fixa desta produção. Os *kolkhozy* constituíram a base do sistema de coletivização da agricultura na União Soviética. Os trabalhadores tinham a posse conjunta dos bens com exceção da terra, pois era nacionalizada.

européia. O formato impresso pela realidade socialista da época acabou por desestimular a associação e os vínculos cooperativos, refletidos até hoje em parte da população (Hagedorn 2014; Wegren e O'Brien 2018).

Somente no final da década de 1980, quando novas reformas económicas e sociais são iniciadas nos Balcãs Ocidentais, com o colapso da Jugoslávia, é que as cooperativas iniciam um movimento de restauração baseado em seu modelo original, mas com o desenrolar da guerra da Bósnia e os conflitos subsequentes, o cooperativismo não era uma prioridade naquele momento (FAO 2013:15). Portanto, apenas com o estabelecimento das negociações de paz, no final da década de 90, e a necessidade de reconstrução económica e social dos países, é que o interesse pelas cooperativas é definitivamente retomado.

Dessa forma, ao procurar estabelecer relação entre o movimento cooperativo e processos de integração regional, é necessário destacar que o processo de formação das cooperativas nos Balcãs Ocidentais foi diferente do processo experimentado na Europa e, por esta razão, o contributo das cooperativas para a integração regional pode ser melhor observado no caso europeu do que no caso dos Balcãs Ocidentais (Chaves e Monzón 2017), o que não significa dizer que não há participação cooperativa no caso dos Balcãs Ocidentais.

#### 5.1.2. As cooperativas como instrumento catalisador de integração europeia

O processo de integração dos Balcãs Ocidentais é caracterizado por uma peculiaridade porque tem como fundamento o interesse de cada país da região em aderir a União Europeia (Volk et al 2014:11). Ademais, a União Europeia, além de definir seus critérios e requisitos para adesão, estimula e condiciona especificamente os países dos Balcãs Ocidentais a se integrarem regionalmente para que o processo de adesão bilateral seja mais suave e tranquilo como um todo<sup>91</sup>, como já mencionado.

Uma vez que o processo de integração dos Balcãs Ocidentais está relacionado à adesão à União Europeia, para observar o contributo das cooperativas e mesmo o efeito que elas proporcionam em um processo de integração será necessário, primeiramente, analisar as sinergias existentes entre o cooperativismo e a integração europeia e, posteriormente, buscar evidenciar sua participação no processo em andamento dos Balcãs Ocidentais.

O acesso à União Europeia é marcado por um complexo processo que tem como base o artigo 49º do Tratado da União Europeia:

---

<sup>91</sup> European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation_en). Acesso em 06 de setembro de 2023.

“Qualquer Estado europeu que respeite os valores referidos no artigo 2º<sup>92</sup> e esteja empenhado em promovê-los pode pedir para se tornar membro da União. O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais são informados desse pedido. O Estado requerente dirige o seu pedido ao Conselho, que se pronuncia por unanimidade, após ter consultado a Comissão e após aprovação do Parlamento Europeu, que se pronunciará por maioria dos membros que o compõem.

São tidos em conta os critérios de elegibilidade aprovados pelo Conselho Europeu. As condições de admissão e as adaptações dos Tratados em que se funda a União, decorrentes dessa admissão, serão objeto de acordo entre os Estados-Membros e o Estado peticionário. Esse acordo será submetido à ratificação de todos os Estados Contratantes, de acordo com as respetivas normas constitucionais<sup>93</sup>.”

A partir do disposto no Tratado, o primeiro passo para um país se tornar membro da União Europeia é cumprir com os critérios de adesão definidos no Conselho Europeu de Copenhaga, em 1993, denominados de Critérios de Copenhaga, que podem ser divididos em três amplos eixos:

- i) A existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os Direitos humanos, o respeito pelas minorias e a sua proteção;
- ii) A existência de uma economia de mercado que funcione efetivamente e capacidade de fazer face às forças de mercado e à concorrência da União; e
- iii) A capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a adesão aos objetivos de união política, económica e monetária<sup>94</sup>.”

Inicialmente, ao analisar estes dois fundamentos, tanto o art 49º do Tratado da União Europeia quanto o Critérios de Copenhaga, é possível estabelecer certa relação com os princípios do movimento cooperativo. A partir dessa relação, é possível identificar sinergias que permitem discutir ou visualizar as diretrizes estipuladas pela União Europeia em um

---

<sup>92</sup> Artigo 2.o do Tratado da União Europeia. “*A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.*”

<sup>93</sup> Tratado da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016M/TXT>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

<sup>94</sup> European Union Law (Eur-Lax). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/glossary/accession-criteria-copenhagen-criteria.html>. Acesso em 06 de setembro de 2023.

nível supranacional, do ponto de vista da integração, enquanto os princípios cooperativos, em uma escala menor, podem ser endereçados localmente, conforme o quadro abaixo<sup>95</sup>:

<b>Princípios Cooperativos</b>	<b>Artigo 49º do Tratado da EU</b>	<b>CrITÉrios de Copenhague</b>
1. Adesão Voluntária e Aberta	Princípio democrático e de adesão voluntária estão alinhados com a aspiração da UE de aceitar novos membros que compartilham valores democráticos e buscam a adesão voluntária ao bloco.	"Estabilidade das instituições democráticas" e "Respeito pelos direitos humanos e proteção das minorias".
2. Gestão Democrática	Reflete o compromisso com a governança democrática, um dos pilares do processo de adesão à UE.	"Instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito das minorias" é um critério.
3. Participação Econômica dos Membros	O princípio de compartilhar benefícios de forma equitativa está em linha com o objetivo de construir economias justas e de mercado na UE.	"Economia de mercado funcional"
4. Autonomia e Independência	Reflete o desejo de entidades autônomas, um princípio que está relacionado à necessidade de Estados-membros da UE manterem sua soberania.	A exigência de "capacidade de assumir as obrigações de adesão, incluindo a adesão ao objetivo da estabilidade econômica".
5. Educação, Formação e Informação	A busca pela educação e informação está alinhada com os valores da transparência e informação na UE.	Preocupações com a "capacidade de assumir as obrigações de adesão" e a necessidade de "instituições eficazes para implementar e fazer cumprir o acervo comunitário".
6. Cooperação entre Cooperativas	Reflete a ideia de trabalhar juntos em níveis nacional e internacional, o que pode ser comparado à cooperação entre Estados-membros na UE.	Pode ser relacionado ao compromisso de "relações de boa vizinhança" e "solução pacífica dos conflitos".
7. Preocupação com a Comunidade	O compromisso com o desenvolvimento sustentável da comunidade se alinha à ênfase na coesão social e regional na UE.	Pode ser vinculado à necessidade de "relações de boa vizinhança" e ao compromisso com a "estabilidade das fronteiras".

Essa sinergia inicial identificada pode ser mais bem estabelecida ao perceber a cooperativa como um agente catalisador de desenvolvimento do ponto de vista local, ou seja, em pequena escala. Ao aprofundar a análise, poder-se-á perceber que a cooperativa contribui com alguns Capítulos do acervo comunitário de um processo de adesão da União Europeia ou mesmo em um processo de integração regional. Por isso, é fundamental identificar os pontos nessa relação em que a cooperativa contribui e até mesmo destacar a capacidade

<sup>95</sup> Quadro elaborado pelo autor.

cooperativa no processo de integração ao examinar o *acquis communautaire*<sup>96</sup> incluído no terceiro ponto dos Critérios de Copenhaga.

No processo de integração europeu, uma vez que o país é reconhecido como candidato, passa por várias etapas até iniciar a adoção e a implementação do *acquis communautaire*. Neste momento, são abertos capítulos do *acquis* para negociação, avaliação e aprovação. Atualmente este acervo comunitário é composto de 35 capítulos que formam a base do acesso às negociações para cada país candidato. Assim, correspondem a diferentes áreas pelas quais o país candidato precisa se adaptar administrativamente e fazer com que a legislação nacional esteja harmonizada com a legislação da União Europeia nessas áreas<sup>97</sup>.

Dos 35 capítulos que compõe o acervo comunitário, as cooperativas podem ser diretamente relacionadas, identificadas e analisadas em cinco capítulos específicos, a saber: Capítulo 11, referente à agricultura e desenvolvimento rural; Capítulo 19, sobre política social e emprego; Capítulo 20, relacionado à política empresarial e industrial; Capítulo 26, que diz respeito à educação e cultura; e o Capítulo 27, relacionado ao meio ambiente. Ao observar o escopo dos mencionados Capítulos e a atividade cooperativa, pode-se argumentar que as cooperativas têm capacidade de ser reconhecida como um instrumento catalisador de integração regional não apenas por contribuir para a harmonização do acervo comunitário, mas por se revestir em empreendimento local capaz de aprimorar aspetos deficientes ou necessários para o cumprimento dos critérios de adesão, acelerando o processo de maneira ativa e dinâmica.

Nesse sentido, tendo em vista os Capítulos do acervo comunitário, do ponto de vista da contribuição do cooperativismo, é possível destacar que o estabelecimento de cooperativas tem demonstrado ser um instrumento efetivo para a diminuição da pobreza rural (Mojo et al., 2017), assim como pode aumentar a eficiência e produtividade de processos no meio rural por meio de aquisição de insumos e maquinário compartilhado (Abate et al., 2014; Ji et al., 2019). Ademais, possibilita aos produtores poder de barganha e facilita o acesso a mercados maiores (Gava et al., 2021). Pode, ainda, integrar produtores com atores da cadeia de abastecimento e mitigar questões de gênero (Fan et al., 2013; Ma e

---

<sup>96</sup> *Acquis communautaire* é a legislação acumulada, os atos jurídicos e as decisões judiciais que constituem o corpo do direito da União Europeia que surgiu desde 1993. O termo é francês: *acquis* que significa "aquilo que foi adquirido ou obtido" e *communautaire* que significa "da comunidade". Muitas vezes é chamado de acervo comunitário.

<sup>97</sup> European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations (DG NEAR). European Commission – Enlargement – Chapters of the *acquis*/negotiating chapters. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/conditions-membership/chapters-acquis\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/conditions-membership/chapters-acquis_en). Acesso em 23 de Agosto de 2023.

Abdulai, 2016; Zheng et al., 2012). De igual forma, apoia a construção de conhecimento e a criação de capital social localmente (Barham e Chitemi, 2009), o que é algo fundamental em um processo de integração quando se leva em conta a história de conflito nos Balcãs Ocidentais. Nesse sentido, importante destacar, ainda, que os pequenos produtores têm desempenhado um papel fundamental no que diz respeito a viabilidade rural (Grubbström e Sooväli-Sepping, 2012), especialmente permitindo segurança alimentar (Wegren e O'Brien, 2018) e esses vínculos ora estabelecidos são realizados por meio de uma cooperativa.

O estabelecimento de uma cooperativa pode apoiar na construção de capacidades, assim como a difusão de conhecimento e cocriação por aprendizado via pares entre produtores, os quais são chaves para adoção de boas práticas, adaptação de mudanças climáticas e estratégias contra risco. Por fim, é importante mencionar que as cooperativas podem ser atores centrais na governança local, por identificar relevantes inovações tecnológicas mudanças necessárias no gerenciamento rural, assim como na educação para o fortalecimento na liderança de produtores, promovendo empreendedorismo jovem e feminino (Gava et al 2021).

É neste sentido que a cooperativa pode ser associada ou mesmo observada juntamente com o conceito de *cosmopolitismo subalterno e insurgente* anteriormente proposto<sup>98</sup>, uma vez que possibilita a atores subordinados ou excluídos do processo de globalização se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses comuns ao utilizar o sistema internacional, seja por meio dos vínculos com organismos internacionais, como é o caso das cooperativas junto à Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) ou mesmo por intermédio das iniciativas, projetos e instituições que permitem o agrupamento de vozes muitas vezes subalternas, excluídas de um processo, não apenas participar, mas, também usufruir dos benefícios comuns, como é o caso da integração regional.

Destacar o contributo cooperativo no processo, assim como ressaltar essa capacidade *cosmopolita insurgente*, se faz necessário porque o processo de integração dos Balcãs Ocidentais visa, no longo prazo, a acessão a União Europeia. Portanto, a participação das cooperativas neste cenário possibilita, no curto e medio prazo, realçar o papel de agente local como ator internacional no sentido de contribuir não apenas no cenário regional dos Balcãs Ocidentais, mas localmente em cada país. Ademais, importante lembrar que, no caso dos países dos Balcãs Ocidentais, foram estabelecidas condições adicionais de adesão no chamado *Processo de Estabilização e Associação* (SAP), principalmente relacionadas com

---

<sup>98</sup> Ver Capítulo 3, item 3.4.

a cooperação regional e as boas relações de vizinhança. No entanto, é necessário, ainda, analisar o efeito catalisador que a cooperativa pode proporcionar, que será discutido de maneira pormenorizada no próximo item referente ao regionalismo<sup>99</sup>.

## **5.2. Regionalismo e Cooperativismo: A Participação de um Ator Local Não Evidente**

A participação e a contribuição das cooperativas no processo de integração europeu puderam ser observadas por meio da sinergia estabelecida entre os fundamentos da integração europeia - Tratado da União Europeia e Critérios de Copenhaga - e os princípios e valores do cooperativismo, além da relação estabelecida entre alguns dos pontos do acervo comunitário com ações e realizações empreendidas pelas cooperativas em áreas específicas correlatas. Portanto, no que diz respeito ao processo de adesão à União Europeia é possível identificar a participação cooperativa.

Com relação à integração dos Balcãs Ocidentais, esse contributo das cooperativas não é evidente, principalmente em razão do histórico do movimento cooperativo na região, como apresentado anteriormente no item 5.1 deste trabalho pelo fato de o processo ainda estar em andamento. Ademais, mesmo no caso da integração europeia, a participação de atores locais não é claramente perceptível, afinal, como discutido anteriormente, os principais modelos teóricos de integração que buscam explicar este fenômeno estão baseados em perspectivas neofuncionalistas e intergovernamentalistas que focam na atuação dos Estados e das entidades supranacionais como os responsáveis pelas iniciativas de integração. No processo de integração dos Balcãs Ocidentais, esta proeminência é acentuada até porque é um processo em andamento.

“RCC is a regionally owned and led organization assisting the EU and Euro Atlantic integration of Southeast Europe. Our main partners are the governments while local enterprises are not at all represented at RCC, because RCC is an inter-governmental structure. On specific actions we cooperate with partners outside the governmental sector such as chambers

---

<sup>99</sup> O apoio da UE à cooperação regional e à integração económica (intra)regional nos Balcãs Ocidentais surgiu em resposta às guerras jugoslavas na segunda metade da década de 1990. Além disso, desde o lançamento do Processo de Estabilização e de Associação em 1999, a cooperação regional tornou-se uma parte central da condicionalidade de adesão à UE, para além dos critérios de adesão de Copenhaga formulados em 1993. O impacto positivo que a cooperação regional tem prestado no processo de integração dos Balcãs Ocidentais revela-se, fundamental, no avanço da agenda da UE para a região em vários domínios, desde a liberalização do comércio e abertura do mercado (através do Acordo de Comércio Livre da Europa Central de 2006 - CEFTA) até à cooperação policial e à liberalização de vistos, promover a estabilidade e o crescimento económico.

of commerce or universities and business.” (Conversa com Jorida Shytaj, Oficial Sênior de Assuntos Políticos do RCC)

Isso não significa que não existam atores locais ou que as cooperativas não estejam, indiretamente, representadas, contempladas e participantes do processo. Os próprios mecanismos e estrutura de governança global mencionam a possibilidade de participação e interação.

“Regarding collaboration of RCC with universities, NGOs and businesses, there isn’t a specific platform. It is mainly *ad hoc* based on specific processes, such as women economic empowerment or green agenda” (Conversa com Jorida Shytaj, Oficial Sênior de Assuntos Políticos do RCC)

Nesse sentido, é interessante notar que a *South East Europe 2030 Strategy (SEE 2030 Strategy)*<sup>100</sup>, organizada pelos países membros do SEECP, assim como pelo RCC, destaca o formato tradicional dos processos de governança global como insuficiente para o completo envolvimento dos atores e beneficiários de um processo de integração, ou seja, a perspectiva orientada de “cima-para-baixo”, demonstra a falta de interação com atores locais e não prevê uma maior participação de outros atores como as cooperativas.

“The top-down oriented process of programming and implementation of actions did not provide for sufficient involvement of the implementers and intended beneficiaries on the ground, such as the private sector and its related institutions. Furthermore, limitations were detected in access to and operationalisation of available funding; frequent succumbing to a silo approach; weak capacities and/or lacking mandates of some regional coordinators; and challenges in target formulations and data collection.” (RCC-SEE 2030 2021:5)

Com base na coleta e análise de dados, percebe-se que o relacionamento entre as cooperativas e o RCC é realizado de maneira indireta, ora por mecanismos ou plataformas próprias estabelecidas, ora por intermédio de outros atores como a Organização Internacional do Trabalho (ILO) que reúne diversos projetos na região onde as cooperativas são o agente principal das ações de tais projetos.

A *SEE 2030 Strategy* ressalta ser necessário um fortalecimento na cooperação regional em setores já existentes dentro da região e entre a região e a União Europeia capaz

---

<sup>100</sup> Os líderes do SEECP incumbiram o RCC de desenvolver uma estratégia de longo prazo para a região do Sudeste Europeu, seguindo os sucessos e lições aprendidas com a Estratégia SEE 2020 anterior e com base no Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Objetivos (ODS da ONU). O objectivo é alcançar um crescimento económico regionalmente sustentável, a fim de reduzir a pobreza e as desigualdades, melhorar a inclusão social, capacitar as mulheres, desacelerar o despovoamento, melhorar a qualidade de vida geral dos cidadãos e acelerar a transição ecológica e digital sem perturbar a competitividade e o desenvolvimento do setor privado.

de oferecer uma estrutura mínima a partir de organizações chaves nas muitas dimensões políticas (RCC-SEE 2030 2021:6). A Estratégia também reconhece essa necessidade de aproveitar o capital social dos setores e instituições para fortalecer a integração inter e intrarregional dos Balcãs Ocidentais. No caso do cooperativismo, este ponto procura mesmo responder a uma necessidade específica apresentada pelo Relatório da Comissão Europeia sobre Economia Social na Vizinhança Oriental e nos Balcãs Ocidentais:

“The lack of a regulatory framework for social economy development is cumbersome (...), not allowing socially driven initiatives full and needed recognition (...) none of the countries have implementation tools. In practice (...) social enterprises do not receive needed public recognition, do not enjoy tax benefits, and are struggling with administrative burden and inconsistent implementation of regulations. Social economy is seen as an inclusion model mostly for people with disabilities, with few countries having defined other vulnerable groups as beneficiaries of the employment model created by social enterprises.” (Rosandić 2018:5)

Assim, fica perceptível que, apesar da existência e da participação de entidades de economia social, há uma falta de apoio por parte dos países dos Balcãs Ocidentais em estabelecer estrutura legal que apoie e possibilite o funcionamento da cooperativa, como mencionado no Capítulo 3, item 3.1.3 deste trabalho sobre o Direito Cooperativo. Enquanto a Comissão aponta esta lacuna, a *SEE 2030 Strategy* parece incitar e até destacar a necessidade de um maior envolvimento deste setor.

“The involvement of civil society, private sector and local authorities is extremely important for the successful implementation of SDGs. Many aspects of SDGs could be better addressed through the localization of their implementation. The principle of subsidiarity will thus act as one of the main corresponding implementation principles of the SEE 2030 for a fact-based localization, where appropriate. In this regard, the management structures of SEE would offer ample space for the involvement of private sector, academia, and local authorities. If agreed, sub-structures for steering the relevant parts of SEE 2030 would be recommended to these stakeholders for them to take the lead” (RCC-SEE2030 2021:31)

A esse respeito, a *SEE 2030 Strategy* procura incorporar essa capacidade local nas prioridades da integração como uma grande contribuição na criação de sinergias entre os níveis regionais, sub-regionais, econômico e locais (RCC-SEE2030 2021:33), principalmente por meio da *Employment and Social Affairs Platform 2* (ESAP2)<sup>101</sup>, o que pode remeter à

---

<sup>101</sup> A Plataforma de Emprego e Assuntos Sociais (ESAP 2) é um projeto regional financiado pela UE e implementado conjuntamente pelo Conselho de Cooperação Regional e pela Organização Internacional do Trabalho (ILO). O ESAP 2 é uma continuação do projeto ESAP original implementado na região de 2016 a 2019 e visa aproveitar as suas realizações. Os principais beneficiários da parte do projeto do RCC são os Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais e os Serviços Públicos de Emprego das seis economias dos

discussão anteriormente abordada sobre sinergias entre cooperativismo e os fundamentos da integração europeia. Portanto, a Estratégia reconhece essa importância dos atores locais, prevê a participação e chega a mencionar uma construção desta relação em diferentes níveis.

“The regional dialogue means communication between SEE governance structures, the authorities formally responsible for the implementation of SEE 2030 Strategy in each SEE economy and the relevant stakeholders through existing or new dialogue mechanisms and instruments involving SEE economies. At least one regional dialogue mechanism is to be established with the civil society, think-tanks and academia, and representatives of private sector, local authorities, and other relevant stakeholders in the context of SEE 2030 Strategy and UN Sustainable Development Goals. In case of necessity, the regional dialogue with civil society, think-tanks and academia, private sector, local authorities and other stakeholders would be extended in a way to enhance and regularize dialogue with each stakeholders group separately. The formal creation of regional dialogues requires consent of the SEEC Political Directors and decision of RCC Board.” (RCC-SEE2030 2021:54)

Com base no Relatório da Comissão Europeia sobre Economia Social na Vizinhança Oriental e nos Balcãs Ocidentais (Rosandić 2018), assim como na *SEE 2030 Strategy* (2021), percebe-se que a participação e atuação no processo de integração por parte das cooperativas não é evidente ou diretamente destacado. No entanto, ao observar a atuação dos organismos internacionais que cooperam e participam do processo como agentes supranacionais, é possível identificar a contribuição das cooperativas em diversos projetos, iniciativas e atividades que, indiretamente, contribuem para a integração da região dos Balcãs Ocidentais. Portanto, as cooperativas têm funcionado como um catalisador de muitas ações, embora em um processo híbrido com organismos internacionais tais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Internacional do Trabalho (ILO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), dentre outros.

Ademais, necessário destacar que os países dos Balcãs Ocidentais dispõem de infraestruturas de apoio sob a forma de organizações intermediárias, incubadoras, aceleradores, centros de formação, programas de mentoria, juntamente com financiamento, bem como redes que defendem o interesse dos intervenientes da economia social (Rosandić 2018). Neste cenário, as cooperativas estão incluídas em diversos segmentos e soluções, pois, de acordo com seus sete princípios, podem ser percebidas em diversos cenários como empreendimentos locais capazes de alavancar essas características relacionadas à economia

---

Balcãs Ocidentais. O projeto também tem parceria com homólogos trabalhistas e de assuntos sociais na União Europeia (UE).

social. É neste sentido que se faz notar, mais uma vez, o aspecto do *cosmopolitismo insurgente*.

Dessa forma, tendo em vista iniciativas híbridas que levam em consideração a capacidade cooperativa e a atuação dos organismos internacionais observadas, é possível destacar algumas áreas específicas - que também podem ser/estar relacionadas ao *acquis communautaire* - em que o cooperativismo tem contribuído na integração dos Balcãs Ocidentais de modo não-evidente, mas como um ator catalisador.

A primeira delas tem, inclusive, extrapolado a esfera da integração regional, que é o desenvolvimento rural, a agricultura, o emprego e a inclusão social, e pode ser vinculada até mesmo às ações de reconstrução da paz, uma vez que, além de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, também possibilitou a integração dos indivíduos em um nível local, de modo que grupos anteriormente separados pelo conflito estão a conviver por intermédio da estrutura possibilitada pela cooperativa.

With the support of Gruppo di Volontariato Civile (GVC), an Italian NGO, and Legacoop, an Italian federation of cooperative enterprises, multi-ethnic agri-food cooperatives were established in the Canton of Zenica-Doboj. The cooperatives created space for dialogue and inter communal exchange between groups and individuals. They contributed to a process of normalisation that had already begun in the country to build trust between people. Despite conflicts that arose between Croatian, Serbian and Bosnian farmers, the cooperative provided an opportunity to bring to light misunderstandings and to find ways toward enhanced trust and peaceful coexistence<sup>102</sup>.

O referido projeto pode ser relacionado a diversos capítulos do *acquis communautaire*, além daqueles destinados ao desenvolvimento agrícola, emprego e aspectos sociais. Também é possível verificar neste caso a maneira híbrida pela qual as cooperativas têm atuado e têm sido representadas nos órgãos de governança global da região, sempre por meio de um organismo internacional. Nesse mesmo sentido, vale destacar projetos recentes do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD) que têm fomentado iniciativas cooperativas na região dos Balcãs Ocidentais por meio do Programa de Fomento de Competitividade Rural (RCDP). Tais iniciativas procuram estabelecer pequenos agrupamentos agrícolas juntamente com pequenas e médias empresas e outros atores do

---

<sup>102</sup> Comitê para Promoção e o Avanço das Cooperativas (COPAC COOP). Transforming our world: A cooperative 2030 Cooperative contributions to SDG 16. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_ent/---coop/documents/publication/wcms\\_711383.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_711383.pdf). Acesso em 06 de setembro de 2023.

setor agrícola, com vistas a implementar desenvolvimento rural, prosperidade local e alívio da pobreza, além de promover a inclusão social.

The project (Rural Enterprises and Agricultural Development Project) intends to contribute to rural economic development and poverty reduction by improving livelihoods, generating revenue, and enhancing the living standards of target households through their engagement in profitable agribusiness and employment opportunities. It will support the country's efforts to modernize agriculture and improve food security and incomes of commercial and non-commercial farmers as well as of on- and off-farm enterprises<sup>103</sup>.

É curioso notar que o referido projeto tem funcionado igualmente de maneira híbrida, isto é, uma vez apresentada a proposta aos agricultores, eles mesmos estabeleceram e registaram os agrupamentos. Portanto, a iniciativa partiu da base, em uma perspectiva *bottom-up* em um processo conjunto entre as cooperativas e agentes internacionais, como o IFAD neste caso. Ainda que nem todos os agrupamentos do projeto não se identifiquem como cooperativas, os agricultores podem, futuramente, vir a se organizar neste formato e proporcionar um trabalho em conjunto como tem ocorrido na região. De acordo com o IFAD, estes agrupamentos já permitiram estabelecer cinco cooperativas além de consolidar outras doze. Ao todo, foi estabelecida uma rede de 700 agricultores até o momento<sup>104</sup>.

Com relação ao aspeto jurídico e mesmo voltado para legislação cooperativa específica na região dos Balcãs Ocidentais, a representação europeia da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA), em parceria com a União Europeia e cooperativas alemãs e italianas, organizaram, em 2012, diversos eventos na região para discutir a questão relacionada à necessidade de se estabelecer e implementar arcabouço jurídico específico para as cooperativas<sup>105</sup>. A partir desta iniciativa, um projeto<sup>106</sup> foi iniciado em Montenegro com

---

<sup>103</sup> Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD). Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/operations/-/project/2000001813>. Acesso em 06 de setembro de 2023.

<sup>104</sup> Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD). Disponível em: <https://www.ifad.org/es/web/latest/-/en-bosnia-y-herzegovina-las-agroindustrias-rurales-se-agrupan-para-prosperar>. Acesso em 06 de setembro de 2023.

<sup>105</sup> Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Disponível em <https://www.ica.coop/es/node/4254>. Acesso em 06 de setembro de 2023.

<sup>106</sup> A conferência *The Case for Gateway Cooperatives in Montenegro and the Balkans*, realizada em Podgorica no dia 3 de julho de 2012, apresentou um balanço dos resultados alcançados de um projeto europeu de um ano, em particular através do desenvolvimento de uma nova lei cooperativa moderna. Representantes de cooperativas de 8 países dos Balcãs, bem como da Turquia, discutiram os principais desafios e oportunidades das cooperativas na região dos Balcãs. O projeto, cofinanciado pela UE “Introdução da economia social e reabilitação do sistema cooperativo de apoio ao desenvolvimento rural no Montenegro” foi lançado em setembro de 2011 e foi implementado pela Cooperatives Europe e pela organização italiana COSV com o apoio do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e União das Cooperativas de Montenegro. O projeto engloba a vontade e as necessidades expressas por diferentes instituições e órgãos montenegrinos para apoiar o processo legislativo para a harmonização das leis cooperativas já existentes. O CECOP também participou

o objetivo de prestar apoio para a preparação de leis que pudessem viabilizar o estabelecimento de cooperativas para o desenvolvimento rural nos países (ILO 2015<sup>107</sup>).

De maneira semelhante, na área de emprego, desenvolvimento social e econômico, assim como inclusão, outro caso a ser mencionado está relacionado à população *romani* na Sérvia. As cooperativas têm sido atores importantes para essa população, principalmente na Sérvia, uma vez que os *romani* tradicionalmente, durante décadas, são a principal força de trabalho - embora informal - no sector de gestão de resíduos do país<sup>108</sup>. A esse respeito, importante ressaltar que parte da indústria de gestão de resíduos e reciclagem da Sérvia conta com o trabalho de catadores *romani*. Neste caso, a participação das cooperativas é realizada por meio de programa da Organização Internacional do Trabalho (ILO) que permite a formalização do trabalho, assim como a inclusão destes trabalhadores pelas cooperativas em projetos de gestão de resíduos e reciclagem. Em muitos casos, os referidos projetos são socialmente desejáveis, economicamente viáveis e ambientalmente saudáveis (Medina 2008). O estabelecimento de cooperativas tem fortalecido a participação dessa população assim como inclusão, reunindo quantidades competitivas de matérias-primas e aumentando seu poder de barganha<sup>109</sup>.

No setor da energia, o estudo *Energy cooperatives Comparative analysis in Eastern Partnership countries and Western Balkans*<sup>110</sup>, elaborado pelo *Women Engage for a Common Future* (WECF), em parceria com a Cooperativa de Energia Verde (Zelena Energetska Zadruga-ZEZ), destaca a contribuição das cooperativas para o tema da energia na região dos Balcãs Ocidentais. De acordo com o estudo,

“Energy communities, and thus energy cooperatives, can have an essential role in supporting national governments and the EU to achieve their climate and energy objectives of a fossil free and socially sound transformation. (...) Cooperative structures encourage strong commitment, they reduce transaction costs and also mistrust in authorities, and they

---

no projeto com o objetivo de fornecer a sua experiência para um quadro jurídico adequado para as cooperativas sociais, mas também para sugerir iniciativas a favor do desenvolvimento cooperativo nos sectores do turismo e dos serviços, bem como nas cooperativas de artesanato.

<sup>107</sup> Organização Internacional do Trabalho (ILO). The Story of the ILO’s Promotion of Cooperatives Recommendation, 2002. Disponível em: [https://www.ilo.org/empent/units/cooperatives/WCMS\\_371631/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/empent/units/cooperatives/WCMS_371631/lang--en/index.htm). Acesso em 06 de setembro de 2023.

<sup>108</sup> Energy cooperatives Comparative analysis in Eastern Partnership countries and Western Balkans. Disponível em: <https://www.wecf.org/comparative-study-on-energy-cooperatives-in-eastern-europe-and-the-western-balkans/> Acesso em 06 de setembro de 2023.

<sup>109</sup> Organização Internacional do Trabalho. Tackling informality in e-waste management: The potential of cooperative enterprises. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_dialogue/---sector/documents/publication/wcms\\_315228.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_315228.pdf). Acesso em 06 de setembro de 2023.

<sup>110</sup> Energy cooperatives Comparative analysis in Eastern Partnership countries and Western Balkans. Disponível em: <https://www.wecf.org/comparative-study-on-energy-cooperatives-in-eastern-europe-and-the-western-balkans/> Acesso em 06 de setembro de 2023.

encourage individual actions for sustainable development. (...) Cooperatives improve cohesion within communities by building trust and confidence. (...) Energy cooperative projects do not stand alone, rather they are part of a comprehensive ‘community developing’ policy, fostering a wider diffusion of new energy structures as technical, economic, and societal models.”

Na Macedônia do Norte, também no âmbito do desenvolvimento rural, agricultura, emprego e inclusão social, o projeto *Support to Development of Agricultural Cooperatives*, coordenado pelo *CARE International*<sup>111</sup>, juntamente com o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OHCA) e União Europeia, apresentou em seu relatório final que os projetos cooperativos estabelecidos na região possibilitaram uma melhoria nas práticas agrícolas e modernização das propriedades rurais:

“Creation of new and the strengthening of existing cooperatives. Farmers, who benefitted from the project received a well-perceived training and funding for the upgrades in farm infrastructure. Consequently, this led to some visible improvements in their agricultural practices and modernization of the farms. New business models, based on cooperative structures were adopted in North Macedonia. The ACs sector gained a visible representation through the umbrella organization<sup>112</sup>.”

É possível listar outros exemplos semelhantes que permitam observar a atuação das cooperativas como um agente catalisador em processos de integração regional. Portanto, a cooperativa é um ator não evidente. Seja pelo formato híbrido em que as iniciativas cooperativas são realizadas ou mesmo em razão do histórico do cooperativismo na região, o processo de integração dos Balcãs Ocidentais tem contado com ações cooperativas, ainda que esse contributo possa ser mais bem aproveitado se, de facto, observado a partir de uma perspectiva “de-cima-para-baixo”, como sugere a *SEE 2030 Strategy*, aproveitando o potencial *cosmopolita insurgente* inerente à essência cooperativa.

---

<sup>111</sup> Care International. Disponível em: <https://www.care-international.org/our-work/where-we-work/north-macedonia>. Acesso em 06 de setembro de 2023.

<sup>112</sup> OCHA ONU <https://reliefweb.int/report/republic-north-macedonia/final-evaluation-support-development-agricultural-cooperatives>

## 6. Conclusão

A investigação teve como objetivo o de identificar qual efeito as cooperativas têm no processo de integração regional e como as cooperativas têm contribuído para o avanço do processo inter- e intra- região. Para a realização da investigação, o movimento cooperativista foi analisado a partir do contexto de integração regional dos Balcãs Ocidentais, especificamente no Processo de Cooperação do Sudeste Europeu (SEECp), assim como no Conselho de Cooperação Regional (RCC).

Com base em um estudo de caso, foi possível coletar dados de diversos relatórios, documentos e materiais do Conselho de Cooperação Regional (RCC), assim como da Aliança Internacional das Cooperativas (ICA) e da própria União Europeia, a fim de avaliar a participação e o contributo das cooperativas para o processo. Além dos referidos organismos internacionais, foram igualmente analisados dados e estudos de instituições internacionais tais como, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD) e Organização Internacional do Trabalho (ILO), em razão da presença e interlocução dessas entidades com o RCC e a ICA. O estabelecimento de categorias a partir dos dados coletados, relacionadas aos objetivos específicos da investigação, possibilitaram triangulação necessária entre os dados e o desenvolvimento teórico discutido ao longo da investigação para responder as perguntas propostas.

Os resultados dessa triangulação apresentam as cooperativas como um empreendimento local capaz de produzir um efeito catalisador no processo de integração. Isso porque ao observar o contributo local das cooperativas em diversos pontos do *acquis communautaire*, ela se reveste em um mecanismo de aprimoramento dos aspetos deficientes ou necessários para o cumprimento de muitos dos critérios de adesão, acelerando o processo de maneira ativa e dinâmica, como um catalisador. Uma vez que o objetivo da integração dos Balcãs Ocidentais, a longo prazo, é cumprir com esses pontos, as cooperativas podem ser repensadas como um ator relevante no processo.

Especificamente no caso dos Balcãs Ocidentais, o contexto histórico e as peculiaridades da região não permitem verificar uma participação evidente das cooperativas nos mecanismos regionais estabelecidos, seja o SEECp ou o RCC, ainda que, de acordo com os estudos, relatórios e documentos de diversos organismos internacionais atuantes na região seja notório o contributo e a participação. Essa ausência do cooperativismo nos mecanismos

regionais pôde ser explicada por duas razões: a falta de arcabouço jurídico cooperativo nos países da região e o processo integrador ter uma tradição liberal voltada para uma perspectiva de menor participação de vozes locais. A própria *SEE Strategy 2030* da região deixa essa perspectiva *de-baixo-para-cima* como um desafio a ser superado na introdução do documento.

Dessa forma, as cooperativas podem ser caracterizadas nos Balcãs Ocidentais como um ator catalisador não-evidente em razão do formato dos processos de integração ainda em andamento. No entanto, este efeito catalisador pode ser mais bem percebido no caso dos Balcãs Ocidentais ao associar a participação cooperativa com a ideia de *cosmopolitismo insurgente* justamente por possibilitar uma participação nas estruturas internacionais de agentes na maioria das vezes excluídos ou até mesmo subalternos de um processo como este de integração. Portanto, as cooperativas como empreendimento local, de uma maneira híbrida - até porque necessita de um vínculo internacional, seja por meio da ICA ou outro organismo, como a ILO ou IFAD - agrupa, reúne, organiza essa parcela local que em um processo de perspectiva liberal não é possível observar.

Importante destacar que o processo de integração regional dos Balcãs Ocidentais tem aspectos próprios, principalmente porque ao tempo em que busca cooperação intrarregional a curto prazo, cada país da região vislumbra aderir ao bloco europeu no longo prazo. Essa relação inter-regional e intrarregional faz com que o processo não esteja totalmente desvinculado dos aspectos de integração europeia e por essa razão as comparações ou mesmo metas e objetivos estejam próximos do processo europeu. Assim, o destaque que a Comissão Europeia dentre outras agências e entidades do bloco têm dado às cooperativas e até mesmo aos empreendimentos de economia social para o desenvolvimento precisa ser investigado e mais bem compreendido no âmbito do processo de integração dos Balcãs Ocidentais. Da mesma forma, a investigação conduz a um argumento de que é preciso um maior enfoque em investigações que levem em consideração outros atores, especialmente em uma perspectiva local, como uma alternativa aos desafios recorrentes do processo que necessitam não apenas de um olhar aprofundado e direcionado à sociedade, mas que considere maior participação dela nos processos decisórios de modo a se constituir em uma integração duradoura.

## 7. Referências Bibliográficas

- Adams, T. C. (2006). The SECI Legacy. In *10 Years Southeast European Cooperative Initiative* (pp. 184-187). Springer, Vienna.
- Aliança Internacional das Cooperativas (ACI). Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/our-members/global-cooperative-network>. Acesso em 03 de agosto de 2020.
- Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Congressos. Website: <https://www.ica.coop/en/events/ica-global-conference-and-general-assembly>
- Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Disponível em <https://www.ica.coop/es/node/4254>. Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Facts and Figures. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/our-members/global-cooperative-network>. Acesso em 18 de julho de 2023.
- Aliança Internacional das Cooperativas (ICA). Organograma da ICA. Assembleia Geral. Website: <https://www.ica.coop/en/about-us/our-structure/alliance-organigram>. Acesso em 30 de julho de 2020
- Babos, P., Clarence, E., & Noya, A. (2007, November). Reviewing OECD experience in the social enterprise sector. In *An OECD LEED Centre for Local Development international seminar held in conjunction with the Third DECIM Roundtable, November* (pp. 15-18).
- Ball, P., Tabeau, E., & Verwimp, P. (2007). Hi CN Households in Conflict Network.
- Barham, J., & Chitemi, C. (2009). Collective action initiatives to improve marketing performance: Lessons from farmer groups in Tanzania. *Food policy*, 34(1), 53-59.
- Begg, I. (2021). The European Union and Regional Economic Integration: Creating Collective Public Goods-Past, Present and Future. Briefing Paper, European Parliamentary Research Service. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/689369/EPRS\\_BRI\(2021\)689369\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/689369/EPRS_BRI(2021)689369_EN.pdf).
- Belloni, R. (2013). Bosnia: Dayton is Dead! Long Live Dayton!. In *Pathways from Ethnic Conflict* (pp. 95-115). Routledge.
- Belloni, R., & Jarstad, A. (2012). Hybrid Peace Governance: Impact and Prospects of Liberal Peacebuilding. *Global Governance*, 18(18 (1)), 1-6.
- Berthelot, Y. (2006). Contribution of the ECE to SECI. In *10 Years Southeast European Cooperative Initiative* (pp. 168-171). Springer, Vienna.
- Bieber, F. (2014). Undermining democratic transition: the case of the 1990 founding elections in Bosnia and Herzegovina. *Southeast European and Black Sea Studies*, 14(4), 548-555.
- Bieber, F. (2014). Ungovernable Bosnia—From the Ruling of the European Court of Human Rights on the Sejdic-Finci Case to the Government Crisis. *IEMed Yearbook*, (186-188).

- Bieri, M. (2015). The Western Balkans between Europe and Russia. *CSS Analyses in Security Policy*, 170.
- Biermann, F., Guérin, N., Jagdhuber, S., Rittberger, B., & Weiss, M. (2019). Political (non-) reform in the euro crisis and the refugee crisis: a liberal intergovernmentalist explanation. *Journal of European Public Policy*, 26(2), 246-266.
- Bietti, E., Etxeberria, A., Mannan, M., & Wong, J. (2021). Data Cooperatives in Europe: A Legal and Empirical Investigation. *White Paper Created as Part of The New School's Platform Cooperativism Consortium and Harvard University's Berkman Klein Center for Internet & Society Research Sprint*.
- Bijman, J., Muradian, R., & Cechin, A. (2012). Agricultural cooperatives and value chain coordination. In *Value Chains, Social Inclusion and Economic Development* (pp. 82-101). Routledge.
- Birchall, J. (1997). *The international co-operative movement*. Manchester University Press.
- Birchall, J., & Simmons, R. (2009). Co-operatives and poverty reduction. *Manchester: Co-op College*, 13(1), 1-60.
- Bojnec, S. (2005). *Agriculture in post-war Bosnia and Herzegovina: Social buffer vs. development* (No. 724-2016-49329).
- Börzel, T. A., & Risse, T. (2018). From the euro to the Schengen crises: European integration theories, politicization, and identity politics. *Journal of European Public Policy*, 25(1), 83-108.
- Bringa, T. (2004). The peaceful death of Tito and the violent end of Yugoslavia. *Death of the father: An anthropology of the end in political authority*, 148-200.
- Burg, S. L., & Shoup, P. S. (1999). *The war in Bosnia-Herzegovina: Ethnic conflict and international intervention*. ME Sharpe.
- Burgess, J. P. (2009). There is no European security, only European securities. *Cooperation and conflict*, 44(3), 309-328.
- Busek, E. (2006). *10 Years Southeast European Cooperative Initiative: From Dayton to Brussels*. Springer.
- Čadro, S., Berjan, S., El Bilali, H., Žurovec, O., Simić, J., & Rajčević, B. (2012). Governance of Adaptation to And Mitigation of Climate Change on Agricultural, Forest and Water Resources in Bosnia. In *Third International Scientific Symposium" Agrosym Jahorina*.
- Camisão, I. (2014). Título do Verbetes. Em N. C. Mendes & F. P. Coutinho (Eds.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Publicações Dom Quixote.
- Care International. Disponível em: <https://www.care-international.org/our-work/where-we-work/north-macedonia>. Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Carmichael, C. (2015). *A concise history of Bosnia*. Cambridge University Press.
- Chagwiza, C., Muradian, R., & Ruben, R. (2016). Cooperative membership and dairy performance among smallholders in Ethiopia. *Food policy*, 59, 165-173.
- Christiansen, T., Wiener, A., & Jorgensen, K. E. (2001). The social construction of Europe. *The Social Construction of Europe*, 1-248.

- Chrysochoou, D. N. (1997). New challenges to the study of European integration: Implications for theory-building. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 35(4), 521-542.
- Cohen, L. J., & Lampe, J. R. (2011). Embracing democracy in the Western Balkans. *From Post-conflict Struggles toward European Integration*. Washington, DC.
- Collomp, E. (2020). *Democracy and human rights in the EU enlargement process: focus on corruption from a human rights and democratic perspective, in relation to the EU accession of Western Balkan official candidates* (Doctoral dissertation).
- Comissão Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52004DC0018>. Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Comissão Europeia. *European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations (DG NEAR)*. Acesso em 15 de maio de 2023. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/bosnia-and-herzegovina\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/bosnia-and-herzegovina_en)
- Comissão Europeia. *European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations (DG NEAR)*. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/albania\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/albania_en).
- Comissão Europeia. *Western Balkans Summit in Sofia: Important steps taken to advance regional cooperation to boost socio-economic recovery and convergence with the EU*. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_20\\_2051](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_2051). Acesso em: 25 de maio de 2021
- Comité Económico e Social Europeu. Parecer INT/875 sobre contributo das empresas da economia social para uma Europa mais coesa e democrática. Carta de 20 de setembro de 2018.
- Comitê para a Promoção e Avanço das Cooperativas (COPAC). Disponível em <https://www.copac.coop/>. Acesso em 17 de julho de 2023.
- Comitê para Promoção e o Avanço das Cooperativa (COPAC COOP). Transforming our world: A cooperative 2030 Cooperative contributions to SDG 16. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_ent/---coop/documents/publication/wcms\\_711383.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_711383.pdf). Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Communication on EU enlargement policy. Communication from the commission to the European Parliament, the council, the European economic and social Committee, and the committee of the regions. Brussels, 6.10.2020.
- Cooperativa Internacional de Habitação (CHI). Website: <https://www.housinginternational.coop/become-a-member/>. Acesso em 28 de julho de 2020
- da Silva Ilha, P. C. (2008). A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. *Revista da FAE*, 11(2).
- Curtice, J. (2017). Why leave won the UK's EU referendum. *J. Common Mkt. Stud.*, 55, 19.
- Dalton-Puffer, C., Hüttner, J., & Llinares, A. (2022). CLIL in the 21st Century: Retrospective and prospective challenges and opportunities. *Journal of Immersion and Content-Based Language Education*, 10(2), 182-206.
- Delevic, M. (2007) Regional Cooperation in the Western Balkans, Chaillot Papers, No.104.

- Delevic, M. (2007). *Regional cooperation in the Western Balkans* (Vol. 104). Brussels: Institute for Security Studies.
- Deutsch, K. W. (2015). *Political community and the North American area* (Vol. 2305). Princeton University Press.
- Duffield, J. S. (1994). NATO's Functions after the Cold War. *Political Science Quarterly*, 109(5), 763-787.
- Dumond, V.R.S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília. 2010.
- Dunne, T., Hansen, L., & Wight, C. (2013). The end of International Relations theory?. *European Journal of International Relations*, 19(3), 405-425.
- Ehrhart, H. G. (1998). Prevention and regional security: The Royaumont process and the stabilization of South-Eastern Europe. *OSCE Yearbook*, 327-346.
- Ehrhart, H. G. (2000). The Stability Pact for South Eastern Europe-Strategic Success or Botched-up Bungle?. *OSCE Yearbook 2000*, 163-177.
- Eilstrup-Sangiovanni, M. (2006). Debates on European integration: A reader. (*No Title*).
- Energy cooperatives Comparative analysis in Eastern Partnership countries and Western Balkans. Disponível em: <https://www.wecf.org/comparative-study-on-energy-cooperatives-in-eastern-europe-and-the-western-balkans/> Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Energy cooperatives Comparative analysis in Eastern Partnership countries and Western Balkans. Disponível em: <https://www.wecf.org/comparative-study-on-energy-cooperatives-in-eastern-europe-and-the-western-balkans/> Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Espagne, F. (2000). Les fondements pluriels de la créativité coopérativiste. *Economie et Humanisme*, 22-26.
- Europe, C. CEDP.(2019). *Cooperatives and Peace: Strengthening Democracy, Participation and Trust. A Case Study Approach*.
- European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation_en). Acesso em 25 de maio de 2021.
- European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation_en). Acesso em 25 de maio de 2021
- European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation_en). Acesso em 06 de setembro de 2023.
- European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/regional-cooperation_en). Acesso em 18 de maio de 2023.

- European Commission. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/policy-highlights/regional-cooperation_en). Acesso em 06 de setembro de 2023.
- European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations (DG NEAR). European Commission – Enlargement – Chapters of the acquis/negotiating chapters. Disponível em: [https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/conditions-membership/chapters-acquis\\_en](https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/conditions-membership/chapters-acquis_en). Acesso em 23 de Agosto de 2023.
- European Union Law (Eur-Lax). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/glossary/accesion-criteria-copenhagen-criteria.html>. Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Fairbairn, B. (1994). *The meaning of Rochdale: The Rochdale pioneers and the co-operative principles* (No. 1755-2016-141554).
- Fan, S., Brzeska, J., Keyzer, M., & Halsema, A. (2013). *From subsistence to profit: Transforming smallholder farms* (Vol. 26). Intl Food Policy Res Inst.
- Fawcett, L. (2008, August). Regionalism in world politics: Past and present. In *Elements of regional integration* (pp. 13-28). Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. KG.
- Fawcett, L. L. E., & Hurrell, A. (1995). Regionalism in world politics: regional organization and international order.
- Fawcett, Louise. “Exploring Regional Domains: A Comparative History of Regionalism.” *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)* 80, no. 3 (2004): 429–46. <http://www.jstor.org/stable/3569018>.
- Franco, M. L. P. B. (2021). Análise de conteúdo [livro eletrônico]–1. Ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados.
- Friedman, F. (2004). *Bosnia and Herzegovina: A Polity on the Brink* (1st ed.). London: Routledge.
- Friis, L., & Murphy, A. (2000). 'Turbo-charged negotiations': the EU and the Stability Pact for South Eastern Europe. *Journal of European Public Policy*, 7(5), 767-786.
- Friis, L., & Murphy, A. (2000). Negotiating in a Time of Crisis: The EU's Response to the Military conflict in Kosovo.
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD). Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/operations/-/project/2000001813>. Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD). Disponível em: <https://www.ifad.org/es/web/latest/-/en-bosnia-y-herzegovina-las-agroindustrias-rurales-se-agrupan-para-prosperar>. Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Galera, G., & Borzaga, C. (2009). Social enterprise: An international overview of its conceptual evolution and legal implementation. *Social enterprise journal*, 5(3), 210-228.
- Gardner, B. L., & Lerman, Z. (2006). *Agricultural cooperative enterprise in the transition from socialist collective farming* (No. 888-2016-65064).

- Genschel, P., & Jachtenfuchs, M. (2018). From market integration to core state powers: The Eurozone crisis, the refugee crisis and integration theory. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 56(1), 178-196.
- Gijselinckx, C., & Bussels, M. (2014). Farmers' Cooperatives in Europe: Social and Historical Determinantes of Cooperative Membership in Agriculture. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 85(4), 509-530.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.
- Glenny, M. (1996). The fall of Yugoslavia: The third Balkan war. (*No Title*).
- Gligorov, V. (2001). Balkan Observatory. *Stability Pact*, May, 30.
- Grubbström, A., & Sooväli-Sepping, H. (2012). Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. *Journal of Historical Geography*, 38(3), 329-339.
- Haas, E. (1968). Detrás de la Nación-Estado. Funcionalismo y Organismos Internacionales.
- Haas, E. B. (1958). The challenge of regionalism. *International Organization*, 12(4), 440-458.
- Haas, E. B. (2004). The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957 (Original ed. 1958). Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Haas, Ernst (1958) The Uniting of Europe. Oxford: Oxford University Press.
- Haas, Ernst B. (1964) Beyond the Nation-State. Functionalism and International Organization Stanford: Stanford University Press., pp. xii, 595.
- Hagedorn, K. (2014). POST-SOCIALIST FARMERS' COOPERATIVES IN CENTRAL AND EASTERN EUROPE. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 85(4), 555-577.
- Hagen, H. (2005). Guidelines for Cooperative Legislation (3rd ed. rev.). Geneva: ILO. ISBN 978-92-2-126794-2 (print) / ISBN 978-92-2-126795-9 (web pdf).
- Heichlinger A. – Thijs N. – Hammerschmid G. – Attströr K. (2018), Public Administration Reform in Europe: Conclusions, Lessons Learned and Recommendations for Future EU Policy, Brussels, European Commission.
- Henrÿ, H. (2005). Guidelines for Cooperative Legislation.
- Hillion, C. (2014). The Copenhagen criteria and their progeny. *EU enlargement (Oxford, Hart Publishing, 2004)*. Zwartjes, M., Van Langenhove, L., Kingah, S., & Maes, L. (2012). Determinants of regional leadership: is the European Union a leading regional actor in peace and security?. *Southeast European and Black Sea Studies*, 12(3), 393-405.
- Himelfarb, I. T., & Schneider, J. O. (2009). Cooperativa Social e a produção de liberdade dos egressos do sistema prisional. *Ciências Sociais Unisinos*, 45(2), 171-180.
- Hoffmann, S. (1966). Obstinate or obsolete? The fate of the nation-state and the case of Western Europe. *Daedalus*, 862-915.
- Holman, O. (2005). *Integrating Southern Europe: EC expansion and the transnationalization of Spain*. Routledge.

- Hooghe, L., & Marks, G. (2009). A postfunctionalist theory of European integration: From permissive consensus to constraining dissensus. *British journal of political science*, 39(1), 1-23.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2009). Does efficiency shape the territorial structure of government?. *Annual Review of political science*, 12, 225-241.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2013). European union?. In *European Politics* (pp. 108-129). Routledge.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2019). Grand theories of European integration in the twenty-first century. *Journal of European Public Policy*, 26(8), 1113-1133.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2020). A postfunctionalist theory of multilevel governance. *The British Journal of Politics and International Relations*, 22(4), 820-826.
- [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values\\_en](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_en)
- Hudson, V. M. (2005). Foreign policy analysis: Actor-specific theory and the ground of international relations. *Foreign policy analysis*, 1-30.
- Hurrell, A. (1995). Explaining the resurgence of regionalism in world politics. *Review of international Studies*, 21(4), 331-358.
- Hurrell, A., BAYLIS, J., SMITH, S., & OWENS, P. (2014). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*.
- Ilik, G. (2022). The Janus Face of the EU: European Integration and the Constitutional Identity of North Macedonia.
- International Co-operative Alliance. Definição. Website: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 30 de julho de 2020.
- International Co-operative Alliance. Princípios cooperativos. Website: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 30 de julho de 2020.
- International Co-operative Alliance. Valores cooperativos. Website: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 30 de julho de 2020.
- International Cooperativa Alliance. Facts and Figures. Disponível em <https://www.ica.coop/en/cooperatives/facts-and-figures>. Acesso em 17 de julho de 2023.
- International Cooperative Alliance (ICA). About Us. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/international-cooperative-alliance>. Acesso em 17 de julho de 2023.
- International Cooperative Alliance (ICA). Disponível em: <https://www.ica.coop/sites/default/files/basic-page-attachments/ica-bylaws17112017english-1532978942.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.
- International Cooperative Alliance. *How to Start a Co-op?*. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/start-co-op>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

- Irwin, Z. T. (2000). Melissa K. Bokovoy, Peasants and Communists: Politics and Ideology in the Yugoslav Countryside 1941-1953. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998, 210 pp. *Nationalities Papers*, 28(3), 588-590.
- Jarstad, A. K., & Belloni, R. (2012). Introducing hybrid peace governance: Impact and prospects of liberal peacebuilding. *Global governance*, 18, 1.
- Jashari, A. (2017). Concentrations in Republic of Macedonia in 2014 and 2015. In *4th International Multidisciplinary Scientific Conference on Social Sciences and Arts SGEM 2017* (pp. 323-330).
- Jatobá, D., Lessa, A. C., & Oliveira, H. A. D. (2013). Teoria das relações internacionais. *São Paulo: Saraiva*, 40.
- Jepperson, R. L., Wendt, A., & Katzenstein, P. J. (1996). Norms, identity, and culture in national security. *The culture of national security: Norms and identity in world politics*, 33, 34.
- Jepperson, R. L., Wendt, A., Katzenstein, P. J., & Katzenstein, P. J. (1996). The culture of national security: norms and identity in world politics. *Nova Iorque: Columbia University Press*, 51.
- Johanisova, N., & Wolf, S. (2012). Economic democracy: A path for the future?. *Futures*, 44(6), 562-570.
- Johanisova, N., Padilla, R. S., & Parry, P. (2015). Cooperativas. *Ecología política*, (49), 65-67.
- Jovanov, I. (2023). Illegal Migration as a Security Threat and Challenge. *South East European Journal of Sustainable Development*, 7(3).
- Jovic, D. (2001). The disintegration of Yugoslavia: A critical review of explanatory approaches. *European journal of social theory*, 4(1), 101-120.
- Joy, E. & MacPherson, I (ed.) (2007). *Co-operatives and the Pursuit of Peace*. B. C. Victoria: New Rochdale Press.
- Kaswan, M. J. (2014). Developing democracy: Cooperatives and democratic theory. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 6(2), 190-205.
- Katzenstein, P. J. (1996). Regionalism in comparative perspective. *Cooperation and conflict*, 31(2), 123-159.
- Krasavac, B. C., & Petković, G. (2015). Cooperatives in Serbia evolution and current issues. *Економика пољопривреде*, 62(3), 723-735.
- Lassere 1972
- Lassere, G. (1991). Democracia cooperativa. *SCHNEIDER, JO Democracia-participação e autonomia cooperativa. São Leopoldo: Unisinos*, 149-66.
- Laville, J. L. (2009). A economia solidária: um movimento internacional. *Revista crítica de ciências sociais*, (84), 7-47.
- Leopoldino, C. J. (2011). Elementos conceituais e históricos do cooperativismo. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 11(20), 141-156.
- Leroux-Martin, P. (2014). *Diplomatic Counterinsurgency: Lessons from Bosnia and Herzegovina*. Cambridge University Press.

- Leuffen, D., Rittberger, B., & Schimmelfennig, F. (2013). *Differentiated integration: Explaining variation in the European Union* (No. s 40). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Lindberg, L. N. (1963). The political dynamics of European economic integration. *The political dynamics of European economic integration*.
- Lindberg, L. N. (1966). Integration as a source of stress on the European Community system. *International Organization*, 20(2), 233-265.
- Lindberg, L. N. (1970). Political integration as a multidimensional phenomenon requiring multivariate measurement. *International Organization*, 24(4), 648-731.
- Lindberg, L. N. (1994). Political Integration: Definitions and Hypotheses. In *The European Union* (pp. 99-109). Palgrave, London.
- Lion Bustillo, F. J. (2019). La disputa marítima israelo-libanesa y el neofuncionalismo.
- Lora, R. S. (2020). O cooperativismo contribui em situações de crise. *AgroANALYSIS*, 40(4), 34-35.
- Lora, R.S. (2020). "Cooperativas abertas e cooperativas modernas: Análise de dois conceitos para o cooperativismo contemporâneo". In *Tópicos em Administração – Volume 29*, 139-146. Ponta Grossa, Brasil: Editora Poisson.
- Ma, W., & Abdulai, A. (2016). Does cooperative membership improve household welfare? Evidence from apple farmers in China. *Food Policy*, 58, 94-102.
- Mac Ginty, R. (2008). Indigenous peace-making versus the liberal peace. *Cooperation and conflict*, 43(2), 139-163.
- Mac Ginty, R. (2014). Everyday peace: Bottom-up and local agency in conflict-affected societies. *Security Dialogue*, 45(6), 548-564.
- MacPherson, I. (1996). Background paper to the statement on the Co-operative identity. Retrieved May 20, 2021 from. International Co-operative Alliance [https://www.academia.edu/6524851/Background\\_Paper\\_to\\_the\\_Statement\\_on\\_the\\_Co-operative\\_Identity](https://www.academia.edu/6524851/Background_Paper_to_the_Statement_on_the_Co-operative_Identity).
- MacPherson, I. (2002). Encouraging associative intelligence: Co-operatives, shared learning and responsible citizenship (Plenary presentation). *Journal of Co-operative Studies*, 35(2), 86–98.
- MacPherson, I. (2013). Cooperatives' concern for the community: from members towards local communities' interests.
- MacPherson, I. & Paz, Y. (2015) Concern for Community: The Relevance of Cooperatives for Peace, Series on Co-operatives & Peace Vol. 2, published by Joy Emmanuel, Turning Times Research and Consulting.
- MacPherson, I., & Paz, Yehudah (2015). Concern for Community: The Relevance of Co-operatives to Peace. *Joy Emmanuel Turning Times Research and Consulting, Victoria*.
- Mahoney, T. R., & Katz, W. J. (Eds.). (2008). *Regionalism and the Humanities*. U of Nebraska Press.
- Marcjacq, F. (2017). The EU and the Western Balkans after the Berlin Process. *Reflecting on the EU Enlargement in Times of Uncertainty*.

- Marks, G. (2012). Europe and its empires: From Rome to the European Union. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 50(1), 1-20.
- Marks, G., Hooghe, L., & Blank, K. (1996). European integration from the 1980s: State-centric v. multi-level governance. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 34(3), 341-378.
- Marsh, D., & Rhodes, R. A. W. (1992). *Policy networks in British government*. Clarendon Press.
- Marusic, Sinisa Jako. "France Sinks EU Hopes of North Macedonia, Albania". *Balkan Insight*, 18 October 2019. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2019/10/18/france-sinks-eu-hopes-of-north-macedonia-albania/>. Acesso em 20 de maio de 2023.
- Medina, M. (2008). The informal recycling sector in developing countries: organizing waste pickers to enhance their impact.
- Meira, D., & Ramos, M. E. (2015). Os princípios cooperativos no contexto da reforma do Código Cooperativo português. *CIRIEC-España, Revista jurídica de economía social y cooperativa*, 27, 401-428.
- Messari, N., & Nogueira, J. P. (2005). Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. *Rio de Janeiro: Campus Elsevier*.
- Mitrany, D. (1943). 1966. *A Working Peace System*.
- Mitrany, D. (1965). The prospect of integration: federal or functional. *J. Common Mkt. Stud.*, 4, 119.
- Mitrany, David (1943) *A Working Peace System*, Chicago: Quadrangle
- Mojo, D., Degefa, T., & Fischer, C. (2017). The development of agricultural cooperatives in Ethiopia: History and a framework for future trajectory. *Ethiopian journal of the social sciences and humanities*, 13(1), 49-77.
- Mojo, D., Fischer, C., & Degefa, T. (2017). The determinants and economic impacts of membership in coffee farmer cooperatives: recent evidence from rural Ethiopia. *Journal of Rural studies*, 50, 84-94.
- Monastiriotis, V. (2008). Quo Vadis Southeast Europe? EU Accession, Regional Cooperation and the need for a Balkan Development Strategy.
- Montanari, M. (2005). EU trade with the Balkans: Large room for growth?. *Eastern European Economics*, 43(1), 59-81.
- Monzón, J. L., & Chaves, R. (2017). Recent evolutions of the Social Economy in the European Union. *Brussels: European Economic and Social Committee, CIRIEC. DOI, 10, 191345*.
- Moravcsik, A. (1993). Preferences and power in the European Community: A liberal intergovernmentalist approach. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 31(4), 473-524.
- Moravcsik, A. (1998) *The Choice for Europe. Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht*. Cornell University Press, Ithaca.
- Moravcsik, A. (1998). Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics: Erratum. *International Organization*, 52(1), 229-229.

- Moravcsik, A. (2012). Europe after the crisis: how to sustain a common currency. *Foreign Affairs*, 54-68.
- Moravcsik, A. (2018). Preferences, power and institutions in 21st-century Europe. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 56(7), 1648-1674.
- Namorado, R. (1999). Estrutura e organização das cooperativas. *Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais de Coimbra*.
- Namorado, R. (2000). *Introdução ao direito cooperativo: para uma expressão jurídica da cooperatividade*.
- Namorado, R. (2004). A economia social—Uma constelação de esperanças. *Oficina do CES*, 213, 1-14.
- Namorado, R. (2005). Cooperativismo: um horizonte possível. *Oficina do CES*, 229.
- Namorado, R. (2007). Cooperativismo: história e horizontes. *Estudos de direito cooperativo e cidadania*, 1, 9-35.
- Namorado, R. (2013). *O essencial sobre cooperativas*. Leya.
- Namorado, R. M. D. S. (1994). *Da Cooperação ao Direito Cooperativo: para uma expressão jurídica da cooperatividade* (Doctoral dissertation).
- Németh, F. (2022). Western Balkans. From the Berlin Process to the Open Balkan Initiative. Prospects for the Accession Process. *IEMed: Mediterranean yearbook*, (2022), 226-229.
- Nikova, E. (2002). Regional cooperation in the Balkans revisited. *Études balkaniques*, (1), 3-31.
- Noutcheva, G. (2012). *European foreign policy and the challenges of Balkan accession: Conditionality, legitimacy and compliance*. Routledge.
- Novkovic, S., Puusa, A., & Miner, K. (2022). Co-operative identity and the dual nature: From paradox to complementarities. *Journal of Co-operative Organization and Management*, 10(1), 100162.
- Oanta, G. A. (2014). Profundizando en la ampliación de la Unión Europea hacia los Balcanes occidentales: la adhesión de Croacia. *Revista de Derecho Comunitario Europeo*, 18(47), 205-232.
- OCHA ONU <https://reliefweb.int/report/republic-north-macedonia/final-evaluation-support-development-agricultural-cooperatives>
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Disponível em: <https://www.fao.org/3/ar592e/ar592e.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2023.
- Organização Internacional do Trabalho (ILO). The Story of the ILO's Promotion of Cooperatives Recommendation, 2002. Disponível em: [https://www.ilo.org/empent/units/cooperatives/WCMS\\_371631/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/empent/units/cooperatives/WCMS_371631/lang--en/index.htm). Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Organização Internacional do Trabalho (ILO). Start.COOP. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_ent/---coop/documents/instructionalmaterial/wcms\\_644709.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/instructionalmaterial/wcms_644709.pdf). Acesso em 17 de julho de 2023.

- Organização Internacional do Trabalho. Tackling informality in e-waste management: The potential of cooperative enterprises. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_dialogue/---sector/documents/publication/wcms\\_315228.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_315228.pdf). Acesso em 06 de setembro de 2023.
- Ortmann, G. F., & King, R. P. (2007). Agricultural cooperatives I: History, theory and problems. *Agrekon*, 46(1), 40-68.
- Pacto de Estabilidade. Disponível em: <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680651409>. Acesso em 09 de setembro de 2023.
- Paris, R. (2010). Saving liberal peacebuilding. *Review of international studies*, 36(2), 337-365.
- Parsons, C. (1999). [Review of *The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht*, by A. Moravcsik]. *French Politics and Society*, 17(1), 74-78. <http://www.jstor.org/stable/42844757>
- Pavkovic, A. (2000). *The fragmentation of Yugoslavia: Nationalism and war in the Balkans*. Springer.
- Penrose-Buckley, C. (2007). *Producer organisations: A guide to developing collective rural enterprises*. Oxfam.
- Pešić, V. (1996). *Serbian nationalism and the origins of the Yugoslav crisis* (Vol. 31). US Institute of Peace.
- Peterson, J. (1995). Decision-making in the European Union: Towards a framework for analysis. *Journal of European public policy*, 2(1), 69-93.
- Phinnemore, D. (2013). The European Union: establishment and development. *European union politics*, 26-40.
- Pollack, M. A. (2001). International relations theory and European integration. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 39(2), 221-244.
- Poole, N. (2017). *Smallholder agriculture and market participation*. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).
- Poulsen, A. (2009). Cooperation: evidence from experiments. *Handbook of Social Capital: The Troika of Sociology, Political Science and Economics*, Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA, Edward Elgar, 36-56.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ba/BiH\\_NHDR\\_2009\\_The\\_Ties\\_that\\_Bind\\_Summary\\_EN.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ba/BiH_NHDR_2009_The_Ties_that_Bind_Summary_EN.pdf). Acesso em 09 de setembro de 2023.
- Puffert, D. (2022). "Path Dependence". E-H.net. Economic History Association. <https://eh.net/encyclopedia/path-dependence/>
- Pugh, M. (2002). Postwar political economy in Bosnia and Herzegovina: The spoils of peace. *Global governance*, 8, 467.
- Pugh, M. (2002). Protectorates and spoils of peace: Political economy in south-east Europe. In *Shadow globalization, ethnic conflicts and new wars* (pp. 59-81). Routledge.
- Putnam, R. D. (1988). Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, 42(3), 427-460. <http://www.jstor.org/stable/2706785>

- Putnam, R. D. (2017). Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. In *International organization* (pp. 437-470). Routledge.
- Qorraj, G. (2018). Towards European Union or Regional Economic Area: Western Balkans at Crossroads. *Our Economy (Nase Gospodarstvo)*, 64(1).
- Radosav, A., Djukic, S. e Jovanovic, D. (2014). Cooperative significance for economic development of agro-rural economy of Bosnia and Hercegovina. In *Book of proceedings: Fifth International Scientific Agricultural Symposium "Agrosym 2014"*, Jahorina, Bosnia and Herzegovina, October 23-26, 2014 (pp. 1027-1033). University of East Sarajevo, Faculty of Agriculture
- Ramet, S. P. (2018). *Balkan Babel: The disintegration of Yugoslavia from the death of Tito to the fall of Milosevic*. Routledge.
- Ramos, C. T. (2005). Teorias da integração europeia: uma breve perspectiva.
- Recomendação ILO n 193. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242764/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242764/lang--pt/index.htm). Acesso em 22 de maio de 2023.
- Recomendação ILO nº 193 (2020) da Organização Internacional do Trabalho (ILO). International Labor Organization. Website: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:8100328861878:12100:NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312531](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:8100328861878:12100:NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312531). Acesso em 30 de julho de 2020.
- Regional Cooperation Council (RCC). Disponível em: <https://www.rcc.int/>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.
- Regional Cooperative Council* (RCC). Disponível em: <https://www.rcc.int/pages/2/about-us>. Acesso em 18 de maio de 2023.
- Relatório do *Cologne Meeting*, 10 de julho de 1999. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/summits/kol1\\_en.htm](https://www.europarl.europa.eu/summits/kol1_en.htm). Acesso em 09 de setembro de 2023.
- Rhodes, R. A., & Marsh, D. (1992). New directions in the study of policy networks. *European journal of political research*, 21(1-2), 181-205.
- Rich, R. (1993). Recognition of states: the collapse of Yugoslavia and the Soviet Union. *Eur. J. Int'l L.*, 4, 36.
- Richmond, O. (2012). *A post-liberal peace*. Routledge.
- Richmond, O. P. (2003). *Peace in international relations*. Routledge.
- Richmond, O. P. (2005). *The transformation of peace* (Vol. 110). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Richmond, O. P. (2010). Para além da paz liberal? respostas ao " retrocesso". *Contexto Internacional*, 32, 297-332.
- Richmond, O. P. (2011). Becoming liberal, unbecoming liberalism: Liberal–local hybridity via the everyday as a response to the paradoxes of liberal peacebuilding. In *Rethinking the Liberal Peace* (pp. 37-56). Routledge.
- Richmond, O. P., & Mac Ginty, R. (2015). Where now for the critique of the liberal peace?. *Cooperation and Conflict*, 50(2), 171-189.

- Risse-Kappen, T. (1995). *Cooperation among democracies: The European influence on US foreign policy*. Princeton University Press.
- Risse-Kappen, T. (1995). Democratic peace–warlike democracies?. *Domestic Politics and Norm Diffusion in International Relations*, 55.
- Risse, T. (2004). *Social constructivism and European integration* (pp. 144-144). na.
- Rodrigues, R. (1997). O cooperativismo na globalização. *Agroanalysis*, 17(8), 10-12.
- Rodrigues, R. (1999). A ONU e o cooperativismo. *AgroANALYSIS*, 19(7), 54-54.
- Rodrigues, R. (1999). Novos tempos para o cooperativismo. *Revista de Política Agrícola*, 8(3), 1-5.
- Rodrigues, R. (2008). Cooperativismo nas exportações. *AgroANALYSIS*, 28(2), 49-49.
- Rodrigues, R. (2008). *Cooperativismo: democracia e paz: surfando a segunda onda*. R. Rodrigues.
- Rogers-Sirin, L., & Sirin, S. R. (2009). Cultural competence as an ethical requirement: Introducing a new educational model. *Journal of Diversity in Higher Education*, 2(1), 19.
- Rosamond, B. (2000). Theories of European integration.
- Rotta, A. (2008). Promoting regional cooperation: the EU in South Eastern Europe. *The International Spectator*, 43(1), 57-72
- Rupnik, J. (2011). The Balkans as a European question. *The Western Balkans and the EU: The Hour of Europe, Chaillot Papers, European Union Institute for Security Studies*.
- Rupnik, J. (2011). The Western Balkans and the EU: the hour of Europe. *Cahiers de Chaillot*, 186.
- Santos, B. D. S. (1997). Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 105-124.
- Santos, B. D. S. (2004). *Hacia una concepción multicultural de los derechos humanos* (pp. 95-122). Universidad de Deusto.
- Schimmelfennig, F. (2014). Efficient process tracing. *Process tracing: From metaphor to analytic tool*, 98-125.
- Schimmelfennig, F. (2016). European integration in the euro crisis: The limits of postfunctionalism. In *Coping with Crisis: Europe's Challenges and Strategies* (pp. 127-143). Routledge.
- Schimmelfennig, F. (2017). Liberal intergovernmentalism and the euro area crisis. In *European Integration in Times of Crisis* (pp. 33-51). Routledge.
- Schimmelfennig, F. (2018). European integration (theory) in times of crisis. A comparison of the euro and Schengen crises. *Journal of European Public Policy*, 25(7), 969-989.
- Schimmelfennig, F., & Rittberger, B. (2006). Theories of European integration. *European Union: power and policy-making*. London: Routledge, 73-95.
- Schmitter, P. (2011). Diagnosing and designing democracy in Europe. *The future of representative democracy*, 191-211.

- Schmitter, P. C. (1970). A revised theory of regional integration. *International organization*, 24(4), 836-868.
- Schmitter, P. C. (2010). A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 9-44.
- Seroka, J., & Pavlovic, V. (2016). *The Tragedy of Yugoslavia: The Failure of Democratic Transformation: The Failure of Democratic Transformation*. Routledge.
- Silber, L., & Little, A. (1996). *The Death of Yugoslavia (BBC)*. London: Penguin.
- Silber, L., & Little, A. (1997). *Yugoslavia: Death of a nation* (p. 416). New York: Penguin Books.
- Šimleša, D., Bušljeta Tonković, A., & Puđak, J. (2016). Social Entrepreneurship in Croatia: From Recognition to Implementation. *Revija za sociologiju*, 46(3), 271-295.
- Simon, B. (1965). *Education and the labour movement 1870-1920*. Lawrence & Wishart.
- Singer, P. (2018). *Ensaio sobre economia solidária*. Leya.
- Solioz, C., & Stubbs, P. (2009). Emergent regional co-operation in South East Europe: towards 'open regionalism'?. *Southeast European and Black Sea Studies*, 9(1-2), 1-16.
- Soyaltin-Colella, D. (2022). The EU accession process, Chinese finance and rising corruption in Western Balkan stabilitocracies: Serbia and Montenegro. *Europe-Asia Studies*, 1-25.
- Spear, R., Aiken, M., Noya, A., & Clarence, E. (2013). Boosting Social Entrepreneurship and Social Enterprise Creation in the Republic of Serbia. OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Papers, 2013/12, OECD Publishing.
- Steiner, G. A., & Miner, J. B. (1981). *Política e estratégia administrativa*. Interciência.
- Stronski, P., & Himes, A. (2019). *Russia's Game in the Balkans*. Carnegie Endowment for International Peace..
- Svilanovic, G. (2008, August). Renewed Regional Cooperation in South East Europe. In *Regional cooperation in South East Europe and beyond* (pp. 87-107). Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. KG.
- Taylor, P. (1968). The concept of community and the European integration process. *J. Common Mkt. Stud.*, 7, 83.
- Taylor, P. (1996). *The European Union in the 1990s*. Oxford University Press.
- The Jucker Commission: a strong and experienced team standing for change. Press Release. European Commission, 10 September 2014.* Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_14\\_984](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_14_984). Acesso em 20 de maio de 2023.
- Thompson W. 1830. Practical directions for the speedy and economical establishment of communities on the principles of mutual co-operation, united possessions and equality of exertions and of the means of enjoyments. London: Strange and E. Wilson.
- Thompson W. 1968. An inquiry into the principles of the distribution of wealth most conducive to human happiness, applied to the newly proposed system of voluntary equality of wealth. New York (NY): B. Franklin.

- Thompson W. 1996. Labour rewarded: the claims of labour and capital conciliated: or, how to secure to labour the whole products of its exertions. In: Reisman D, editor. Ricardian socialism. London: Pickering & Chatto.
- Tocci, N. (2007). *The EU and conflict resolution: promoting peace in the backyard*. Routledge.
- Tournois, L., & Djerić, G. (2021). Who you are and who you want to be: exploring symbolic, spatial and cultural levels of identity in contemporary Serbia/Belgrade. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 23(5), 709-731.
- Tranholm-Mikkelsen, J. (1991). Neo-functionalism: Obstinate or Obsolete? A Reappraisal in the Light of the New Dynamism of the EC. *Millennium*, 20(1), 1-22.;
- Tratado da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016M/TXT>. Acesso em 23 de agosto de 2023.
- Tsardanidis, C. (1997). New Regionalism in South Eastern Europe: the case of South-Eastern European Cooperation Process (SEEC). *Review of International Affairs*, 11(1).
- Tziampiris, A. (2012). Greek Foreign Policy in the Shadow of the Debt Crisis: Continuity and New Directions. In *Greece's Horizons: Reflecting on the Country's Assets and Capabilities* (pp. 27-40). Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg.
- União Europeia. EU in brief. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values\\_en](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_en). Acesso em 24 de julho de 2023.
- Uvalic, M. (2001). Regional co-operation in Southeast Europe. *Southeast European and Black Sea Studies*, 1(1), 55-75.
- Van Houtte, H. (1999). Mass property claim resolution in a post-war society: The commission for real property claims in Bosnia and Herzegovina. *International & Comparative Law Quarterly*, 48(3), 625-638.
- Van Meurs, W. (2003). The Belgrade agreement: Robust mediation between Serbia and montenegro. *Montenegro in transition: Problems of identity and statehood*, 63-82.
- Van Meurs, W. (2016). Prosecuting Slobodan Milošević. The Unfinished Trial. *Südosteuropa*, 64(4), 586-588.
- Vieta, M., & Lionais, D. (2015). The cooperative advantage for community development. *Journal of Entrepreneurial and organizational diversity*, 4(1), 1-10.
- Volk, T., Rednak, M., & Erjavec, E. (2014). Cross country analysis of agriculture and agricultural Policy of Southeastern European countries in comparison with the European Union. *Agricultural policy and European integration in Southeastern Europe*, 9-37.
- Vukadinovic, R. (2000). *Challenges to Security in the South East Europe*. Copenhagen Peace Research Institute.
- Vukovic, S. (2016). *International multiparty mediation and conflict management: Challenges of cooperation and coordination* (p. 212).
- Wanyama, F. O. (2016). Cooperatives and the Sustainable Development Goals A contribution to the post-2015 development debate.

- Webber, D. (2018). *European disintegration?: the politics of crisis in the European Union*. Bloomsbury Publishing.
- Webber, D. (2019). Trends in European political (dis) integration. A analysis of postfunctionalist and other explanations. *Journal of European Public Policy*, 26(8), 1134-1152.
- Wegren, S. K., & O'Brien, D. J. (2018). Introduction to symposium: Smallholders in communist and postcommunist societies. *Journal of Agrarian Change*, 18(4), 869-881.
- Weiss, T. G. (2015). The United Nations: before, during and after 1945. *International Affairs*, 91(6), 1221-1235.
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International organization*, 46(2), 391-425
- Wendt, A. (1995). Constructing international politics. *International security*, 20(1), 71-81.
- Wendt, A. (2011). Social Theory of International Relations. *Political Science* 748, Winter, 20.
- West, R. (2012). *Tito and the Rise and Fall of Yugoslavia*. Faber & Faber.
- Wiener, A. (2009). Enacting meaning-in-use: qualitative research on norms and international relations. *Review of international studies*, 35(1), 175-193.
- Wiener, A. (2019). *European integration theory*. Oxford University Press.
- Wivel, A. (2005). The security challenge of small EU member states: interests, identity and the development of the EU as a security actor. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 43(2), 393-412.
- Wynne-Jones, S. (2017). Understanding farmer co-operation: Exploring practices of social relatedness and emergent affects. *Journal of Rural Studies*, 53, 259-268.
- Zheng, S., Wang, Z., & Awokuse, T. O. (2012). Determinants of producers' participation in agricultural cooperatives: evidence from Northern China. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 34(1), 167-186.
- ziampiris, A. (2012). The Macedonian name dispute and European Union accession. *Southeast European and Black Sea Studies*, 12(1), 153-171.
- Zoehrer, K. (2017). Social entrepreneurship in southeastern Europe—Comparative analysis of the cases of Croatia, Serbia and Greece. *Social enterprise for sustainable societies LLN, ECSP-6EMES*, 2, 1-39.
- Zwartjes, M., Van Langenhove, L., Kingah, S., & Maes, L. (2012). Determinants of regional leadership: is the European Union a leading regional actor in peace and security?. *Southeast European and Black Sea Studies*, 12(3), 393-405.
- Zwierzchowski, J., & Tabeau, E. (2010). The 1992–95 War in Bosnia and Herzegovina: Census-based multiple system estimation of casualties' undercount. *Berlin: Households in Conflict Network and Institute for Economic Research*, 539.

## 8. Anexos

### 8.1. Anexo I – Mapa da Bósnia-Herzegovina



## 8.2. Anexo II – Relação de Países e participação nas iniciativas de Integração Regional

Países	SECI	Pacto de Estabilidade	SAP	SEECF	RCC
<b>Albânia</b>	X	X	X	X	X
<b>Bósnia e Herzegovina</b>	X	X	X	X	X
<b>Bulgária</b>	X	X		X	X
<b>Croácia</b>	X	X		X	X
<b>Grécia</b>	X			X	X
<b>Hungria</b>	X				X
<b>Kosovo</b>			X	X	X
<b>Moldova</b>	X	X		X	X
<b>Montenegro</b>	X	X	X	X	X
<b>Macedónia do Norte</b>	X	X	X	X	X
<b>Roménia</b>	X	X		X	X
<b>Sérvia</b>	X	X	X	X	X
<b>Eslovénia</b>	X			X	X
<b>Turquia</b>	X			X	X